

FORMULÁRIO PARA PROPOSTAS DOS PPC's DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNESPAR

1. CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	Serviço Social	
ANO DE IMPLANTAÇÃO	2002	
CAMPUS	Paranavaí/PR	
CENTRO DE ÁREA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	
CARGA HORÁRIA	Em horas/relógio: 3000	
HABILITAÇÃO	<input type="checkbox"/> Licenciatura	<input checked="" type="checkbox"/> Bacharelado
REGIME DE OFERTA	<input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).	
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	Mínimo quatro anos e máximo seis anos.	

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE		
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO/VAGAS POR PERÍODO	<input checked="" type="checkbox"/> Matutino	Número de vagas: 50
	<input type="checkbox"/> Vespertino	Número de vagas:
	<input type="checkbox"/> Noturno	Número de vagas:
	<input type="checkbox"/> Integral	Número de vagas:

2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

- ✓ DE CRIAÇÃO DO CURSO: Decreto Estadual nº 5.629, de 30 de abril de 2002;
- ✓ DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO: Parecer 466/01 de 9 de novembro de 2001 da Câmara de Educação Superior, do Conselho Estadual de Educação;
- ✓ DE RECONHECIMENTO DO CURSO: Decreto Estadual nº 6.897 publicado pelo DOU em 11 de julho de 2006. Em 2011, o curso submeteu-se à Renovação de Reconhecimento, conforme atesta o Parecer 104/2011 e o Decreto Estadual 4789/2011. Em 2017, através do Decreto 8.290 de 21 de novembro de 2017, ocorreu a última Renovação do

Reconhecimento de 31 de maio de 2017 a 30 de maio de 2021, publicado no DOU de 22 de novembro de 2017.

- ✓ BÁSICA (Diretriz Curricular Nacional do curso e resoluções afins), conforme Parecer 492/2001, de 03/04/2001 do Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação - MEC.
- ✓ Resolução CNE/CES nº. 15 de 13/03/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Serviço Social;
- ✓ Resolução CNE/CES nº. 2, de 18/06/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- ✓ Resolução 038/2020 - CEPE/UNESPAR, que Regulamenta a Curricularização da Extensão na UNESPAR;

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

JUSTIFICATIVA

A alteração do PPC se justifica em função de uma proposta político-pedagógica pautada numa perspectiva de totalidade e, que atenda às seguintes particularidades:

- 1 – Transição de Faculdades Isoladas para Universidade Multicampi, considerando a concepção de Instituição Social de Ensino Superior pública, gratuita, universal, laica, democrática e autônoma;
- 2 - Consideração ao Processo de Reestruturação dos Cursos deflagrado na UNESPAR desde 2015;
- 2 – Consideração aos aspectos presentes no PDI e no PPI, incorporando-os ao PPC na perspectiva de estabelecer a relação necessária com a instituição;
- 3 – Priorização das adequações do PPC às Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), considerando também, as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais do MEC;
- 4 – Aprimoramento do PPC com vistas a contribuir com a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
- 5 – Adequação do PPC às particularidades e especificidades presentes no contexto local e regional em que o curso está inserido.
- 6 – Inserção no PPC as demandas efetivas de natureza econômica, social, política,

cultural e ambiental.

7 – Necessidade de implantar a curricularização da extensão no curso de Serviço Social.

CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE PÚBLICA

A discussão apresentada neste documento se insere no contexto do Programa de Reestruturação dos Cursos de Graduação da PROGRAD/UNESPAR e coloca em debate a avaliação e a reavaliação os Projetos Políticos dos Cursos (PPCs) dessa Instituição de Ensino Superior pública e sua adequação às políticas, legislações e normas vigentes. Para tanto, é apresentado um conjunto de proposições em torno da defesa da Universidade Pública, Gratuita, Universal, Laica, Democrática e Autônoma. Os Cursos de Graduação em Serviço Social da UNESPAR – Campus de Apucarana e de Paranavaí se colocam em defesa desse modelo de Universidade e apresentam os motivos que nos levam a tal posicionamento. O texto apresenta uma breve contextualização histórica da universidade pública brasileira. Aborda as tendências recentes da política pública de educação superior e aponta os efeitos que recai sobre a formação profissional no curso de Serviço Social. Aponta, por fim, alguns elementos para se pensar a universidade pública no contexto atual.

Concordando com Chauí (2001), cumpre salientar que a universidade pública que se deseja analisar é aquela que se expressa como uma “instituição social”, e não como uma “organização social”. Para situar a universidade no contexto atual, marcado pela herança do capitalismo neoliberal, é necessário entender, que essa instituição [...] “realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (CHAUÍ, 2001, p. 35). Nesse sentido, compreender a trajetória da universidade brasileira é fundamental.

Por esse ângulo, é pertinente esclarecer que, no contexto brasileiro, registra-se no Império (1822-1889), uma concepção de universidade a partir da transposição do modelo português, “[...] uma ‘escola superior’, baseada na função de um ‘ensino magistral e dogmático’ [...] visando preparar um certo tipo versátil de letrado, mais ou menos apto para o exercício de profissões liberais, relacionadas principalmente com a advocacia, a medicina e a engenharia” (FERNANDES, 2008, p. 174).

Nota-se que a constituição de uma universidade pública nesses moldes reflete

o caráter de dependência e atrelamento exteriores do país em relação aos países centrais, em total desconexão com a dinâmica social brasileira desse período. No contexto da República (1889-1930), nossa universidade pública enseja algumas mudanças: destaca-se a substituição do contexto de “escola superior” para o de “universidade”, tal acontecimento, marcado sobretudo pela Revolução Liberal da década de 1930, ocorre de “forma mais complexa e tortuosa: as escolas superiores agregadas entre si, mantidas e fortalecidas sua estrutura tradicional e suas tendências autárquicas pela conglomeração, passaram a ser chamadas de “universidade” (FERNANDES, 2008, p. 179). Nesse sentido, reitera-se mais uma vez o caráter fragmentado/setorializado da universidade brasileira desde sua gênese.

É, sobretudo, a partir das décadas de 1950/60 que o Estado, levado pelo contexto do desenvolvimento atrelado, pactua com uma concepção de universidade pragmática, baseada na formação da força de trabalho para o mercado. Como destaca Fernandes (2008), esse fato se verifica, a partir de uma:

[...] maciça interferência norte-americana. Através de mecanismos criados de várias maneiras (da Aliança para o Progresso, dos acordos MEC-Usaid, da OEA, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da União Pan-Americana etc.), os Estados Unidos passam a orientar dois tipos de influências: 1.º) de desintegração do padrão brasileiro de escola superior (ou de universidade conglomerada); 2.º) de formação e consolidação de padrões de ensino superior adaptados aos requisitos educacionais de uma sociedade competitiva e de massas. O que está em jogo não é, naturalmente, a “revolução pela educação” na América Latina ou no Brasil. Mas, especificamente, a constituição de condições para o arranco econômico e cultural, sob o desenvolvimento dependente (FERNANDES, 2008, p. 188).

Sintonizando a universidade em tempos contemporâneos, percebe-se ainda a forte influência do modelo de desenvolvimento atrelado aos organismos multilaterais. No contexto atual, nota-se que em boa parte, a universidade absorveu e exprimiu as práticas neoliberais, hoje dominantes.

As reformulações realizadas na educação, conduzidas pelo governo de FHC, (1995-2003), expressaram, de um lado, uma concepção de universidade como instituição de ensino e, de outro, uma universidade a serviço do padrão mercantil de produção do conhecimento. Esse modelo tem sua centralidade na heteronomia, e não na autonomia. O Estado, juntamente com os setores privados, amplia o poder de definição das agendas das

universidades, imprimindo marcos políticos da competitividade econômica. Assim, é possível considerar que, no governo FHC, “o Brasil vivenciou mais uma etapa da *reforma universitária consentida e conduzida pelo capital*, nos marcos da expansão operacionalizada pelo projeto neoliberal de educação superior” (LIMA, 2012, p. 11, *itálicos originais*).

Em 2003, quando assumiu o governo Luís Inácio Lula de Silva (2003-2011), havia expectativas de alterações no quadro apresentado. No entanto, em oito anos de mandato, houve um intenso processo de reformulação da educação superior brasileira, conforme demonstrado no quadro 1:

Quadro 1 – Principais Ações na Política de Educação Superior (2003-2010)

ARCABOUÇO JURÍDICO	CONTEÚDO
GT Interministerial em 20 de outubro de 2003.	Elaboração de documento: Bases para o Enfrentamento da crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira.
Medida Provisória 147/03.	Institui o Sistema Nacional de Avaliação e progresso do Ensino superior – SINAPES.
Grupo Executivo da reforma do ensino Superior em 06 de fevereiro de 2004.	Elaborou o documento Reafirmando princípios e consolidando e reforma da educação superior.
Lei 19.861 de 14 de abril de 2004.	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
Decreto Presidencial 5.205 de 14 de setembro de 2004.	Regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado.
Medida Provisória n. 213 de 10 de setembro de 2004.	Institui o Programa Universidade para Todos – ProUni.
Projeto de Lei 3627/2004.	Trata do sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas nas instituições públicas federais de educação superior.
Lei de Inovação Tecnológica – 10.973/04.	Trata do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas.
Lei de Parceria Pública-privada Nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004.	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
Lei 11.096/2005.	Institui o Programa Universidade para Todos (ProUni) - que trata de “generosa” ampliação de isenção fiscal para as instituições privadas de ensino superior.

Projeto Lei 7.200/06 (apensado ao PL nº 4.212/04 e PL 4.221/2004).	Tratam da Reforma da Educação Superior.
Universidade aberta do Brasil (Decretos 5.800/06 e 5.622/05).	Legislação que trata da regulamentação do EAD e da criação da UAB – consórcio de instituições para oferta de cursos a distância.
Decreto 6095/07.	Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.
Decreto Presidencial 6069/07 e a divulgação das Portarias Interministeriais 22 e 224/07 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG e Ministério da Educação/MEC).	Decreto de criação do Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e Portarias que tratam da criação de um Banco de Professor-Equivalente, inscritos no Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE divulgado em 2007.
“Pacote de autonomia” em 2010 e composto pela Medida Provisória 495/2010 e pelos Decretos 7232, 7233 e 7234/2010.	Esse “pacote” amplia a ação das fundações federais de direito privado nas universidades federais; retira das universidades a definição de projetos acadêmicos a serem financiados, transferindo essa prerrogativa para as fundações de direito privado; legaliza a quebra do regime de trabalho de Dedicação Exclusiva/DE; não resolve a falta de técnico-administrativos, criando somente um mecanismo de relocações de vagas entre as instituições federais de ensino superior/IFES; cria as condições para a diferenciação dos orçamentos das IFES, de acordo com os índices de produtividade, intensificando ainda mais o trabalho docente e, por fim, cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, sem deixar claro de onde sairão os recursos para realização do Programa.
Medida provisória 520 de 31 de dezembro de 2010.	Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Embora Estatal e vinculada ao MEC (Ministério da Educação e Cultura), a nova entidade terá a personalidade Jurídica de direito privado, flexibilizando a contratação de trabalhadores dos hospitais universitários.

Fonte: LIMA (2012, p. 11-14) adaptado por MARQUES (2015, p. 135).

Várias ações apresentadas de fato contribuíram para o acesso à educação

superior. Mas a que preço? Na essência, a reformulação da educação realizada no período mencionado pode ser considerada uma parte da contrarreforma do Estado Brasileiro e da expansão do neoliberalismo reformado, pois houve um incremento efetivo do ensino superior voltado para interesses do capital privado.

Na apresentação do Livro de Meszáros (2008), “A educação para além do capital”, Ivana Jinkings alerta que, para o autor, a questão do acesso à escola não elimina o processo de exclusão, mas sim o estar dentro dela, por meio das instituições da educação formal. O que está em jogo, nesse caso, não são apenas as mudanças na política dos processos educacionais, mas sim a reprodução de valores que contribui na perpetuação de uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil.

Na verdade, o processo instaurado no governo Luís Inácio Lula da Silva foi implementado por um vasto conjunto de ações que podem ser identificadas através de dois grandes eixos temáticos: “O empresariamento da educação e a certificação em larga escala” (LIMA, 2012, p. 14).

O primeiro eixo expressa a privatização e mercantilização da educação superior através (i) do aumento do número de IES privadas e do financiamento público indireto para o setor privado via FIES e PROUNI, (ii) da privatização interna das IES públicas via cursos pagos, parcerias universidades-empresas e fundações de direito privado e (iii) do produtivismo que atravessa e condiciona a política de pesquisa e de pós-graduação conduzida pela CAPES e pelo CNPQ (LIMA, 2012, p. 15).

A Universidade Pública brasileira, assentada sob as premissas neoliberais, passa por um profundo repensar. Assim como Chauí (2001), Iamamoto (2007) pondera que, nos últimos governos, tem-se privilegiado uma política que imprime uma lógica mercantil e empresarial à universidade brasileira.

Na trajetória de se pensar a universidade pública concretamente, convém salientar e defender seu caráter público, universal, laico e autônomo e a noção de educação superior enquanto um direito do (a) cidadão (ã):

[...] tomar a educação superior como um direito do cidadão (na qualidade de direito, ela deve ser universal); defesa da universidade pública tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver sobretudo os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação

privada (CHAUÍ, 2003, p. 10).

Para tanto, cumpre frisar a defesa da autonomia dessa instituição social. Iamamoto (2007) esclarece que a autonomia universitária envolve a indissociável integração entre ensino, pesquisa e extensão. No entanto, para a autora, no contexto neoliberal, há a substituição da autonomia universitária, em sua essência, por uma mistificada autonomia gerencial e orçamentária, sustentada pela lógica contábil do custo/benefício. É preciso reforçar o entendimento de autonomia universitária como forma de resistência perante o poder do Estado, inserida, portanto, em uma relação política:

[...] a capacidade de se autogovernar, se opõe necessariamente aos poderes que a submetem e tentam impedir seu autogoverno. A autonomia universitária só pode significar autonomia perante o poder do Estado e principalmente do executivo, por isso, deve ser entendida como uma relação política e nunca como algo pronto e acabado. Foi assim desde a fundação das universidades no século XI e continua sendo assim até hoje (VERGARA *et al.*, 2013, p. 54).

É importante frisar também que a autonomia “[...] deve ser pensada, como autodeterminação das políticas acadêmicas, dos projetos e metas das instituições universitárias e da autônoma condução administrativa, financeira e patrimonial” (CHAUÍ, 2003, p. 10). Assim, ela se manifesta em relação a diversas esferas, como defende Chauí (2003):

[...] autonomia institucional ou de políticas acadêmicas (autonomia em relação aos governos); b) como autonomia intelectual (autonomia em relação a credos religiosos, partidos políticos, ideologia estatal, imposições empresariais e financeiras); c) como autonomia da gestão financeira que lhe permita destinar os recursos segundo as necessidades regionais e locais da docência e da pesquisa. (CHAUÍ, 2003, p. 10).

Tendo em vista que a autonomia universitária se expressa nos âmbitos institucional, intelectual e financeiro, torna-se imprescindível que haja transparência nos processos decisórios, com ampla participação da comunidade acadêmica, além de permanente diálogo com a sociedade civil e com o poder público, com o intuito de “[...] oferecer a todos as informações sobre a vida universitária, como para receber críticas,

sugestões e demandas vindas da sociedade e do Estado” (CHAUÍ, 2003, p. 10).

Outro ponto a se ressaltar é a noção de democratização do ensino, que deve ser afastada de qualquer possibilidade de restringir tal conceito do ponto de vista da massificação. Portanto, tal democratização deve vir acompanhada de investimentos públicos que garantam o amplo funcionamento da universidade pública, tal como sugere Chauí, (2003, p. 12), elenca algumas sugestões para o debate: bibliotecas com amplo acervo atualizado; laboratórios equipados; bolsas de estudos para estudantes (pesquisa, extensão e permanência); assistência estudantil (alimentação, moradia e saúde); convênios de intercâmbio entre universidades do país e estrangeiras.

Além disso, é necessário ainda, problematizar as formas de avaliação docente, dadas através de índices quantitativos de produtividade, e as condições do trabalho docente. A constituição de uma universidade pública, gratuita e de qualidade exige a realização de concurso público para professores e funcionários; o fomento à pesquisa, ensino e extensão, garantindo condições dignas de infraestrutura e salários compatíveis ao regime de dedicação exclusiva; incentivar a qualificação de docentes e funcionários, através de uma política institucional que viabilize o processo de formação e capacitação.

No âmbito da produção de conhecimentos por meio da pesquisa, cabe à instituição cumprir seu papel social em relação à sociedade, buscando:

Revalorizar a pesquisa, estabelecendo não só as condições de sua autonomia e as condições materiais de sua realização, mas também recusando a diminuição do tempo para a realização dos mestrados e doutorados. Quanto aos pesquisadores com carreira universitária, é preciso criar novos procedimentos de avaliação que não sejam regidos pelas noções de produtividade e de eficácia e sim pelas de qualidade e de relevância social e cultural. Quanto à relevância social das pesquisas, cabe às universidades públicas e ao Estado fazer um levantamento das necessidades do seu país no plano do conhecimento e das técnicas e estimular trabalhos universitários nessa direção, assegurando, por meio de consulta às comunidades acadêmicas regionais, que haja diversificação dos campos de pesquisa segundo as capacidades e as necessidades regionais. As parcerias com os movimentos sociais nacionais e regionais podem ser de grande valia para que a sociedade oriente os caminhos da instituição universitária, ao mesmo tempo que esta, por meio de cursos de extensão e por meio de serviços especializados, poderá oferecer elementos reflexivos e críticos para a ação e o desenvolvimento desses movimentos. Ou seja, a orientação de rumos das pesquisas pode ser feita segundo a ideia de cidadania (CHAUÍ, 2003, p. 12).

Por fim, para se garantir esse imperativo, compete destacar o necessário investimento do Estado,

[...] A valorização da pesquisa nas universidades públicas exige políticas públicas de financiamento por meio de fundos públicos destinados a esse fim por intermédio de agências nacionais de incentivo à pesquisa, também, a universidade deve publicamente prestar contas de suas atividades de investigação à sociedade e ao Estado (CHAUÍ, 2003, p. 13).

Nessa direção, é preciso pensar a universidade pública, enquanto direito do cidadão, isso requer, o respeito a sua autonomia institucional, bem como “adotar uma perspectiva crítica muito clara tanto sobre a ideia de *sociedade do conhecimento* quanto sobre a de *educação permanente*, tidas como ideias novas e diretrizes para a mudança da universidade pela perspectiva da modernização” (CHAUÍ, 2003, p. 13, *itálicos originais*).

Esse esforço requer uma universidade desatrelada da lógica mercantil, que se efetive enquanto instituição social capaz de responder aos anseios da sociedade em que se insere, rompendo como destaca Chauí (2003), com novas roupagens e modismos que visam descaracterizar sua função social. É imperioso, portanto, destacar que ou essa universidade “[...] será forjada aqui e agora, sob a previsão das exigências educacionais e culturais do futuro, ou nunca teremos uma universidade brasileira capaz de responder, *por si mesma*, aos requisitos da ‘civilização e de atuar, *por si mesma*, como um fator de desenvolvimento acelerado, mas independente” (FERNANDES, 2008, p. 182, *itálicos originais*).

Considerada a concepção de Universidade, enfaticamente defendida sob a lógica pública, no item a seguir, segue reflexão sobre os fundamentos teóricos e princípios norteadores da formação profissional no Serviço Social, almejada como parte do ensino universitário.

Fundamentação teórica e princípios norteadores da formação profissional

Ao discutirmos a formação profissional em Serviço Social, é preciso inicialmente compreendê-la como um processo contínuo que expressa a direção social, teórico-metodológica e ética que deve orientar não somente o âmbito acadêmico, mas a qualificação para o exercício profissional. Tal entendimento encontra respaldo nas

abordagens de Silva e Silva (1984) que desde a década de 1980 e 1990, já apresentava uma concepção crítica entorno da formação, devendo esta acompanhar a dinâmica da sociedade e a trajetória histórica do Serviço Social, no sentido de entender os condicionantes que a realidade social impõe sobre a prática profissional. Segundo a autora, a formação profissional deve ser entendida “[...] como um processo dialético, portanto, aberto, dinâmico e permanente, incorporando as contradições decorrentes da inserção da profissão e dos profissionais na própria sociedade” (1984, p. 73).

Partindo dessas considerações, a formação profissional deve ser concebida como um elemento histórico, que sofre interferências do contexto social, político e econômico em sua configuração. Fazendo um recorte na trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, verifica-se que a formação profissional recebeu interferências nos anos de 1965 a 1975 com o Movimento de Reconceituação e a construção de uma nova proposta para se pensar a profissão, alinhada à matriz marxiana. Tal movimento impulsionou a formulação do novo Currículo Mínimo em 1982, com a definição de novos objetivos e conteúdo para a formação profissional, os quais valorizavam, sobretudo, os interesses das classes subalternas, bem como apontava a necessidade de tratar o exercício profissional vinculado à dinâmica da sociedade brasileira.

Na década de 1990 houve a revisão da proposta de formação profissional, fruto do amadurecimento teórico construído pelo debate profissional. Tal movimento possibilitou identificar alguns equívocos e lacunas existentes no projeto anterior, bem como definir temas considerados centrais na definição de um novo projeto de formação quais sejam: “[...] a direção social, os eixos fundamentais, a perspectiva teórico-metodológica, a formação do mercado de trabalho e o tratamento dispensado à análise da realidade social brasileira” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 145). As abordagens desses temas foram explicitadas nos debates promovidos pela ABESS e deram formato a Proposta de Currículo Mínimo expressa nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Esse movimento de reformulação do currículo buscou construir uma proposta que, segundo Ortiz (2010), foi organizada a partir de uma lógica que primasse pela perspectiva de totalidade, rompendo com a organização formalista do currículo reduzida a um conjunto de matérias e disciplinas. Com esse propósito, buscou-se a formação de profissionais aptos a responder às demandas contemporâneas que decorrem da reprodução das relações sociais capitalistas e, conseqüentemente, do agravamento das

manifestações da questão social. Sendo assim, a formação profissional em Serviço Social proposta pela ABEPSS:

[...] aponta para o perfil profissional no qual está presente uma formação intelectual e cultural, generalista-crítica, que alimenta a competência na sua área de desempenho e a inserção crítica e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (MENDES, 2004, p. 12).

Encaminhar a formação profissional nesta direção requer, segundo Mendes (2004), um conjunto de conhecimentos articulados que propicie a apreensão crítica da realidade social e histórica, bem como análise das particularidades que conformam a sociedade e o Estado, de modo a compreender as configurações assumidas pela expansão capitalista no Brasil.

Embora seja inegável o avanço e amadurecimento na direção social expressa no redesenho curricular, considera-se que esse processo não pode ser suficientemente compreendido por ele mesmo, ou seja, no âmbito formal de sua constituição, pois, “[...] a formação é, pois, parte de um projeto profissional que se define e redefine no movimento contraditório da sociedade a partir de uma direção social estratégica” (ABREU; LOPES, 2007, p. 11).

A redefinição e a readequação do Projeto Político de Curso deve ser uma constante, na medida em que, a formação profissional exige que se busque refletir criticamente a complexidade e as constantes mudanças que a realidade social está submetida. Nessa perspectiva, “a preocupação que move tais reflexões é de construir, no âmbito do Serviço Social, uma proposta de formação profissional conciliada com os novos tempos [...]” (IAMAMOTO, 1999, p. 168). Sendo assim, a formação profissional exige a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, consoante às demandas locais e ao movimento da realidade social, em sua totalidade. Isso implica:

[...] ao mesmo tempo, fazer um balanço do debate recente do Serviço Social, indicando temas a serem desenvolvidos, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social. E, sobretudo, para que a categoria profissional se arme de elementos teóricos e de informações da realidade capazes de subsidiá-la na formulação de propostas profissionais, isto é, na construção de programáticas de trabalho, tanto no campo da formulação de políticas sociais como de sua implementação (IAMAMOTO, 1999, 169).

Dentre as condições objetivas necessárias para adequar a formação profissional aos tempos presentes, Iamamoto (1999) destaca a necessidade de superação da visão endógena do Serviço Social, assim como permitir que a vida universitária fosse além dos seus muros internos. Nesse sentido, ampliar a compreensão acerca da história da sociedade brasileira no contexto de mudanças de ordem mundial possibilita uma melhor apreensão das “[...] particularidades profissionais em suas múltiplas relações e determinações, densas de conteúdo histórico” (IAMAMOTO, 1999, p. 170). Outro aspecto importante no que se refere à formação profissional diz respeito ao processo de reestruturação pela qual vem passando o ensino superior no Brasil. A mercantilização da educação em todos os níveis e, em particular, no ensino superior, tem colocado em xeque a formação profissional das mais diversas profissões, entre elas o Serviço Social. Há um processo de reorganização das universidades no contexto do capitalismo monopolista, de maneira que o ensino superior também passa ser alvo dos setores capitalistas ávidos pelo lucro a qualquer custo. Nesse sentido, é imprescindível a compreensão de que,

[...] os processos de reestruturação do ensino superior no Brasil, e os desdobramentos sobre a formação em Serviço Social, articulam-se à complexa dinâmica dos monopólios que submete a reprodução das relações sociais inexoravelmente ao seu princípio de maximizar os lucros (SILVA, 2010, p. 407).

Silva (2010) chama atenção para a importância de se contextualizar histórica-socialmente tal situação, a fim de que se tenha clareza da vinculação do desenvolvimento do capitalismo monopolista com os processos econômicos e políticos que ocorrem nas relações sociais. Nesse sentido, o autor destaca que neste contexto se dão profundas alterações na dinâmica social, o que inclui a organização e o significado da universidade brasileira. Essa, cada vez mais é utilizada como instrumento ideológico a serviço do pensamento dominante e orientada para uma formação técnica. Sendo assim, no contexto atual, a universidade brasileira está “[...] voltada para os interesses de mercado e processos de formação profissional cada vez mais empobrecidos de uma dimensão humanística e criticidade” (SILVA, 2010, p. 407). É no âmbito desse contexto que a universidade no Brasil,

[...] vem sofrendo, desde a década de 1990, um sistemático processo de ataques à sua dimensão pública que trata a educação como uma mercadoria, privilegiando as instituições privadas, além de investir contra o modelo universitário pautado na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Por isso, o desafio posto aos movimentos sociais é construir uma unidade em torno da defesa radical do ensino público (SILVA, 2010, p. 419).

Tendo por base essa premissa, verifica-se que no bojo das estratégias de institucionalização das políticas públicas neoliberais implementadas pelo Estado, a educação superior no Brasil a partir dos anos de 1990, pautou-se em um processo de reconfiguração que acabou intensificando a adequação do ensino a lógica do mercado, evidenciando a face privatizante no campo educacional.

Nesse contexto, autoras como Boschetti (2004); Iamamoto (2014); Abreu e Lopes (2007), chamam atenção ao fato de que às tendências observadas no ensino superior, com a investida do capital na mercantilização, aliado às estratégias de manutenção das relações de dominação, vêm impactando na flexibilização e na precarização da formação profissional.

Iamamoto (2014) apresenta dados mais recentes que comprovam o aumento do contingente de profissionais que vai se formando, ou “sendo lançados” no mercado de trabalho, contribuindo decisivamente para a precarização dos espaços sócio-ocupacionais, atingindo, a nosso ver, inclusive os docentes da área, que sentem diretamente as pressões desse contexto de precarização do ensino, da profissão e do trabalho docente:

No nível da formação acadêmico-profissional existem, em agosto de 2011, 358 cursos de graduação autorizados pelo MEC, dos quais dezoito de Ensino a Distância (EAD) que ofertam, no ano, 68.742 vagas. Na modalidade presencial os 340 cursos ofertam, em 2011, 39.290 vagas, segundo a Sinopses Estatísticas do MEC, totalizadas por Larissa Dahmer, em 2013. As matrículas em cursos de Serviço Social assim se distribuem, em 2011: na modalidade EAD 80.650 matrículas e na modalidade presencial 72.019 matrículas (IAMAMOTO, 2014, p. 612).

Considerando esse crescimento acentuado do contingente de profissionais do Serviço Social, a autora ressalta que haverá implicações para o exercício profissional, nas relações de trabalho e condições salariais, pelas quais se realiza a profissão. Assim, indica

que, em curto prazo, observaremos um crescimento acelerado de desemprego no país, tendo em vista que os postos de trabalho não acompanham o mesmo ritmo de crescimento do contingente profissional. Consequentemente, haverá uma pressão com relação ao piso salarial e uma tendência cada vez mais acentuada também da precarização do trabalho e da insegurança profissional:

O contingente de assistentes sociais brasileiros é o segundo no cenário mundial, com 135 mil profissionais ativos, conforme dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), apenas superado pelos EUA, num total de 750 mil assistentes sociais no mundo, conforme a *International Federation of Social Workers* (IFSW) (IAMAMOTO, 2014, p. 612).

Levando em conta que nos encontrarmos no ano de 2019, o aumento de alunos(as) e profissionais previstos pela autora, consequentemente se tornou ainda maior.

As consequências advindas do cenário apresentado são visíveis na formação e na profissão do Serviço Social. Tais consequências permitem reflexões a respeito do movimento que se instaura no país em decorrência da política neoliberal, da reestruturação produtiva, da “globalização” e da mundialização e financeirização do capital, já discutidos anteriormente. De acordo com Iamamoto,

O desmesurado crescimento do quadro profissional nas últimas décadas, decorrente da expansão acelerada do ensino superior privado – em particular no ensino a distância – tem implicado na qualidade acadêmica da formação, no aligeiramento no trato da teoria, na ênfase no treinamento e menos na descoberta científica. A massificação e a perda de qualidade da formação universitária *facilitam a submissão dos profissionais às demandas e “normas do mercado”*, tendentes a um processo de politização à direita da categoria. O aumento do contingente profissional vem acompanhado de crescimento do desemprego em uma conjuntura recessiva, pressionando o piso salarial e a precarização das condições de trabalho, aumentando a insegurança no emprego e a concorrência no mercado profissional de trabalho (IAMAMOTO, 2014, p. 630, *itálicos originais*).

Além disso, no que se refere especificamente à formação para o Serviço Social, cabe esclarecer que Koike (2009) e Iamamoto (2007) concordam que a proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, de 1996, que foi elaborada coletivamente em um processo conjunto pelas unidades de ensino e apresentado ao Conselho Nacional

de Educação (CNE), foi descaracterizada durante a sua tramitação e ao ser homologada pelo Ministério Educação e Cultura (MEC), em 2001. Boschetti (2004) explica que no momento da sua aprovação pelo CNE, em 2001, houve uma redução da concepção de formação crítica, presente no texto original:

Os pareceres e a resolução do CNE aprovando o currículo pleno do Serviço Social, emitidos em 2001 e 2002, após anos de análise (a ABEPSS encaminhou as diretrizes curriculares ao MEC no início de 1997), reduziram drasticamente o projeto pedagógico que constava nas diretrizes curriculares da própria ABEPSS (BOSCHETTI, 2004, p. 22).

Compreende-se que as alterações processadas pelo CNE, em relação à proposta do texto original, traduzem muito bem às orientações políticas e econômicas que o MEC vem seguindo no campo da educação, isso em todos os níveis de ensino.

Ao analisar as atuais tendências da formação acadêmico-profissional destaca-se que em relação à proposta original houve “[...] uma forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades preconizados e considerados essenciais ao desempenho do assistente social” (IAMAMOTO, 2008, p. 445).

Fatos dessa natureza corroboram para que muitas unidades de ensino assumam um modelo mais compacto, com indicação mais geral dos conteúdos que estruturam os núcleos de formação, não incorporando em seus projetos pedagógicos muitos dos princípios e orientações contidas na proposta original. Nesse sentido, Iamamoto (2014) ressalta que essa flexibilização na formação acadêmico-profissional é condizente com os princípios liberais (e neoliberais) que vem norteando o Ensino Superior e estimulando a sua privatização, tomando como base as lógicas do mercado. O contexto atual expressa contradições que se mostram latentes na formação profissional. A complexidade das mudanças que se impõe e interpõe no processo formativo dos assistentes sociais, não pode ser interpretada a partir de uma relação de causa e efeito, como se fosse possível neutralizar o projeto de formação do campo de tensionamentos, constituído por diferentes projetos societários.

Nesse movimento dialético, coloca-se a importância de se fortalecer os fundamentos necessários para compreender que o trabalho do assistente social insere-se em uma práxis social mais complexa, a qual envolve ações de resistência e luta de classes

como campo de possibilidades para transcender da prática alienante e reificada, para uma consciência profissional que se coloca no horizonte da sociabilidade humana.

Nessa perspectiva, no que se refere especificamente à formação profissional no âmbito do Serviço Social, tal processo é orientado pelas “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social” aprovadas no ano de 1996 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Tal documento aponta para a necessidade de se atentar às mudanças de ordem mundial que afetam diretamente a divisão sociotécnica do trabalho. Dentre os pressupostos norteadores da concepção de formação social que indicam essas diretrizes, destaca-se a preocupação com o caráter analítico e interventivo do Serviço Social no âmbito das relações sociais que produzem e reproduzem a vida social. Nesse sentido, a formação profissional do curso de Serviço Social da UNESPAR se fundamenta nos pressupostos norteadores da concepção de formação profissional presentes nas Diretrizes Curriculares de 1996, quais sejam:

- 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
- 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
- 4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p. 05-06).
- 5-

Além desses pressupostos, a formação profissional do Curso de Serviço Social da UNESPAR se pauta em princípios que fundamentam essa formação profissional. Nesse sentido, a ABEPSS aponta para a preocupação em compreender os problemas e desafios a serem enfrentados pelo profissional no processo de produção e reprodução da vida

social. O enfrentamento de tais desafios exige que a realidade social seja submetida ao rigoroso trato teórico, histórico e metodológico. Nesse sentido, torna-se imprescindível a adoção de uma teoria social crítica que possibilite “[...] a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996, p. 6).

Ao considerar a atividade interventiva do profissional do Serviço Social, destaca-se a importância de se conhecer criticamente a realidade social. Nessa perspectiva, as dimensões interventiva e investigativa se apresentam como “[...] princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade” (ABEPSS, 1996, p. 6). Outros princípios que constam nas Diretrizes Curriculares que orientam o processo de formação profissional do Serviço Social são os seguintes:

Caráter indisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida econômica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas; em luta pela direção da formação social, que compõem a produção das ciências sociais e humanas; ética como princípio formativo perpassando a formação curricular; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (ABEPSS, 1996, p. 6-7).

A formação profissional deve expressar uma concepção de ensino e aprendizagem que estão vinculadas à dinâmica da vida social, exigindo assim, “[...] parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio institucional” (ABEPSS, 1996, p. 7). Nessa perspectiva, o redimensionamento do pensar e do agir dos profissionais diante das novas demandas é determinado pelas mudanças nos padrões de acumulação e regulação social (ABEPSS, 1996).

Além disso, cumpre destacar outros princípios que devem influenciar a formação profissional no âmbito do Serviço Social. Trata-se de princípios que definem as diretrizes curriculares da formação profissional. Tais princípios se encontram nas Diretrizes Curriculares de 1996 e dão sustentação à formação profissional, tendo como objetivo possibilitar:

I - apreensão crítica do processo histórico; II - investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender a constituição e o desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; III - apreensão do significado social da profissão, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; IV - a apreensão das demandas consolidadas e das emergentes que são apresentadas ao Serviço Social pela dinâmica social, visando formular respostas profissionais eficazes, eficientes e efetivas e; V - exercício profissional cumprindo as competências, atribuições e exigências previstas na legislação que regulamenta a profissão e, no Código de Ética Profissional (ABEPSS, 1996, p. 7).

O Curso de Serviço Social da UNESPAR tem como norte orientador para a formação profissional um projeto profissional inovador e crítico, fundamentado teórico e metodologicamente no materialismo histórico dialético. Ao adotarmos o materialismo histórico dialético, como sustentação da formação profissional, partimos do pressuposto que os profissionais são sujeitos sociais, ou seja, sujeitos com capacidade teleológica, pautando-se em ações humanas sempre orientadas para objetivos, metas e fins:

A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre em um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que legitimam e a escolha dos meios para lográ-la (NETTO, 2007, p. 2).

Contudo, esse projeto se constitui em múltiplas determinações sócio-históricas, que vão além de escolhas individuais ou coletivas, e que só adquire materialidade quando associada a uma direção política. Isto significa, na perspectiva de Netto (2007), que a categoria profissional afirma o compromisso com determinados princípios e valores que vão ao encontro de projetos societários que respondem as necessidades e interesses das classes trabalhadoras, portanto, projetos macroscópicos que são simultaneamente projetos de classe. Trata-se de um campo de tensão e de lutas, construído a partir de um universo heterogêneo, plural e contraditório, permeado de relações de poder.

Ressalta-se que estes valores adotados pela categoria profissional são de natureza explicitamente ética, mas os elementos éticos que nos referimos, “[...] não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem,

además, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais” (NETTO, 2007, p. 8). Nessa perspectiva, entendemos que o Projeto Ético-Político do Serviço Social contempla três dimensões – ética, política e profissional – que estão imbricadas e são complementares entre si.

Para a formação e o exercício profissional, destaca-se o compromisso ético assumido pela profissão segundo princípios e valores humanistas contidos no Código de Ética do Assistente Social de 1993, tendo em vista que:

[...] este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 2007, p. 15-16).

A partir da concepção do autor, compreende-se a razão de ser do projeto profissional em questão: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando combinado com uma direção política-profissional.

Esta direção política deve ser entendida no seu sentido mais amplo, em contrapartida as investidas neoliberais, conversadoras e reacionárias presentes na contemporaneidade:

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 2007, p. 16).

Neste contexto, a profissão é construída a partir do terreno sócio-histórico e as respostas profissionais assumem particularidades resultantes do próprio desenvolvimento da sociedade brasileira. Sendo assim, do ponto de vista estritamente profissional:

[...] o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa. [...] Em especial, o projeto prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é seu componente elementar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, aí incluída a publicidade dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários. [...] Enfim, o projeto assinala claramente que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional articular-se com os segmentos de outras categoriais profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta dos trabalhadores (NETTO, 2007, p. 16).

Essas dimensões atravessam não apenas o Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), mas também a Lei que regulamenta a profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996), dentre outras regulamentações do Serviço Social, consubstanciando a formação e o exercício profissional a partir de investimentos acadêmico-profissionais que foram realizados no sentido de se construir uma nova forma de pensar e fazer o Serviço Social, orientadas por uma perspectiva teórico-metodológica crítica e em princípios éticos de um humanismo radicalmente histórico, norteadores do projeto de profissão no Brasil (IAMAMOTO, 2007).

O Curso de Serviço Social deve contribuir para a formação de um perfil profissional capacitado nas dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa nas diversas ações interventivas dos espaços profissionais. Nessa perspectiva, Sousa (2008), ao fazer referência a Iamamoto, reforça que essas três dimensões devem ser de domínio do Assistente Social:

- Competência ético-política – [...] é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFAS nº 273/93)5, e que assumem claramente uma postura profissional de articular sua intervenção aos interesses dos setores majoritários da sociedade;

- Competência teórico-metodológica [...], faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais;
- Competência técnico-operativa – o profissional deve conhecer, se apropriar, e sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes (Estado, empresas, Organizações Não-governamentais, fundações, autarquias etc.), garantindo assim uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social (IAMAMOTO *apud* SOUSA, 2008, p. 121-122).

Ao fazer referência às essas competências, Iamamoto (1999) afirma que elas precisam caminhar conjuntamente, na medida em que são fundamentais e se complementam entre si. No entanto,

[...] aprisionados em si mesmos, transformam-se em limites que vêm tecendo o cenário de algumas dificuldades, identificadas pela categoria profissional, que precisam ser ultrapassadas: o teoricismo, o militatismo e o tecnicismo (IAMAMOTO, 1999, p. 53).

Partindo desse pressuposto, Iamamoto (2004) afirma que a atualidade exige um profissional com competência crítica, o que requer: um diálogo crítico com a herança intelectual; um redimensionamento dos critérios da objetividade do conhecimento, ou seja, necessita de um profissional atento para decifrar o não-dito, e, competência técnica e política no exercício da profissão.

Assim, no âmbito do Serviço Social, a formação profissional deve propiciar o aprimoramento intelectual para decifrar a realidade; competência para desvendar as tramas das relações sócio-históricas e, diálogo crítico e rigoroso com o movimento teórico, capaz de elucidar as tendências particulares dos sujeitos sociais (IAMAMOTO, 1999).

Ao discutirmos a formação profissional em Serviço Social, é preciso inicialmente compreendê-la como um processo contínuo que expressa a direção social, teórico-metodológica e ética que deve orientar não somente o âmbito acadêmico, mas a qualificação para o exercício profissional. Tal entendimento encontra respaldo nas abordagens de Silva e Silva (1984) que desde a década de 1980 e 1990, já apresentava

uma concepção crítica em torno da formação, devendo esta acompanhar a dinâmica da sociedade e a trajetória histórica do serviço social, no sentido de entender os condicionantes que a realidade social impõe sobre a prática profissional. Segundo a autora, a formação profissional deve ser entendida “[...] como um processo dialético, portanto, aberto, dinâmico e permanente, incorporando as contradições decorrentes da inserção da profissão e dos profissionais na própria sociedade” (1984, p. 73).

No item a seguir, é apresentada a caracterização do curso de Serviço Social, a partir da sua inserção na região de Paranavaí.

Caracterização da região em que o curso se insere e o perfil do estudante

Localizada no estado do Paraná, a cerca de 493 Km da capital Curitiba, a cidade de Paranavaí, onde situa-se o Campus da UNESPAR, insere-se como parte de um conjunto de 10 mesorregiões e 30 microrregiões. Conforme destaque em preto, na figura 2, Paranavaí encontra-se na Mesorregião Noroeste, que abrangida pela microrregião de Paranavaí MRG-1, totaliza 61 municípios.

Figura 1 – Divisão Mesorregião



Fonte: IPARDES (2015).

Na figura 2, a Microrregião de Paranavaí, encontra-se assinalada em preto, sinalizando para a área geográfica onde encontra-se os seguintes municípios: Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaçá, Inajá, Itaúna do Sul, Jardim Olinda, Loanda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranaipoema, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara e Terra Rica.

São município em sua maioria de pequeno porte, com exceção da cidade de Paranavaí, que insere-se como de médio porte I, compondo um total de 86.773 mil habitantes. Loanda é o município de pequeno porte com o maior número populacional (22.603), e Jardim Olinda com 1.409 mil habitantes é o menor deles (IPARDES, 2015).

Figura 2 – Divisão Microrregião



Fonte: IPARDES (2015).

O curso de graduação em Serviço Social da UNESPAR campus Paranavaí, além de abranger estudantes dos 61 municípios da Mesorregião Noroeste, absorve ainda estudantes das regiões adjacentes, como é a Mesorregião do Norte Central paranaense e 6 microrregiões: Paranavaí, Cianorte, Umuarama, Floraí, Astorga e Maringá, totalizando 95 municípios, numa área total de 32.745.567 km² e população total estimada em 1.543.213 habitantes.

Para a proposta de elaboração desse documento, são consideradas com maior ênfase as características da Microrregião de Paranavaí, no tocante aos dados, onde se insere a UNESPAR campus Paranavaí e nela o curso de Serviço Social.

Os dados constantes na tabela abaixo, evidenciam que a Microrregião de Paranavaí é composta por uma extensão geográfica grande. Possui uma área territorial de 10.280 km² e comporta 28 municípios. Nesse universo, somente a cidade de Paranavaí é classificada como município de médio porte, Loanda como município de pequeno porte II e os demais, todos municípios de pequeno porte.

Como é possível visualizar na tabela 1, o Índice de Desenvolvimento Humano

(IDHM) total em 0,746 pode ser considerado aceitável, levando em conta o do Estado do Paraná que é de 0,727, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

Tabela 1 - Microrregião de Paranavaí

Município	População estimada (2018)	IDH (2018)	Índice de Gini - renda per capita (2010)
Paranavaí	87.813	0.763	0,4805
Paranacity	22.927	0,725	0,4721
Loanda	22.927	0,725	0,4721
Terra Rica	16.652	0,710	0,3891
Alto Paraná	14.679	0,696	0,4385
Nova Londrina	13.225	0.758	0,4986
Paraíso do Norte	13.631	0.746	0,4775
Paranacity	11.361	0,717	0,4025
Sta Isabel do Ivai	8.603	0,720	0,4140
Sta Cruz do Monte Castelo	7.849	0,710	0,3819
Marilena	7.067	0,681	0,3613
São Carlos do Ivai	6.834	0,682	0,3999
Guairaçá	6.553	0,693	0,4548
São João do Caiuá	5.874	0,664	0,4663
Diamante do Norte	5.146	0.723	0,4461
Amaporã	6.181	0,669	0,3977
Tamboara	5.080	0,731	0,3438
Cruzeiro do Sul	4.489	0,713	0,4189
Planaltina do Paraná	4.254	0,705	0,4313
Itauna do Sul	2.951	0,656	0,3840
Sta Monica	3.944	0,704	0,4853
Inajá	3.103	0,705	0,4383
Paranapoema	3.164	0,709	0,4323
Sto Ant ^o do Caiuá	2.656	0,696	0,3605
Porto Rico	2.561	0,735	0,4874
São Pedro do Paraná	2.338	0,704	0,4038
Mirador	2.231	0,680	0,4191
Nova Aliança do Ivai	1.534	0,717	03423
Jd. Olinda	1.343	0,682	0,4443
Microrregião	286.223	0,749	0,5416

Fonte: IPARDES, 2018 (Com base nos dados Perfil Avançado dos Municípios e Regiões).

Os(As) estudantes de Serviço Social na Microrregião de Paranavaí

Os resultados aqui descritos constituem-se parte dos dados obtidos com a aplicação de questionário, com cerca de 40 questões, que foi aplicado aos estudantes do curso de graduação em Serviço Social da UNESPAR. A elaboração do instrumental de pesquisa contou com a participação e colaboração de discentes¹ dos Campus de Paranavaí.

Nos itens que se seguem, apresentam-se os dados organizados segundo resultados obtidos no âmbito social, econômico e cultural.

a) Dados Sociais

Nesse item foi apresentado e discutido os dados sociais dos estudantes do curso de Serviço Social-Campus Paranavaí, entre os quais moradia, sexo idade.

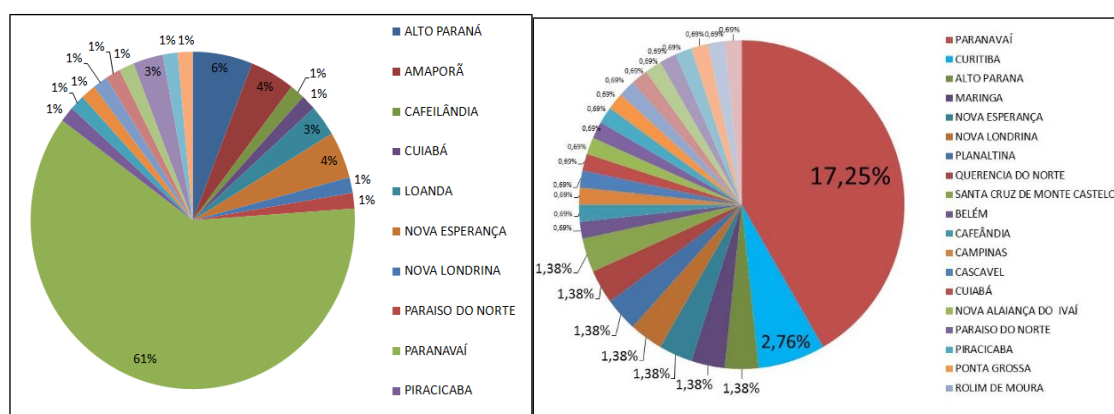


Gráfico1 - Local da moradia da família Gráfico2 - Cidade Natal
Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

¹Em Paranavaí, a pesquisa foi coordenada pela Professora Marília Gonçalves Dal Bello. O questionário foi aplicado para todas as turmas do Curso de Serviço Social. Destaca-se ainda que no curso de Serviço Social/Campus Paranavaí a proposta dessa pesquisa foi vinculada à proposição de projeto de Iniciação Científica (PIBIC) da estudante Brena Pantoja.

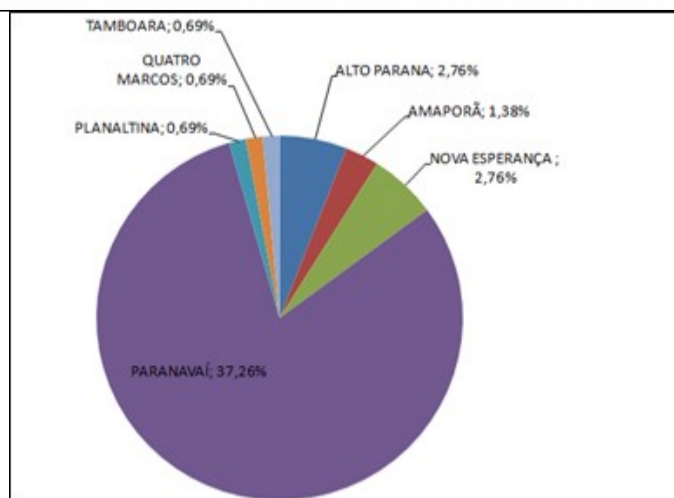


Gráfico 3- Local da moradia atual

Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

Dados do gráfico 1, 2 e 3 apontam que a maioria dos(as) estudantes do curso de Serviço Social – Unespar Campus Paranavaí, nasceram (17%), moram (61%) e estudam (37%) na cidade de Paranavaí. O gráfico 1 evidencia que 61% dos(as) estudantes tem a família residente em Paranavaí. O alto percentual de estudantes que tem a família residindo em Paranavaí (61%) discrepante (17%) em relação a cidade Natal, sinaliza que muitos estudantes escolhem morar na cidade de Paranavaí, a maior cidade da Mesorregião Noroeste, em busca de melhores condições de vida, vinculadas por exemplo ao trabalho e a educação.

Importante sinalizar que com a adesão da UNESPAR Campus Paranavaí no Sistema de Seleção Unificada (SISU) em 2015, o Campus recebeu, além dos(as) estudantes residentes em cidades paranaenses próximas a Paranavaí, estudantes de outros estados como São Paulo e Mato Grosso.

Oriundos de diversas cidades do Brasil, muitas vezes distantes da cidade Natal e do local de moradia da família, os egressos, embora tiveram como garantia o acesso à universidade, frente as múltiplas expressões da questão social enfrentadas, como dificuldades de aprendizagem, limites de acesso a assistência estudantil, muitos desistiram de estudar ou transferiram para outras instituições com maiores recursos para acolhe-los.

Em consonância com a Política de Assistência Estudantil, reconhece-se que muitos alunos foram contemplados com bolsas, como as de Iniciação Científica,

entretanto, é preciso considerar, que, para além da renda, a permanência estudantil passa pelo reconhecimento de demandas materiais como restaurante universitário, moradia estudantil e também por serviços, como os de atendimento psicossocial, bem como projetos de monitoria e acompanhamento das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos(as) estudantes.

O gráfico 3 demonstra que a maioria dos(as) estudantes do curso de Serviço Social moram e estudam em Paranavaí (37%). Por outro lado, constata-se que embora, sejam minoria, cerca de 9% deles moram em cidades próximas a Paranavaí. Isso implica em deslocamentos diários de até 100 Km. Esse percurso é feito na maioria das vezes em transportes particulares contratados pelos estudantes, cujos gastos somam cerca de R\$ 300,00 mensais.

Uma outra opção adotada pelos(as) estudantes residentes em cidades mais distantes, tem sido a moradia em República como mostra o gráfico 4.

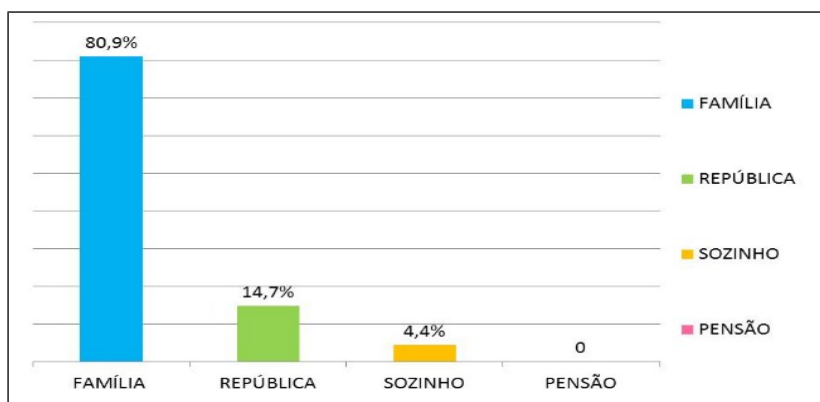


Gráfico 4 - Jeito de Morar

Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

Segundo dados do gráfico 4, a grande maioria dos(as) estudantes (81%) residem com suas famílias. Uma minoria (14,7%) residem em Repúblicas, seguido por 4,4% dos que afirmaram residirem sozinhos. A moradia em República tem sido uma alternativa para baratear custos com habitação entre estudantes residentes em cidades próximas a Paranavaí, mas principalmente para egressos do SISU, considerada as longas distâncias em que se encontram suas famílias.

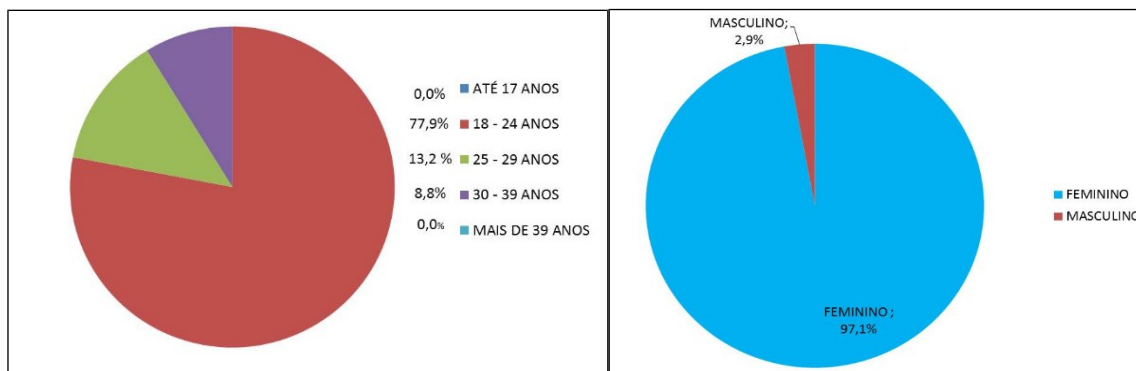


Gráfico 5 - Idade

Gráfico 6 - Sexo

Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

Como mostra o gráfico 5, a maioria (78%) dos(as) estudantes do curso de Serviço Social da Unespar Campus Paranavaí tem idade entre 18 e 24 anos e são do sexo feminino (97,1%) como aponta o gráfico 6. Apenas uma minoria é do sexo masculino (3%).

O gráfico 5 sinaliza ainda que uma minoria, 13% tem idade entre 28 e 29 anos. Seguido de 8,8%, com idade entre 30 e 39 anos. Os dados obtidos sinalizam, para o curso de Serviço Social, uma tendência ao ingresso de jovens mulheres na Universidade, logo após o término do ensino médio. Esse dado, evidencia a distribuição por gênero, pois o Curso de Serviço Social, por ser uma profissão que possui uma característica relacionada ao serviço (e não ao poder), desde sua gênese, comporta mais mulheres que homens. Logo, afirma a formação de jovens profissionais, a maioria mulheres, disponíveis para serem absorvidos pelos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, principalmente no âmbito dos serviços públicos.

Aliada a característica jovem dos(as) estudantes do curso de Serviço Social, constata-se que são também solteiras(os) e sem filhos, como aponta dados do gráfico 6 e 8.

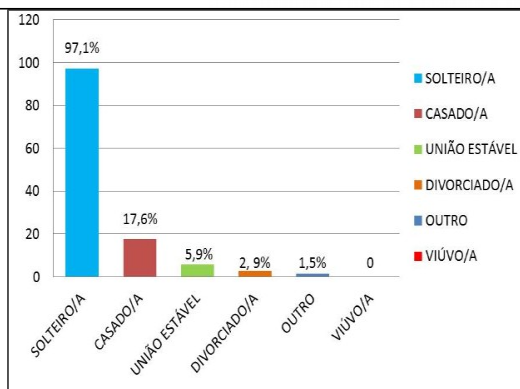


Gráfico 7 - Estado Civil

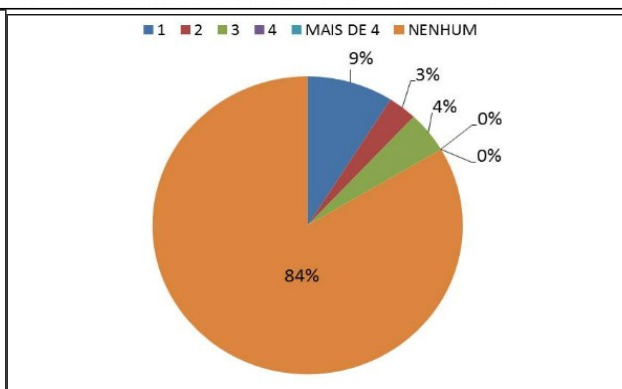


Gráfico 8 - Número de Filhos

Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

De acordo com o gráfico 7, a maioria dos(as) estudantes de Serviço Social (97%) são solteiros, seguido de uma minoria (17,6%), casados; 5,9% em união estável e 3% de divorciados. Interessante notar que, a maioria desses estudantes (84%) também não tem filhos. Uma minoria dos estudantes que sinalizaram ter filhos, 9% tem apenas 1, seguido de 3% com 2 e 4% com 3. Isso possibilita conjecturar que, jovens estudantes, ao ingressarem na Universidade, depositam toda uma expectativa em construir, concomitante a vida profissional, também a vida pessoal e familiar.

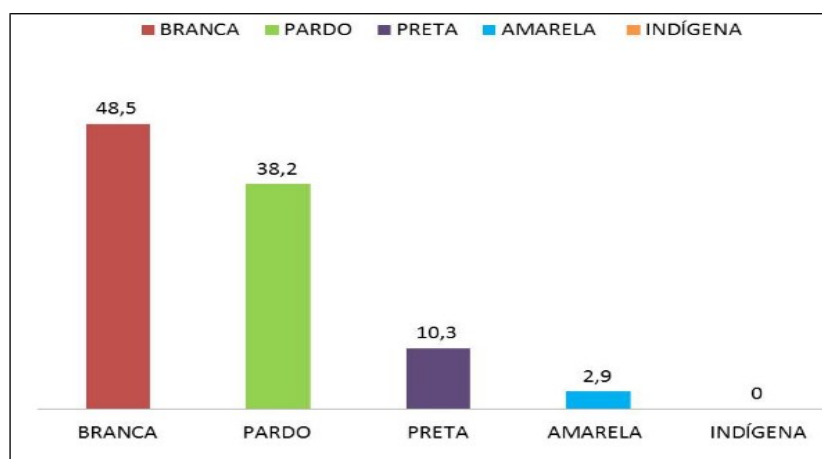


Gráfico 9- Cor/Etnia

Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

Dados do gráfico 9, aponta que 48,5% dos(as) estudantes declaram-se serem da cor branca, seguido de 38% que se declaram pardos. Já uma minoria 10,3%

declaram-se serem da cor preta e 2,9% serem da cor amarela. Os números obtidos expressam e afirmam uma tendência histórica de exclusão social no Brasil, em que os brancos possuem maiores oportunidades de inclusão social. Esses indicativos são de extrema importância para reflexões e gestão de estratégias no âmbito universitário, no sentido de aprimorar e prover a ampliação de oportunidades de inserção universitária de minorias.

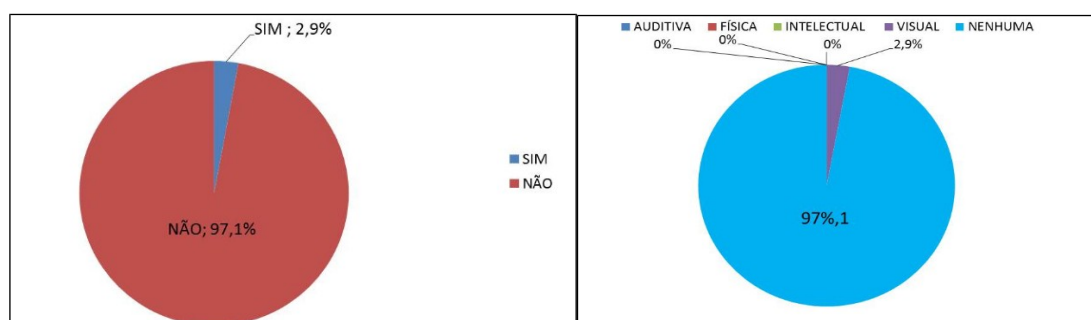


Gráfico 9- Pessoas com deficiência

Gráfico 10- Tipo de Necessidade

Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

De acordo com dados do gráfico 9, uma minoria (2,9%) dos(as) estudantes do curso de Serviço Social declaram ter algum tipo de necessidade especial na visão (2,9), como aponta o gráfico 10. Embora, muitas vezes são minorias, estudantes com necessidades especiais tem direitos, que quando não incorporados pela Universidade impedem ou dificultam a conclusão do curso de Serviço Social.

Conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), entre seus princípios está a garantia de igualdade de acesso e permanência estudantil. E ainda sobre o direito a educação, a LDB, pauta como direito o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

Na UNESPAR Campus Paranavaí, embora esforços tenham sido empreendidos no sentido de prestar atendimento aos estudantes com algum tipo de deficiência, como a disponibilidades de tradutores e interpretes em libras, preparo e disponibilidades de textos para leitura em braile – ainda se trata de ações pontuais, que, desvinculadas de uma política universitária, sustentada por uma divisão institucional especializada na prestação de serviços aos estudantes, imputa aos gestores, docentes e discentes, muito mais desafios, do que conquistas na garantia do direito a educação

especial a todos dos que quem dela necessitar.

Ressalta-se o ganho institucional com a criação do CEDH em 2016. O Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH) é estruturado por um comitê gestor da UNESPAR e um comitê de cada campus (CEDH Local), o CEDH é composto por três núcleos: Núcleo de Educação para Relações de Gênero (NERG); Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NESPI); Núcleo de Educação para Relações Étnico-raciais (NERA). Cada núcleo tem uma demanda específica e trabalha em conformidade a ela. Cabe aos núcleos, e ao comitê gestor do CEDH local, ações para a inclusão e permanência da diversidade humana na Universidade.

No item abaixo, são apresentadas as demandas econômicas dos(as) estudantes do curso de graduação em Serviço Social UNESPAR campus Paranavaí, bem como a inserção do curso no contexto econômico regional de Paranavaí.

b) Dados Econômicos

Nesse item será discutido sobre as demandas econômicas, como renda, e principais gastos dos (as) estudantes, a partir da região na qual se insere o curso de graduação em Serviço Social da UNESPAR campus Paranavaí.

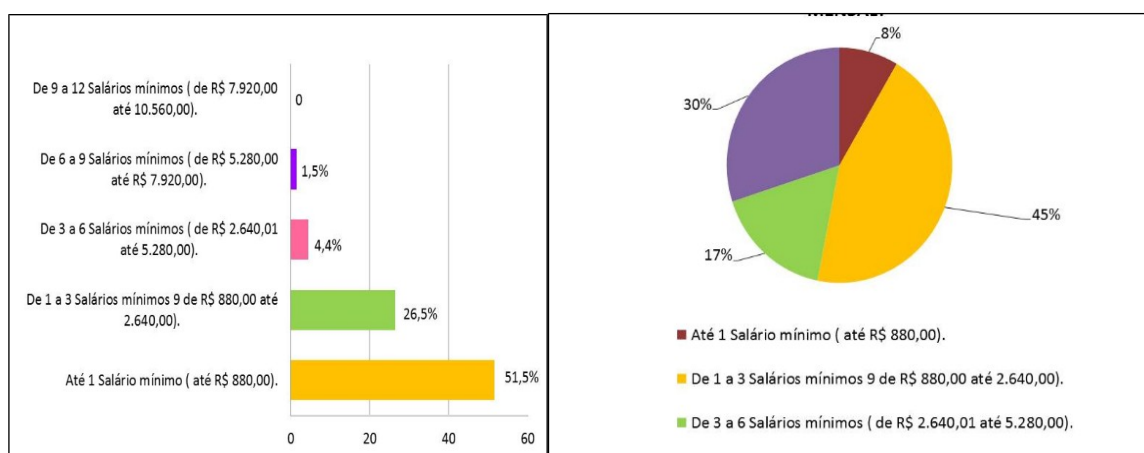


Gráfico 11 - Renda mensal do estudante **Gráfico 12 - Renda mensal da família**
Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

De acordo com dados do gráfico 11, a maioria (51,5%) dos(as) estudantes de

Serviço Social da UNESPAR campus Paranavaí tem renda de até 1 salário mínimo, seguidos de 26,5% com renda entre 1 a 2 salários mínimos. Uma minoria (6%) apresentam-se com renda superior a 6 salários mínimos. Os baixos valores declarados contribui para compreender o porquê muitos estudantes, solteiros moram com as famílias ou em Repúblicas, como mostra o gráfico 4. Conjectura-se que grande parte dos (as) estudantes estão vivendo com ajuda da renda familiar que na maioria dos domicílios destes estudantes é de até 3 salários mínimos, como mostra o gráfico 12.

Os(As) estudantes de Serviço Social são em sua maioria trabalhadores(as), dividindo-se entre as atividades de estudos e remuneradas durante o dia, após as aulas ou mesmo no período noturno, como é a atividade de guarda noturno ou caixa de farmácia. Nos gráficos abaixo, observa-se os vários setores em que se inserem os(as) estudantes trabalhadores(as).

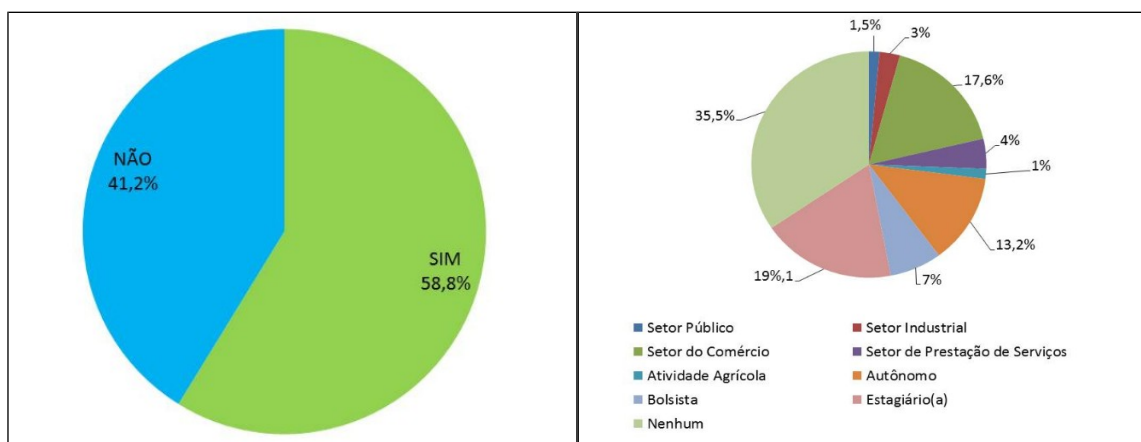


Gráfico 13 - Atividade Remunerada

Gráfico 14 - Setor em que Atua

Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

Como aponta o gráfico 15, a maioria dos(as) estudantes declararam exercerem atividade remunerada (60%), seguida de 41% dos não exercerem tal atividade. Isso sinaliza que quase 50% dos estudantes podem estar sobrevivendo de contribuições financeiras somente da família.

Entre os que exercem atividade remunerada, a maioria atua principalmente no setor comercial (17,6%), seguido de 13,2% dos que atuam como autônomos. Uma pequena minoria exercem atividades remuneradas no setor público (1%), na atividade

agrícola (1,5%), setor industrial (3%) e no setor de prestação de serviço (4%).

Chama a atenção o contingente de estudantes que exercem atividade remunerada na Universidade, entre as quais 19% declararam-se estagiárias(as) e 7% bolsistas. Se por um lado os dados sinalizam para uma substituição de quadro de funcionários, que frente as limitações de concursos públicos, são precariamente substituídos por estagiários estudantes, sinaliza também que o crescimento de bolsistas, tem sido uma tendência, que, mais do que contribuir com a sobrevivência estudantil, significa um aumento das atividades de pesquisa vinculadas a Programas de Iniciação Científica (PIC e PIBIC) e também da bolsa permanência na UNESPAR. Esta última, apesar da excelente proposta, que é a de contribuir com a renda do(a) estudante para que permaneça na Universidade, trata-se de um recurso ainda bastante limitado, que muitos poucos estudantes podem contar.

Nos gráficos abaixo, representa-se os três principais gastos sinalizados pelos(as) estudantes, assim como os valores despendidos com esses gastos.

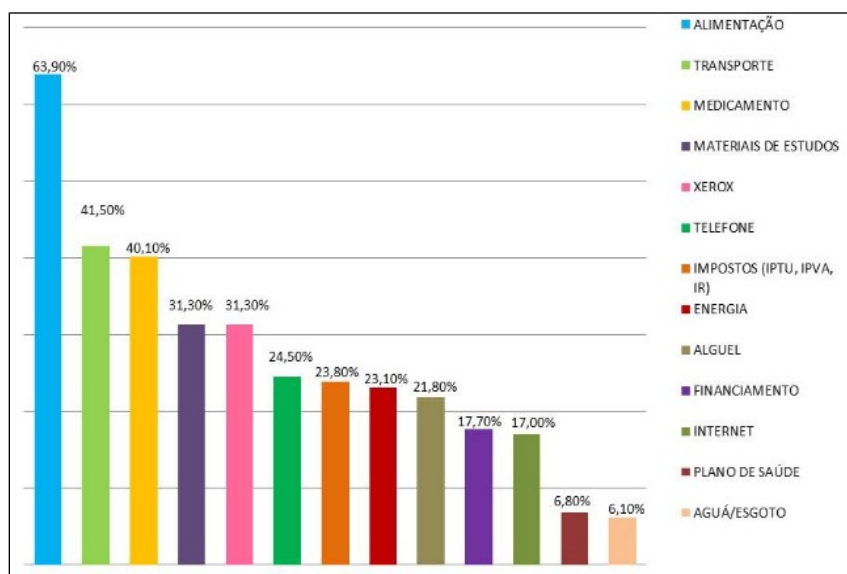


Gráfico 13- três maiores Gastos Mensais

Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

Como demonstra o gráfico 13, os três maiores gastos dos estudantes do curso de Serviço Social concentram-se principalmente na alimentação (64%), seguido no transporte (42%) e na compra de medicamentos (40%). Destaca-se ainda os gastos com

fotocópia (31%) e materiais de estudos (31%). Os menores gastos, cerca de 20% foram atribuídos aos dispêndios com telefone, impostos, energia elétrica, seguidos dos gastos (17%) com internet e financiamentos. Percentuais ainda menores foram atribuídos aos gastos, em torno de (6%) com água/esgoto e plano de saúde. Ou seja, são estudantes, cujo uso de medicamentos, indica um uso frequente de serviços de saúde da rede pública.

No gráfico abaixo, observa-se os valores despendidos pelos estudantes com o três maiores gastos, como é alimentação, transporte e medicação.

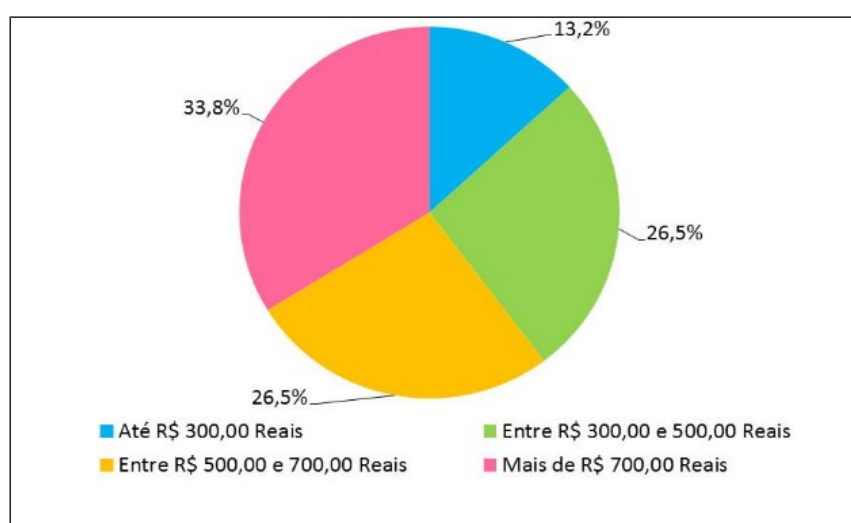


Gráfico 14- Valores despendidos com os maiores gastos

Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

O gráfico 14, sinaliza que a maioria dos(as) estudantes 34%, ao declarem uma renda de até 1 salário mínimo, gastam quase a totalidade do que ganham mensalmente (mais de R\$ 700,00) com alimentação, transporte e medicamentos. Mais da metade dos (as) estudantes afirmaram gastos com as mesmas necessidades entre R\$ 300,00 e R\$ 700,00. Uma minoria situou os dispêndios com tais necessidades em até R\$ 300,00.

Os(As) estudantes ao apresentarem seus três principais gastos, evidenciam a urgência da Universidade em reconhecer direitos à educação, que para além do acesso no nível superior, sinalizam para o necessário reconhecimento de direitos a permanência estudantil. A questão econômica apontada pelos(as) estudantes como uma das principais causas da evasão estudantil no curso de Serviço Social reforça a urgência na concretização da Política Nacional Estudantil, que prevê entre outras iniciativas, a implantação do Restaurante Universitário e atendimento médico. Atenção deve ser dada

ainda, a questão do transporte. Embora o município de Paranavaí mantenha passe gratuito aos estudantes nos horários de aula, o benefício ao não se estender para o período vespertino, compromete parte da renda do estudante com transporte, diante do compromisso, em estar presente, por exemplo, nos campos de estágio, assim como, nas orientações de estágio – ambas atividades obrigatórias a partir do 3º ano do curso de Serviço Social.

O alto gasto com materiais de estudos sugere ainda que o maior meio de disponibilidade de materiais para os(as) estudantes tem sido pela via impressa. Isso demonstra a urgência na renovação e atualização da biblioteca, bem como a disponibilidade de volumes de livros compatível com o número de estudantes existentes no curso. Outra questão, diz respeito a urgência na implantação de rede de internet ágil, que possa viabilizar por exemplo, aulas de professores no laboratório de informática, bem como o acompanharem das aulas via internet. Atualmente, apesar do campus dispor de amplo laboratório de informática, a qualidade da internet compromete em muito o trabalho de docentes e discentes.

Importante notar que o gasto com moradia, embora não aparece como uma necessidade para maioria dos(as) estudantes, com a adesão da UNESPAR ao SISU, torna-se a demanda real para que os alunos que chegam de outros estados ou de cidades paranaenses, distantes de Paranavaí, possam permanecer estudando. Nos gráficos abaixo, descreve-se as características da situação de moradia dos estudantes do curso de Serviço Social.

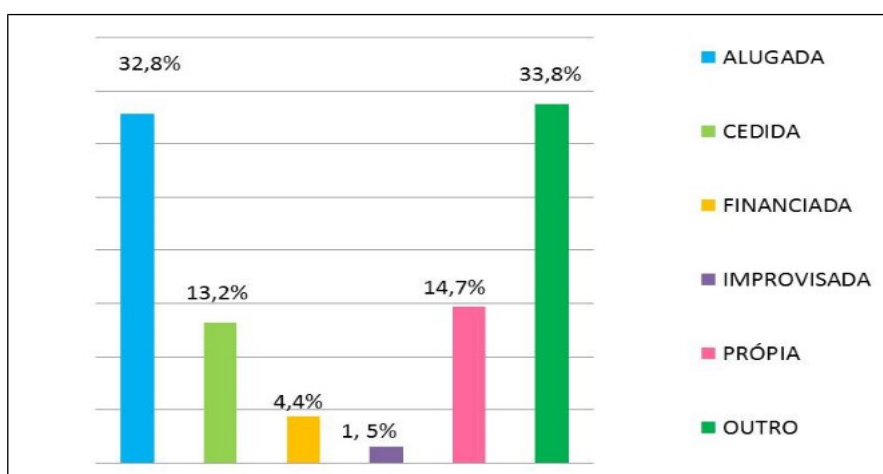


Gráfico 15- Tipo da Casa onde mora

Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

Percentual considerável. (33%) de estudantes afirmaram residirem em casa alugada, seguido de cerca de 13% que moram em casa cedida. Apenas 20% dos estudantes têm casa própria ou financiada. Uma pequena minoria afirmou morar em casa improvisada. Os resultados reafirmam o gasto com aluguel, como um dos maiores dispêndios para os(as) estudantes.

c) Dados Culturais

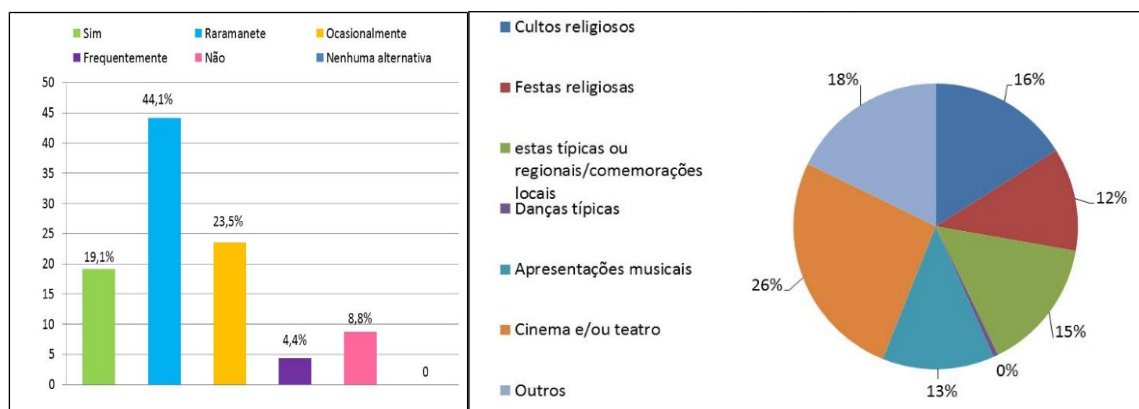


Gráfico 16 - Oferta de atividade cultural

Gráfico 17 - Atividade cultural mais frequente

Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

No gráfico 17, 41% dos(as) estudantes, residentes em Paranavaí, afirmam que a cidade raramente oferece eventos culturais, outros 23,5% afirmam que os eventos são ofertados ocasionalmente. Para uma minoria, os eventos ocorrem frequentemente (4%) ou não ocorrem (9%). Embora, a maioria dos(as) pesquisados(as) afirma que a cidade não oferece ou raramente oferece eventos culturais, a maioria dos(as) estudantes pontuaram participarem de alguma atividade cultural na cidade. É o caso de 26% de estudantes que afirmam irem ao cinema e/ou teatro; de 16% que frequentam apresentações musicais e 15% que vão a festas típicas ou regionais (gráfico 18).

Os dados sinalizam, pode estar havendo uma compreensão restrita de cultura pelos(as) estudantes, que, limitada ao erudito, limita o entendimento de cultura, muitas vezes presente na vida cotidiana.

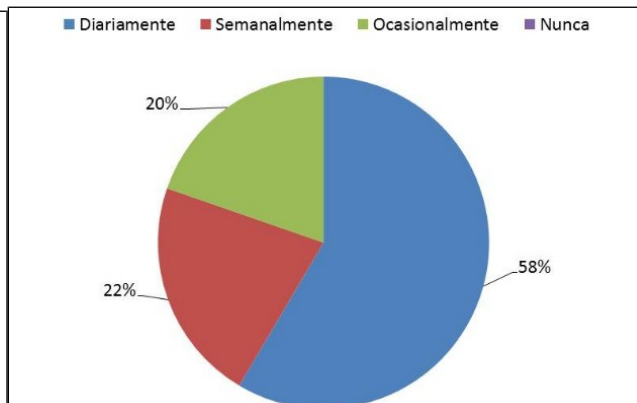
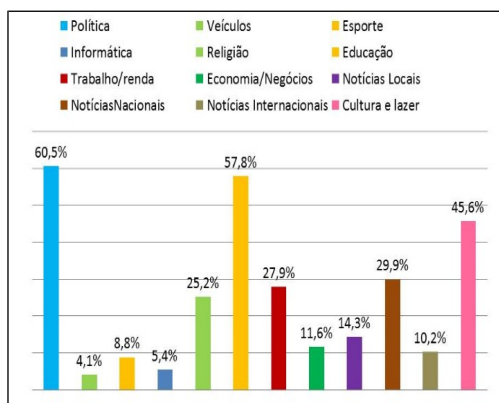


Gráfico 19 - Leitura de interesse no tempo livre **Gráfico 20 - Frequência da atividade**

Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

O tipo de informação que os(as) estudantes (60,5%) mais buscam no tempo livre é sobre política. A busca por informações vinculadas ao esporte, também é representativa para mais de 50% dos(as) estudantes, seguida da busca de informações sobre Cultura e Lazer (45,6%). Para cerca de 50% dos(as) estudantes a busca dessas informações é diária, seguido por 22% que as buscam semanalmente e outros 20% em que a busca por informações sobre política é ocasionalmente. Os dados sinalizam entre os(as) estudantes de Serviço Social, uma preocupação em se informar sobre com os acontecimentos no contexto da política brasileira.

No gráfico abaixo, buscou-se identificar, quais outras atividades se dedicam no tempo livre.

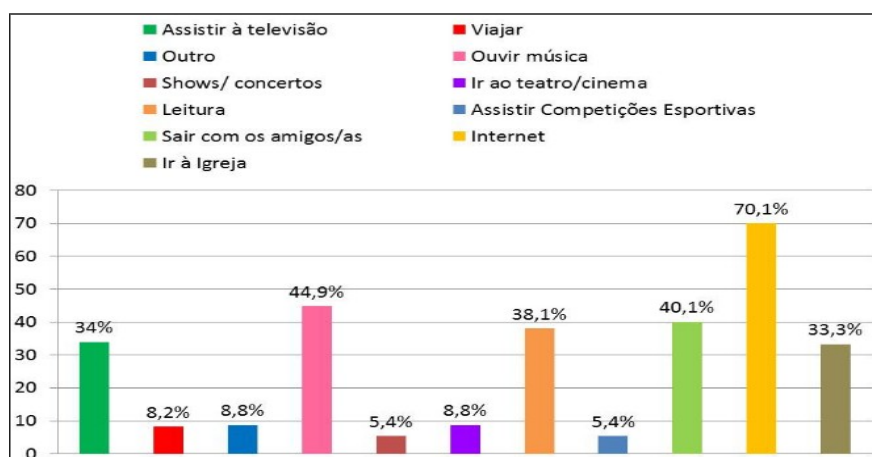


Gráfico 21 - Três Atividades Mais Comuns no Tempo Livre

Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

Segundo dados do gráfico 21, a maioria dos(as) estudantes (70%) dedicam-se principalmente a atividade de acesso à internet, seguidos de 45% dos que se ocupam em ouvir música e 40% daqueles dos que saem com os amigos. Outras atividades importantes para os(as) estudantes são leitura (38%), assistir televisão (34%), e ir na igreja (33,3%). Atividades como viajar, ir ao cinema, ir a shows são atividades que os estudantes menos se dedicam. Observa-se que são atividades que, ao exigir maior dispêndio de recursos financeiros, limitam o trânsito dos(as) estudantes. O interesse pela internet pelos(as) estudantes reforça a importância da Universidade em se adequar às exigências e motivações movidas pelas novas tecnologias, no sentido de motivar e enriquecer o universo cultural informacional dos estudantes.

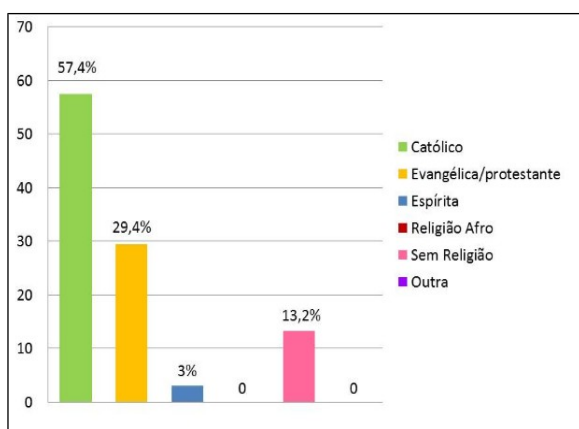


Gráfico 22 - Religião que Pertence

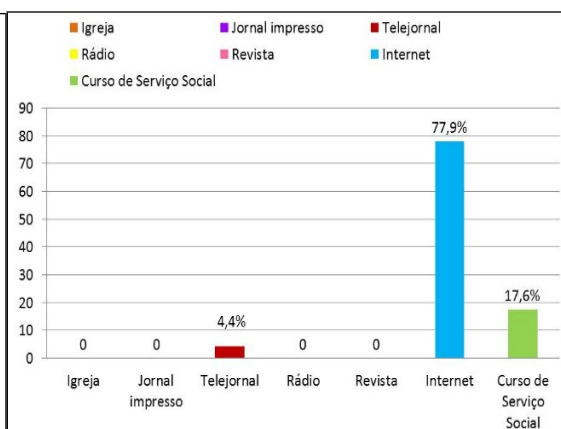


Gráfico 23 - meio de acesso à informação

Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

A religião católica é prevalente para mais de 50% dos(as) estudantes de Serviço Social, seguida da Evangélica (29,4%). Uma minoria, 13,2% declaram-se sem religião e 3% se declaram Espíritas. Pertencentes e frequentadores assíduos das atividades religiosas, destaca-se, para os(as) estudantes de Serviço Social a importância da internet (78%) e do curso de Serviço Social (18%), como possibilidade de informação além daquelas construídas no âmbito religioso.

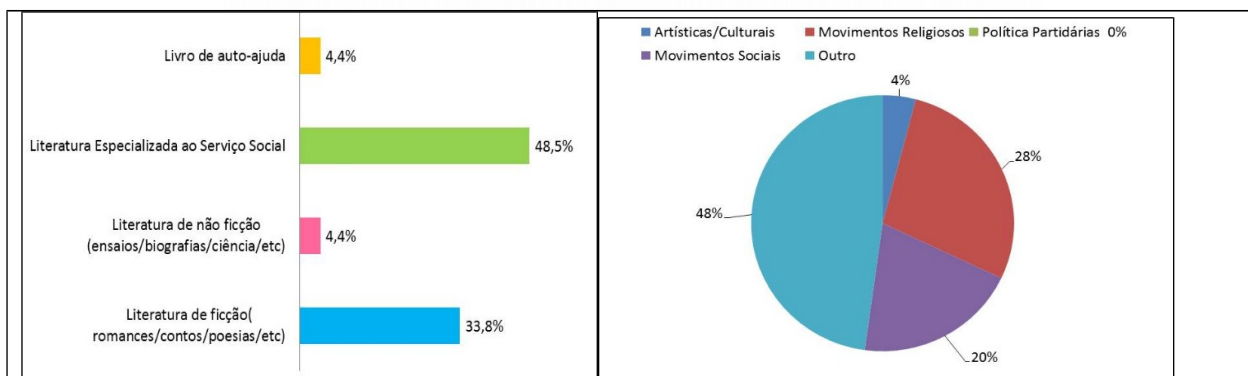


Gráfico 21 - Tipo de leitura realizada Gráfico 22 - Atividade fora da universidade

Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

Entre os(as) estudantes do curso de Serviço Social na UNESPAR campus Paranavaí, como demonstra o gráfico 21, quase a metade (48%), posiciona a leitura especializada em Serviço Social como o tipo de leitura mais lida. Outros 34% sinalizaram interesse por leitura de ficção e uma minoria 4,4% mencionaram leitura de livro de autoajuda.

No gráfico 22, referente as atividades desenvolvidas além do ambiente Universitário, a maioria (28%) afirma participar de movimento religioso, seguida de 20% que se inserem como parte de movimentos sociais. Uma minoria (4%) participa de atividades ligadas a movimentos artísticos culturais. Um montante de 48% mencionou ainda participarem de outros movimentos.

Além do acesso a atividades culturais na cidade onde moram, bem como no cotidiano fora do ambiente universitário, importante ainda é, refletir sobre as possibilidades de inserção cultural proporcionada pela UNESPAR campus Paranavaí, como apontam os gráficos a seguir.

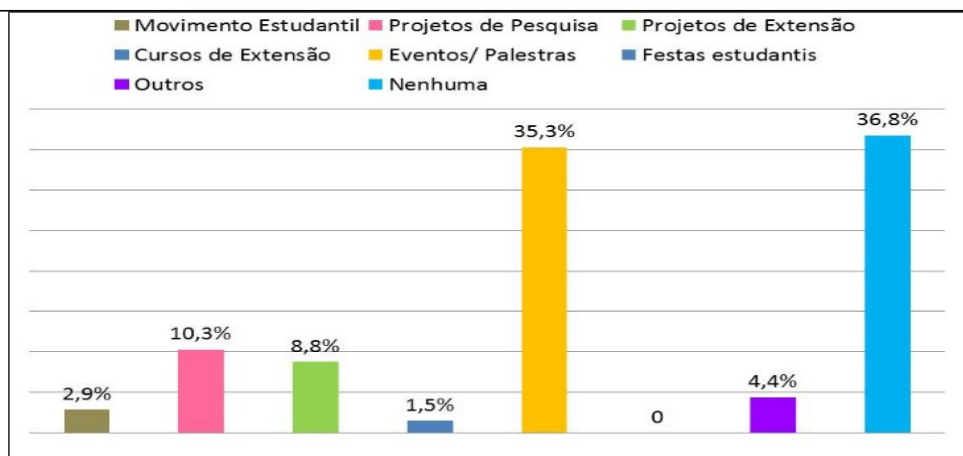


Gráfico 21 - Atividade na Universidade além da sala de Aula

Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

Indagados sobre as atividades que mais frequentam na Universidade, além da sala de aula, 37% dos(as) estudantes afirmaram não participarem de nenhuma atividade. Outros 35% mencionaram a participação em eventos e palestras. Uma minoria (10,3%) relatou participar de projetos de pesquisa; 8,3% participam de projetos de extensão e 4,4% de cursos de extensão. Apenas 1,5% dos(as) estudantes participam de movimento estudantil.

Dados importantes para reflexões no Campus Universitário, quais atividades estão sendo ofertadas para atrair a permanência desse estudante. Ou ainda, quais condições estruturais como transporte, internet, alimentação, estão sendo materializadas para que o aluno participe do universo cultural extra sala.

Entretanto, importante ressaltar, que apesar de um número considerável de alunos afirmarem não participarem de atividades além da sala de aula, é frequente a oferta aos estudantes de Serviço Social de eventos e atividades culturais extra sala de aula. Entre as quais podemos citar: Jornada de Estudos em Serviço Social, Seminário sobre Gênero, Semana do Acolhimento todo início de ano. Destaca-se ainda o projeto cultural do curso de Serviço Social em parceria com o curso de Educação Física: “Intervalo Cultural” e ainda o projeto cultural “Curta o Curta”, disponibilizado aos estudantes, Gincana Cultural entre outros.

Diante dos resultados alcançados importante é refletir sobre as condições objetivas podem contar os estudantes para participarem das atividades extra sala de aula, entre outras, alimentações, transporte, bem como o tipo de atividades que gostariam que

fosse ofertado no campus, como mostra o gráfico 23.

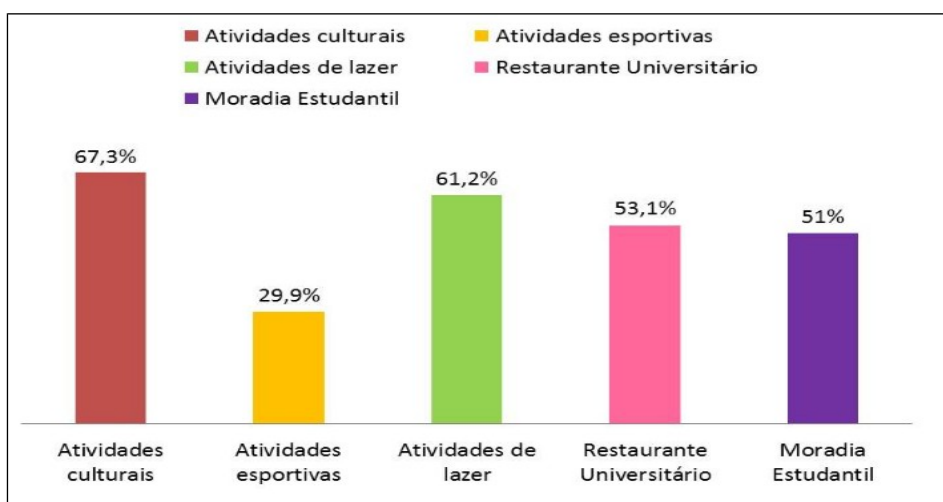


Gráfico 23 - Três principais itens que gostaria que tivessem no campus

Fonte: questionário aplicado para estudantes de Serviço Social (2017).

Uma grande maioria (67%) dos(as) estudantes de Serviço Social do campus da UNESPAR Paranavaí gostaria que fossem ofertadas atividades culturais, outros 61% tem interesse na oferta de atividades de lazer, seguidos de 5. Nesse contexto, 3% prezam pelo Restaurante Universitário e 51% que mencionaram a necessidade de moradia estudantil.

Importante notar que além das atividades culturais, os(as) estudantes apresentam grande interesse em atividades de lazer e esportes. Demanda essa que poderia ser pensada no âmbito da oferta e ampla divulgação de atividades a serem organizadas no rol de atividades do curso de Educação Física, como a natação e demais modalidades esportivas.

O Restaurante Universitário, bem como a moradia estudantil, são itens valorizados e essenciais para uma vivência acadêmica com maior intensidade.

Princípios inerentes ao PPC (com base nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS/1996):

A proposta para a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, tem como direção os princípios definidos pelas diretrizes curriculares da formação profissional, **que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa** para:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação profissional em vigor.

Nesse sentido, o curso tem como objetivos:

- Promover a apreensão das contradições presentes na realidade social em sua totalidade a partir da teoria social crítica, que se constitui na direção social do curso, de acordo com as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisas em Serviço Social;
- Fomentar uma postura investigativa que possibilite a apreensão dialética do movimento histórico da sociedade capitalista, considerando as particularidades da realidade social brasileira;
- Promover a reflexão crítica acerca das transformações no mundo do trabalho e suas particularidades no Brasil;
- Reconhecer o exercício profissional como trabalho socialmente determinado;
- Propiciar uma formação que desenvolva competências e habilidades, a partir de uma perspectiva analítica-interventiva, para atuar nos diversos espaços sócio-ocupacionais;

Promover a articulação dos conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, com o objetivo de atuar sobre os fenômenos sociais resultantes da luta de classes.

METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

É Importante partir da defesa de uma universidade pública, gratuita, universal, laica, democrática, autônoma e de qualidade, que funciona como uma instituição social, entendendo que “Ensino - Pesquisa - Extensão apresentam-se, no âmbito das universidades públicas brasileiras, como uma de suas maiores virtudes e expressão de compromisso social” (MARTINS, 2008, p. 73). Esta proposta de formação profissional se constrói à luz da apropriação e produção do conhecimento científico, mas em quais condições?

Como escreve Buarque (1991), a universidade tem um único papel social: “gerar saber”. Isso faz parte do compromisso social da universidade, mas não basta. Para o autor, infelizmente a universidade brasileira tem “patinado” na definição do seu compromisso social. É preciso resgatar o papel histórico da universidade.

O sentido essencial da responsabilidade social da educação superior consiste em produzir e socializar conhecimentos que tenham não só o mérito científico, mas também valor social e formativo. Portanto, que sejam importantes para o desenvolvimento econômico, que tenham sentido de cidadania pública [...] Que a universidade não dê razão ao mercado se e quando ele se impõe como razão da sociedade. Que a universidade não seja um motor de globalização da economia de mercado, mas sim da globalização da dignidade humana (DIAS SOBRINHO, 2005, p 172-173).

A universidade, na sua essência, produz e socializa o conhecimento, visando à intervenção na realidade da população, na perspectiva da ação coletiva. Nesse sentido, busca-se tornar o processo de ensino-aprendizagem uma realidade concreta que venha de encontro com as demandas da sociedade, objetivando a transformação social.

A compreensão da natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam os resultados produzidos pela atividade acadêmica, provocando impactos sociais.

A ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, entendendo a população e suas demandas apenas como um objeto de pesquisa acadêmica e/ou intervenção técnica; pelo contrário, estes são

protagonistas da história, sujeitos de conhecimento e a mediação entre universidade e sociedade constitui-se um espaço privilegiado de práxis social.

Portanto, esta afirmação da indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão remete-nos ao modelo de universidade e objetivos do ensino superior que defendemos.

[...] numa sociedade organizada, espera-se que a educação, como prática institucionalizada, contribua para a integração dos homens no tríplice universo das práticas que tecem sua existência histórica concreta: no universo do trabalho, âmbito da produção material e das relações econômicas; no universo da sociabilidade, âmbito das relações políticas, e no universo da cultura simbólica, âmbito da consciência pessoal, da subjetividade e das relações intencionais (SEVERINO, 2002, p. 11 *apud* MARTINS, 2008, p. 75).

A universidade, portanto, tem uma função social e precisa assumir mais veementemente a posição de uma universidade voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população, contrapondo-se a reforma neoliberal iniciada na década de 1990 que impõe uma “educação de qualidade” associada aos princípios mercadológicos de produtividade e rentabilidade, implantando nas instituições educacionais a lógica de concorrência, do individualismo e da produção do conhecimento a partir de experiências imediatas, como destaca Possamai (2014).

Essa “tendência” se intensifica após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais – LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, como aponta Martins (2008, p.73)

Não obstante algumas ideias defensoras da flexibilidade da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão terem se anunciado com relativo destaque pós LDB/96, tendo em vista que, ao dispor sobre a Educação Superior em seu capítulo IV, a referida lei omitiu este princípio, não podemos perder de vista que as universidades continuam imbuídas destas funções.

Todavia, na contramão do pensamento neoliberal, desde a década de 1980, em especial nos seus últimos anos, possibilita-se pensar a elaboração de uma nova concepção de universidade, baseada na redefinição das práticas indissociáveis de ensino, pesquisa e

extensão até então vigentes. Mas a defesa desse tripé não tem sido um processo fácil tendo em vista os limites estruturais e conjunturais impostos a ele.

Consideramos que um dos maiores entraves para a concretização desta indissociabilidade reside na visão dicotômica, taylorista, dos processos nela envolvidas, pela qual ensino, pesquisa e extensão convertem-se em atividades em si mesmas, dotadas inclusive, de distintos status acadêmicos. Enquanto não for afirmada teórica e praticamente a organicidade desses processos como fundamento metodológico do ensino superior, pouco se avançará na direção de reais transformações neste nível educacional. Esta organicidade pressupõe a formação superior como síntese de três grandes processos, quais sejam: processos de transmissão e apropriação do saber historicamente sistematizado, a pressupor o ensino; processos de construção do saber, a pressupor a pesquisa e os processos de objetivação ou materialização desses conhecimentos, a pressupor a intervenção sobre a realidade e que, por sua vez, retornam numa dinâmica de retro-alimentação do ensino e da pesquisa (MARTINS, 2008, p. 77).

Organicamente unidas – ensino, pesquisa e extensão – terão, certamente, a máxima expressão na formação superior. Embora com suas especificidades, Saviani (1984) reafirma a interdependência entre elas e alerta que não podem ser preferidas a custo de se enfraquecer tanto um processo quanto o outro.

Esse status acadêmico distinto entre ensino, pesquisa e extensão provém da história da universidade no Brasil. Ressalta-se que a universidade brasileira surgiu tardiamente, na primeira metade do século XX, como aponta Martins (2008), através da união de escolas superiores isoladas, criadas por necessidades práticas do governo, por carências sentidas pela sociedade ou como resultado de avaliação sobre um potencial existente em uma ou outra área. E este contexto traz implicações ao Ensino Superior no Brasil até hoje.

Neste sentido, temos que ter o cuidado para que “[...] a pesquisa e o ensino não se transformem em uma extensão de serviços e convênios, sendo por eles determinados, no conteúdo, na forma e [...] nos recursos e manutenção” (MORAES, 2001, p. 70).

Entendemos que a universidade não é a hegemonia de saberes prontos e acabados. Ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade a instituição deve estar sensível as problemáticas sociais apresentadas, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de

ensino, pesquisa e extensão, partindo de uma interação dialógica que coaduna democraticamente saberes sistematizados, acadêmicos e populares, a partir de uma perspectiva interdisciplinar e intersetorial.

Sendo assim, a universidade, mais que o processo ensino-aprendizagem, assume corresponsabilidades em questões que extrapolam os muros da instituição, nela reflete as múltiplas expressões da Questão Social, exigindo um perfil de aluno/a que tenha uma formação técnica e cidadã para analisar e intervir em uma realidade que é complexa, contraditória e multidimensional.

A universidade é um espaço privilegiado que nos dá a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania, portanto tem uma função político-pedagógica. No entanto, a “crise da educação” tem colocado em xeque esta função.

Como uma forma de resistência a este contexto de “crise”, um dos princípios fundamentais da formação profissional proposta pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996) é a indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

Promover o ensino, a pesquisa e a extensão exige a soma de esforços por meio da interação de metodologias, diferentes profissionais e áreas que possibilite a articulação de saberes e experiências coletivas na resolutividade de demandas sociais.

Importante contextualizar a discussão, a partir da Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu Artigo 207 que as universidades públicas devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse mesmo artigo garante “[...] autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial [...]” (BRASIL, 1988, on-line) como uma das condições objetivas para a efetivação dessa indissociabilidade. Nesta tríade não há uma hierarquia, ou mesmo a sobreposição de uma à outra, mas todas têm a mesma valoração no meio acadêmico.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é fundamental, na medida em que possibilita a formação profissional, a produção e divulgação do conhecimento científico e ações voltadas para as demandas dos diferentes segmentos sociais localizados na região de abrangência da universidade. O Curso de Serviço Social da UNESPAR, *campus* Paranavaí, oferta projetos de pesquisa e de extensão, que articulados com as atividades de ensino, consolidam a unidade teoria e prática na

formação profissional.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é uma necessidade inegável. Sendo assim, entende-se que o desenvolvimento dos conteúdos em sala de aula deve priorizar a construção do conhecimento articulado à materialidade da vida social. A partir dessa compreensão, o curso de graduação em Serviço Social da UNESPAR campus Paranavaí, tem direcionado a formação profissional, através de uma prática educacional que tem como direção a apreensão crítica da realidade, em seu movimento histórico e dialético, relacionando o conhecimento científico e a prática social, preservando a unidade teoria e prática. Por esse ângulo, entende-se que o planejamento das aulas no âmbito do curso deve buscar meios que possibilitem a aproximação dos conteúdos teóricos ao movimento da realidade social, observando sempre as características econômicas, políticas e sociais da região em que o curso está inserido.

Dados sobre ações no âmbito de ensino, pesquisa e extensão

Necessário esclarecer as ações curriculares e extracurriculares que encontram-se em desenvolvimento do curso de Serviço Social da UNESPAR campus Paranavaí, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, tem por base o cumprimento das normativas:

- A) *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.* A Educação das Relações Étnico Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes deverão estar inclusas nas disciplinas e atividades curriculares do curso, nos termos da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996; da Resolução CNE nº 1, de 17 de junho de 2004 e no parecer CNE/CP nº 3 de 10 de março de 2004.
- B) Deliberação nº. 02/2015 CEE/PR que dispõe sobre as normas estaduais para a Educação para Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
- C) Deliberação nº. 02/2016 que dispõe normas sobre modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná.
- D) Deliberação nº. 04/2013 CEE/PR, que trata das normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

Ressalta-se que temáticas como relações étnico-raciais; cultura afro-brasileira, africana e indígena; meio ambiente e educação ambiental, naturalmente perpassam os núcleos de fundamentos de formação profissional, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. Desta forma, tais temas são desenvolvidos de forma transversal nas diversas disciplinas que compõem a matriz curricular.

Todavia, ressalta-se que tais temáticas, podem ser desenvolvidas em conjunto com o Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH) da UNESPAR, que tem em seus núcleos essas especificidades. O CEDH é composto por três núcleos: Núcleo de Educação para Relações de Gênero (NERG); Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NESPI); Núcleo de Educação para Relações Étnico-raciais (NERA). Destaca-se que o Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), tem como objetivo promover ações de apoio e acompanhamento pedagógico aos estudantes com necessidades educativas especiais e grupos vulneráveis (PDI - UNESPAR, 2018).

A estrutura do curso de Serviço Social da UNESPAR campus Paranavaí, de acordo com as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), define-se e dinamiza-se por uma lógica curricular que propõe a superação da fragmentação do processo de ensino/aprendizagem e permite uma intensa convivência acadêmica entre docentes, discentes, supervisores(as) e sociedade. Essa lógica objetiva-se em três núcleos de fundamentação constitutivas da formação: **Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional**. O primeiro núcleo compreende o conjunto de fundamentos teórico metodológicos e ético-políticos para explicar e decifrar o ser social e a vida em sociedade. O segundo remete à compreensão da sociedade brasileira resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural em suas diversidades regionais e locais. O terceiro abrange todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento, a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Cada núcleo agrega um conjunto de conhecimentos e atividades pedagógicas que se especifica em matérias que, por sua vez, desdobram-se em disciplinas, seminários

temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares. O curso como um todo passa a ser estruturado por seriação anual.

AValiação de Aprendizagem

Em consonância com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisas em Serviço Social (ABEPSS), a direção social do Curso de Serviço Social, pauta-se no materialismo histórico dialético, que dá origem à teoria social crítica. À luz dessa corrente teórica e filosófica, o Colegiado do Curso de Serviço Social do Campus da UNESPAR em Paranavaí e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), compreendem a formação profissional como um componente na trajetória dos(as) estudantes que deve leva-los a ter clareza das contradições da vida real, permeada pela exploração capitalista e suas implicações.

Ao tomar o materialismo histórico dialético como fundamento teórico e filosófico na formação profissional, é necessário compreendê-lo de fato como dialético, ou seja, em uma dinâmica que permite leituras e análises a partir das mudanças que se processam em contextos diversos, permeados por diferentes variáveis.

É importante considerar que a teoria social crítica tem encontrado hegemonia entre as opções teórico-metodológicas no Serviço Social, tendo em vista a direção Social do Curso de Serviço Social pautada no materialismo histórico dialético, bem como em decorrência do Projeto Ético-Político-Profissional que foi construído pela categoria em seu processo de amadurecimento e reconhecimento das contradições oriundas do capitalismo, relacionadas ao capital e ao trabalho.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UNESPAR, esclarece a importância de se levar em consideração todos os sujeitos envolvidos no processo de formação profissional, bem como todas as atividades desenvolvidas pelos mesmos. Sendo assim, a UNESPAR define como avaliação “[...] o momento de expressão da síntese relativo ao trabalho desenvolvido pelos professores e alunos para a apreensão de um novo conhecimento” (PDI – UNESPAR, 2018, p. 84). Por esse ângulo, a avaliação deve:

[...] expressar a relação entre o cotidiano e o científico, o teórico e o prático, marcando uma nova relação com o conteúdo em relação ao que havia no início do processo evidenciando um grau mais elevado de compreensão da realidade. O resultado da avaliação deve ainda contribuir para repensar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, subsidiando a melhoria dos cursos (PDI – UNESPAR, 2018, p.

84).

O procedimento prático, das diferentes etapas de avaliação, equivale à avaliação, a qual deve expressar a apropriação do conteúdo e a compreensão da realidade com vistas à transformação social. A avaliação deve atender às dimensões trabalhadas e aos objetivos propostos. Quanto à avaliação, Gasparin (2007, p. 138) afirma:

A avaliação da aprendizagem do conteúdo, não como demonstração de que aprendeu um novo tema apenas para a realização de uma prova, de um teste, mas como expressão prática de que se apropriou de um conhecimento que se tornou um novo instrumento de compreensão da realidade e de transformação social. Deve-se ressaltar que esse tipo de avaliação não ocorre apenas nessa fase, mas durante o transcorrer de todas as atividades. Todavia, aqui se conclui o processo intelectual de aquisição do conhecimento proposto.

A prática social final é o ponto de chegada desse encaminhamento metodológico. Essa prática é a mesma do ponto de partida, porém alterada qualitativamente pela mediação pedagógica.

A concepção que orienta o processo avaliativo no Curso de Serviço Social da UNESPAR campus Paranavaí considera o aprendizado como resultante da construção do conhecimento mediado pela articulação dos conteúdos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, com vistas a uma formação profissional dotada da compreensão crítica da realidade, considerando suas variáveis nos âmbitos econômico, político e cultural. Nesse sentido, entende-se que a avaliação deve ser realizada de forma contínua, por meio de um processo interativo, articulando ensino, pesquisa e extensão, mas também por meio de instrumentos definidos nos Planos de Ensino, que se constituem em trabalhos acadêmicos, atividades práticas, projetos, relatórios, painéis, seminários, pesquisas bibliográficas e de campo, entrevistas, provas e outras atividades, sempre com a devida articulação com os saberes e direção baseada na teoria social crítica, com o objetivo de garantir a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem.

Por fim, e, considerando as diferentes disciplinas que compõe o matriz curricular e as áreas que “dialogam” com o curso, visando a formação generalista e crítica, ressalta-se a importância da realização de reuniões pedagógicas entre o Colegiado do Curso de Serviço Social e docentes das diferentes áreas para discussões sobre os Planos de Ensino, os conteúdos propostos e as metodologias de avaliações de cada professor(a).

PERFIL DO PROFISSIONAL – FORMAÇÃO GERAL

Ao tecer considerações acerca do perfil profissional durante o processo de formação, é necessário considerar, de acordo com a ABEPSS, que a postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais mediações exigem não só a postura investigativa, mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais. (ABESS/CEDEPSS, 1996. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social)

Por esse âmbito, não se pode mais pensar em um profissional meramente técnico-operativo, nem em um profissional teórico-generalista, que conhece as grandes determinações da sociedade, mas não consegue nem exercitar as necessárias mediações em relação aos fenômenos com os quais trabalha. Assim, dotar o profissional de uma perspectiva crítico-investigativa é transmitir a perspectiva de que um dos elementos de ampliação da capacidade interventiva está na ampliação da capacidade de conhecimento e criticidade em relação à realidade que constitui-se objeto de sua intervenção.

Nesse sentido, e, concordando com Marilda Vilela Iamamoto, na realidade contemporânea, exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a sua realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o ‘tempo presente, os homens presentes, a vida presente’ e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos da sua história. (IAMAMOTTO, 2005, p. 49).

Com base na fundamentação teórica e em conformidade com os pressupostos das Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 e aprovadas pelo MEC em

2002 e, com os dispositivos da Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662, de 07/07/1993 e do Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, o Curso de Serviço Social da UNESPAR campus Paranavaí, visa contribuir para a formação profissional crítica, tendo em vista dimensões: teórico-metodológica; ético-política e técnico-operativa. Nesta perspectiva, considerando a legislação profissional em vigor e a análise da realidade particular na qual se efetiva o exercício profissional, pretende-se que o perfil do egresso esteja respaldado por uma formação profissional que atenda as necessidades:

- Generalista em sua formação intelectual, política e cultural, munido de um acervo de informações, capaz de apresentar propostas inovadoras e criativas em seu campo de trabalho;
- Capacidade para promover a participação dos diferentes atores sociais na definição, formulação, controle e avaliação das políticas sociais;
- Domínio para elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos, assim como administrar benefícios e serviços sociais, prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública e privada, e aos movimentos sociais;
- Profissional imbuído de atitude investigativa e interventiva, capaz de proceder a uma leitura crítica da realidade social sobre a qual atua.

4. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS			
Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H
1. Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social	SS.001	Filosofia	60
	SS.002	Sociologia	60
	SS.003	Antropologia	60
	SS.004	Ciência Política	60
	SS.005	Economia Política	60

	SS.00 6	Psicologia Social	60
	SS.00 7	Processos de Trabalho e Constituição da Sociabilidade	60
Subtotal			420
2. Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira			
	SS.00 8	Formação Sócio Histórica do Brasil	60
	SS.00 9	Movimentos Sociais e Serviço Social	60
	SS.01 0	Direito e Legislação Social	60
	SS.01 1	Seguridade Social	120
	SS.01 2	Política Social	120
Subtotal			420
3. Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional			
	SS.01 3	Oficina Profissional: Serviço Social e Investigação da Realidade Social	120
	SS.01 4	Fundamentos do Serviço Social I	120
	SS.01 5	Fundamentos do Serviço Social II	120
	SS.01 6	Ética Profissional	60
	SS.01 7	Oficina Profissional: Instrumentalidade do Serviço Social	120
	SS.01 8	Gestão Social	120
	SS.01 9	Planejamento em Serviço Social	120
	SS.02 0	Pesquisa em Serviço Social	120
	SS.02 1	Serviço Social e o Debate Contemporâneo	60
	SS.02 2	Oficina Profissional: Núcleos Temáticos	120

	SS.02 3	Políticas Setoriais	60
	SS.02 4	Políticas Interseccionais e perspectivas profissionais na atualidade	60
	SS.02 5	Ensino em Supervisão de Estágio em Serviço Social	60
Subtotal			1260
4 – Outras disciplinas previstas na matriz curricular			
	SS.02 6	Libras	60
Subtotal			60
5 – Estágios e TCC			
	SS.02 7	Seminário de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso	120
	SS.02 8	Seminário de Formação Profissional I	60
	SS.02 9	Seminário de Formação Profissional II	60
	SS.03 0	Estágio supervisionado I	225
	SS.03 1	Estágio supervisionado II	225
Subtotal			690
6 – Atividades Acadêmicas Complementares			150
CARGA HORÁRIA TOTAL			3.000

5. DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS

Código	Nome da Disciplina		Pré-requisito (Código)	Carga Horária			Forma de Oferta	
				Teórica	Prática	Extensão	Sem. (S)	Anual (A)
1º Ano								
SS.013	Oficina Profissional: Serviço Social e			90 hs		30 hs	A	

	Investigação da Realidade Social					
SS.01 4	Fundamentos do Serviço Social I		120 hs			A
SS.00 7	Trabalho e Constituição da Sociabilidade		60 hs			A
SS.00 4	Ciência Política		60 hs			A
SS.00 5	Economia Política		60 hs			A
SS.00 1	Filosofia		60 hs			A
SS.00 8	Formação Sócio-histórica do Brasil		60 hs			A
SS.00 2	Sociologia		60 hs			A
Subtotal			570 hs		30 hs	600hs
2º Ano						
SS.01 5	Fundamentos do Serviço Social II		120 hs			A
SS.01 2	Política Social		120 hs			A
SS.01 7	Oficina Profissional: Instrumentalidade do Serviço Social		90 hs		30 hs	A
SS.10	Direito e Legislação Social		60 hs			A
SS.01 6	Ética profissional		60 hs			A
SS.00 3	Antropologia		60 hs			A
SS.00 6	Psicologia Social		60 hs			A
Subtotal			570 hs		30 hs	600 hs
3º Ano						
SS.01 8	Gestão Social		90hs		30hs	A

SS.019	Planejamento em Serviço Social		120 hs			A
SS.020	Pesquisa em Serviço Social		120 hs			A
SS.011	Seguridade Social		120 hs			A
SS.021	Serviço Social e o debate contemporâneo		60 hs			A
SS.028	Seminário de Formação Profissional I		20 hs		40 hs	A
SS.030	Estágio supervisionado I			225 hs		A
Subtotal			530 hs	225 hs	70 hs	825 hs
4º Ano						
SS.027	Seminário de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso		30 hs	90 hs		A
SS.022	Oficina Profissional: Núcleos Temáticos		90 hs		30hs	A
SS.009	Movimentos Sociais e Serviço Social		60 hs			A
SS.023	Políticas Setoriais		60 hs			A
SS.024	Políticas Intersectoriais e perspectivas profissionais na atualidade		60 hs			
SS.026	Libras		60 hs			A
SS.025	Ensino em Supervisão de Estágio em Serviço Social		60 hs			A
SS.029	Seminário de Formação Profissional II		20 hs		40hs	A
SS.031	Estágio supervisionado II			225 hs		A
Subtotal			440 hs	315 hs	70hs	825 hs
TOTAL/TIPO DE CARGA HORÁRIA			2110 hs	540 hs	200hs	

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	ACADÊMICAS		50hs	100hs	150hs
TOTAL GERAL					3000

6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

PRIMEIRO ANO

DISCIPLINA:	Oficina Profissional: Serviço Social e Investigação da Realidade Social		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 90	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 30	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA:
A Universidade, o tripé, Ensino, Pesquisa e Extensão. Concepção de extensão histórico e legislação vigente. Conceituação histórica da questão social, suas expressões e enfrentamento pelo Estado. Análise de conjuntura. A questão social enquanto objeto do Serviço Social. Investigação das expressões da questão social na realidade local e regional.

Bibliografia Básica

CELADEC. Como funciona a sociedade? Caxias do Sul: Ed. Paulinas, 1984. 32 p. (Coleção Cadernos de Base; 6)

DUARTE JR. João Francisco. O que é realidade? São Paulo, Brasiliense, 1984.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MARX. KARL. ENGELS FRIEDRICH. Textos. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. Vol. III. Edições Sociais. São Paulo. 1977.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. São Paulo, Cortez, 2011.

PASTORINI, Alejandra. A categoria “questão social” em debate. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Josiane Soares. “Questão social”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, Herbert José. Como se faz análise de conjuntura. 10 ed. Petrópolis. Vozes.

Bibliografia Complementar

CASTEL, R. Desigualdade e a Questão Social. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2000.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. Revista Temporalis. Ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, Graflin, jan/jul.2001.

DISCIPLINA:		Fundamentos do Serviço Social I		
C/H TOTAL:		120		
C/H	TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
120				
<p>EMENTA: As origens do Serviço Social no contexto da expansão do capitalismo monopolista. A institucionalização do Serviço Social no Brasil: demandas societárias e respostas profissionais entre a década de 1930 e 1970. A lei de regulamentação da profissão.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>AGUIAR, Antônio Geraldo de. Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>MICHAEL. Lowy Positivismo. In: _____. Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista. 19. ed. São Paulo: Cortez, p. 37-74, 2010.</p> <p>MARTINELLI. Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e alienação. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>ESTEVAO, Ana Maria Ramos. O que é Serviço Social. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.</p> <p>LESSA, Sérgio.; TONET, Ivo. As grandes linhas do debate ideológico contemporâneo. In: _____. Introdução à filosofia de Marx. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 13-16, 2011.</p> <p>SANTOS, Josiane Soares. "Questão Social": particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>SILVA, Ivone Maria Ferreira da. Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio históricos. 2 ed. Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFTM, 2014.</p>				

DISCIPLINA:	Trabalho e Constituição da Sociabilidade			
C/H TOTAL:	60			
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: O trabalho e o processo de trabalho como eixos centrais da produção e reprodução da vida social, suas repercussões na constituição das formas de organização dos indivíduos e da sociedade.				
Bibliografia Básica				
ENGELS, Freidrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. Disponível: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_09.pdf . Acesso: 26 mai. 2010.				
MARX, Karl. Processo de Trabalho e processo de valorização. In _____. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I. 3a ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. cap. 5, p. 141 - 156.				
MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro. 2a, ed. São Paulo; Expressão Popular, 2010.				
LUKÁCS, Geörgy. "Os princípios ontológicos fundamentais de Marx". In: LUKÁCS, György, Para uma ontologia do Ser Social I. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 281-339.				
Bibliografia Complementar				
ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.				
ANTUNES, Ricardo. Crise, o desemprego e alguns desafios atuais. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 632-636, out./dez. 2010.				
IAMAMOTO, Marilda V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2014.				
MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010				
MARX, Karl. O capital: livro I capítulo VI (inédito). São Paulo; livraria editora ciências humanas LTDA, 1978.				

DISCIPLINA:	Ciência Política			
C/H TOTAL:	60			
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA:

Origens e formação do Estado moderno. Maquiavel e a condução do Estado. Clássicos do pensamento contratualista: Hobbes, Locke, Rousseau. Edmund Burke e conservadorismo clássico. A crítica hegeliana ao contratualismo. O pensamento político marxista.

Bibliografia Básica

HOBBS, Thomas. Leviatã. 2 ed. Martin Claret, 2008.

LOCKE, John. O segundo tratado sobre o governo civil. Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. 18 Brumário. Boitempo, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social. 4 ed. Martins Fontes, 1999.

Bibliografia Complementar

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado. 11 ed. Graal Editora, 2011.

ENGELS, Friedrich. Anti-Duhring. A Revolução da Ciência Segundo o Senhor Eugen Druhring. Coleção Marx e Engels. Boitempo editorial. 2015.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Trad. de Mário e Celestino da Silva. 3. ed. Rio de Janeiro, Ed. Vecchi, 1955. p. 10-167.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã [Feuerbach]. Boitempo Editorial, 2007.

PLATÃO. A República. São Paulo: Martin Claret, 2003.

DISCIPLINA:	Economia Política		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA:</p> <p>Processo de produção, reprodução e acumulação capitalista a partir das diferentes escolas do pensamento econômico e das diferentes interpretações da economia capitalista: liberal, keynesiana, marxista e neoliberal. Reprodução e acumulação capitalista, globalização da economia, reestruturação produtiva e terceirização. Problemas econômicos contemporâneos.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>MARX, Karl. O capital: livro I capítulo VI (inédito). São Paulo; livraria editora ciências</p>			

humanas LTDA, 1978.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Martins Fontes, 1983. Prefácio.

NETTO, José P.; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007. Introdução.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Ricardo. A crise contemporânea e as metamorfoses no mundo do trabalho. In Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo. Cortez. 16 ed. 2014.

HUNT, E. K., História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica, 2005, pp. 37-60.

NUNES, António José Avelãs, Uma introdução à economia política, 2007, pp. 383-441.

MARX, Karl. "Glosas críticas ao artigo 'O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano'". In: Karl Marx e Friedrich Engels. Lutas de classes na Alemanha. São Paulo: Boitempo, [1844] 2010. p. 25-52.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. livro I. São Paulo: Abril Cultural, [1776] 1982. capítulos I (41-47), IV (p. 61), V (p. 63-65) e VI (77-82), VII (83-89) e VIII (p. 91-93).

DISCIPLINA:	Filosofia		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
C/H SEMIPRESENCIAL:			
<p>EMENTA:</p> <p>Empirismo e racionalismo: características e impasses. O criticismo kantiano. O sistema hegeliano: lógica, filosofia da natureza e filosofia do espírito. Positivismo e neopositivismo: continuidades e rupturas. Heidegger e a questão da ontologia. Existencialismo. Pós-estruturalismo.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo Nova Cultura, 1987. Col. Os Pensadores.</p> <p>MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã [Feuerbach]. Boitempo Editorial, 2007.</p> <p>SARTORI, Vitor B. O segundo Heidegger e Lukács: alienação, história e práxis. Verinotio revista on-line. N. 11, Ano VI, abr. 2010.</p> <p>Bibliografia Complementar</p>			

FAYE, Emmanuel. Heidegger: a introdução do nazismo na filosofia. São Paulo, É Realizações, 2015.

PALMER, Bryan D. Velhas posições/novas necessidades: história, classe e metanarrativa marxista. In: WOOD, Ellen M., FOSTER, Bellamy. Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

NIETZSCHE, F. A genealogia da moral. São Paulo: brasiliense, 1987.

REALE, Giovanni.; ANTISERI, Dário. História da Filosofia: Filosofia pagã antiga, v.1. São Paulo: Paulus, 2003.

REALE G. História da Filosofia. Trad. Marcelo Perine. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 1993.

DISCIPLINA:	Formação Sócio Histórica do Brasil		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA:</p> <p>A formação do Estado Nacional Brasileiro. A República oligárquica do café com leite. A “revolução brasileira” e as particularidades do processo nacional-desenvolvimentista. As diferentes configurações do estado brasileiro e sua relação com a sociedade civil: ditaduras e democracias.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <p>AQUINO, R. S. L. de (et.al). Sociedade Brasileira - Uma história através dos movimentos sociais. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.</p> <p>PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).</p> <p>SOUZA, Jessé de. A Elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.</p> <p>MARTINS, J. de S. O poder do atraso - ensaio de sociologias da História Lenta. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.</p> <p>PRADO JUNIOR, Caio A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 2004.</p>			

DISCIPLINA:	Sociologia
-------------	-------------------

C/H TOTAL:	60			
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: A emergência do pensamento racional e a sua relação com a origem da sociologia. Matrizes clássicas do pensamento sociológico: Marx, Durkheim e Weber. A contemporaneidade do debate sociológico.				
Bibliografia Básica				
COSTA, C. Sociologia: Introdução à Ciências da Sociedade. 4 ed. – São Paulo: Moderna, 2011.				
MARTINS, Carlos B. O que é Sociologia? São Paulo: Brasiliense, 2001.				
MARX, K, ENGELS, F. O Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.				
Bibliografia Complementar				
DURKHEIM, É. Da divisão do trabalho social. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.				
GOUNET, Thomas Fordismo e toyotismo: na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo, 1999 (Cap. I e II – pp. 13-53).				
MACHADO, I. J. de R; AMORIM, H.; BARROS, C. R de. Sociologia hoje. São Paulo: Ática, 2013.				
MARX, K, ENGELS, F. A ideologia alemã. 9. ed. - São Paulo: Editora Hucitec, 1993.				
MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de produção do capital, Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.				

SEGUNDO ANO

DISCIPLINA:	Fundamentos do Serviço Social II			
C/H TOTAL:	120			
C/H TEÓRICA:		C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
120				
EMENTA: O Serviço Social no Brasil: demandas societárias e respostas profissionais entre a década de 1980 e 1990. O debate sobre a questão da metodologia no Serviço Social. Serviço Social na contemporaneidade: o redimensionamento da profissão ante as transformações societárias. A questão curricular e a formação profissional.				
Bibliografia Básica				
IAMAMOTO. Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche, capital financeiro,				

trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. São Paulo, 1992.

NETTO, José Paulo. introdução ao estudo do método em Marx. São Paulo. Ed. expressão popular, 2011.

Bibliografia Complementar

CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GUERRA, Yolanda (orgs.) **Serviço Social E Seus Fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARANHÃO, Cesar. Uma peleja teórica e histórica. Serviço Social, Sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, Ana Elizabete. AMARAL, Ângela (orgs). **Cenários, contradições e pelejas do serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

MOTA, A. E. et. al. (orgs). Serviço social e saúde formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008.

DISCIPLINA:	Política Social			
C/H TOTAL:	120			
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:	
EMENTA: Fundamentos de política social. O desenvolvimento do sistema brasileiro de Proteção Social. A relação entre Estado e sociedade civil na constituição das políticas sociais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e suas perspectivas no contexto neoliberal.				
Bibliografia Básica ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo.In: Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Gentili, P e Sader. E (org). Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1995. BEHRING. E.R; BOSCHETTI. I. E no Brasil?. Política Social-fundamentos e história. São				

Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA. Potyara Amazoneida P. SIQUEIRA. Marcos César Alves. Política social e Direitos Humanos sob o jugo imperial dos Estados Unidos. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 119, p. 446-467, jul./set. 2014.

Bibliografia Complementar

BOSCHETTI, I et al (org). Capitalismo em Crise. Política Social e Direitos. Cortez: São Paulo, 2010.

COIMBRA, Marcos A. Abordagens teóricas ao estudo das Políticas Sociais. In: ABRANCHES, Sérgio, SANTOS, Wanderley G. dos, COIMBRA, Marcos. Política social e combate à pobreza no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1987. (p. 65-104).

DRAIBE, Sonia. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. In: Ciências Sociais hoje. São Paulo: Editora Vértice/ANPOCS, 1989.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: Cidadania, classe social e status. Tradução Meton Porto Gabelha. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1963.

PRZEWORSKI, A.; WALLERSTEIN, M. O Capitalismo democrático na encruzilhada. In: Capitalismo e social democracia. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

DISCIPLINA:	Oficina Profissional: Instrumentalidade do Serviço Social -		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 90	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 30	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: O Serviço Social e sua dimensão técnico-operativa em articulação com suas dimensões teórico metodológica e ético política e o contexto da extensão. Habilidades fundamentais para a intervenção profissional: os instrumentos e técnicas.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>CFESS. Processo de trabalho e documentos técnicos em serviço social. In Sistematização e análise de registros da opinião técnica emitida pela/o assistente social em relatórios, laudos e pareceres, objeto de denúncias éticas presentes em recursos disciplinares julgados pelo Conselho Federal de Serviço Social. Relatório final. São Paulo, dezembro de 2019. Parte 3, p. 66-90.</p> <p>COSTA, Renata Maria Paiva da. SILVA, Márcia Beatriz Gonzaga da. SILVA, Poliana Machado Gomes da. O uso da reunião no cotidiano do trabalho do assistente social. In Instrumentos e técnicas do serviço social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada. ALVES, Daniele Coelho, VALE, Erlénia do. CAMELO, Renata</p>			

Albuquerque (Orgs). Fortaleza: EDUECE, 2020, p. 338-358.

FERNANDES, Odete. Categorias fundamentais para a compreensão da instrumentalidade no trabalho do assistente social. *In Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário*. Cleide Lavoratti; Dorival Costa (Org.). Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, p. 13-26.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.p. 140-176.

LAVORATTI, Cleide. A entrevista no serviço social: Características, usos e significados *In Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário*. Cleide Lavoratti; Dorival Costa (Org.). Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, p.79-102.

MASSA, Adriana Accioly Gomes. MENDES, Ana Maria Coelho Pereira. Instrumentos de trabalho com a coletividade. *In Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário/* Cleide Lavoratti; Dorival Costa (Org.). Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, p. 149-180.

PORTES, Lorena Ferreira. Portes, Melissa Ferreira. Os instrumentos e técnicas enquanto componentes da dimensão técnico operativa do serviço social: aproximações acerca da observação e da abordagem. *In Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário*. Cleide Lavoratti; Dorival Costa (Org.). Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, p. 59-78.

RAMOS, Adriana, PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. A dimensão técnico-operativa do serviço social: Reflexões e análises sobre a sua compreensão. *In: Serviço social, políticas e sujeitos sociais*. Ednéia Alves de Oliveira, Marco José de Oliveira Duarte, Marina Monteiro de Castro e Castro (organizadores). – Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2021, p. 105-121.

ROCHA, Marco Antônio. As dimensões éticas no emprego dos instrumentais técnico-operativos no trabalho do assistente social. *In Instrumentos técnico-operativos no serviço social: um debate necessário*. Cleide Lavoratti; Dorival Costa (Org.). Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, p. 217-236.

SARMENTO, Helder Boska de Moares. O instrumental técnico em serviço social: alguns apontamentos sobre o relacionamento. *In Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário*. Cleide Lavoratti; Dorival Costa (Org.). Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, p. 27-58.

SILVA, Maria Salete da. MOURA, Reidy Rolim de. Considerações sobre a visita domiciliar: instrumento técnico-operativo do Serviço Social. *In Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário*. Cleide Lavoratti; Dorival Costa (Org.). Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, p. 103-126.

VILEIRINE, Reginaldo Miguel de Lima. Os instrumentos técnicos no trabalho com grupos. *In Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário*. Cleide Lavoratti; Dorival Costa (Org.). Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, p. 127-148.

Bibliografia Complementar

CFESS. **RESOLUÇÃO CFESS Nº 557** de 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais.

CFESS. **RESOLUÇÃO CFESS Nº 559**, de 16 de setembro de 2009. Dispõe sobre a atuação

do Assistente Social, inclusive na qualidade de perito judicial ou assistente técnico, quando convocado a prestar depoimento como testemunha, pela autoridade competente.

GUERRA, Yolanda (orgs). **A Dimensão técnico-operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. 3 ed. São Paulo: Cortez 2017.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em Serviço Social**: a dinâmica de grupo como Estratégia para reflexão Crítica. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social**: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/25131167/A-pratica-do-Assistente-Social-conhecimento-instrumentalidade-e-intervencao-profissional-Charles-SOUSA> Acesso em: 06 fev. 2022.

PEREIRA, H. E. POLLIS, R. F.; ROCHA, M. A. **A visita institucional como instrumento técnico-operativo do Serviço Social no Ministério Público do Paraná**. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/areas/ceaf/arquivos/enssmp>>. Acesso em: 06 fev. 2022.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Ações Profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas públicas. *In*: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Seila.

DISCIPLINA:	Direito e Legislação Social		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA:</p> <p>A construção das instituições de direito no Brasil. As formas de estruturação dos direitos e garantias fundamentais da cidadania. A Constituição Federal e as legislações sociais vigentes e suas interfaces com o Serviço Social.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>PÓTERE. Vade Mecum do Serviço Social. Organizado por Cintia Fonseca Lopes e Erivânia Bernardino Cruz. 7 ed. Fortaleza: Premium, 2016</p> <p>SANTOS, Boaventura de Souza/CHAUI, Marilena. Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento. Cortez Editora, São Paulo, 2013.</p> <p>SIMÕES, Carlos. Curso de direito do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social).</p> <p>Bibliografia Complementar</p>			

CASTILHO, Ricardo. Direitos Humanos. Editora Saraiva, São Paulo, 2013.

NAVES, Márcio Bilharinho. Marxismo e Direito: um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2008.

PACKUKANIS, Evgeny Bronislavovich. Teoria Geral do Direito e Marxismo. São Paulo: Acadêmica, 1988. Tradução de Sílvia Donizete Chagas.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. Direitos humanos e concepções contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2014.

TRINDADE, José Damião de Lima. História Social dos Direitos Humanos. 3 ed. São Paulo: Editora Peirópolis, 2011.

DISCIPLINA:	Ética profissional			
C/H TOTAL:	60			
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA:		C/H EXTENSÃO:
				C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção de um ethos profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. Os Códigos de Ética profissional na história do Serviço Social brasileiro.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>BARROCO, Maria Lucia S. Ética: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social; v.4).</p> <p>NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise Contemporânea. In Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.</p> <p>VÁSQUEZ, Adolfo. Ética. Civilização Brasileira S/A, Rio de Janeiro, 1970.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética e serviço social: fundamentos ontológicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>BONETTI, Dilséia A. / GONELLI, Valéria M.M. / VVAA. Serviço Social e Ética – Convite a uma Nova Práxis. Cortez/CFESS, São Paulo, 1996.</p> <p>BRITES, M. C., BARROCO, M. L. S. “A centralidade da ética na formação profissional”. Temporalis. Brasília, ABEPSS, nº 2, 2000.</p>				

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1972.

OLIVEIRA, M. A. Ética e práxis histórica. S. Paulo, Ática, 1995.

DISCIPLINA:	Antropologia			
C/H TOTAL:	60			
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na sociedade contemporânea brasileira e suas particularidades regionais.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>DA MATTA, Roberto. Relativizando: Uma Introdução à Antropologia. Social. Editora Rocco. 2010.</p> <p>LARAIA, Roque de Barros. Da natureza da cultura ou da natureza à cultura. In: _____. Cultura: um conceito antropológico. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: _____. Antropologia Estrutural Dois. São Paulo: Cosac Naify, 2013.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>BARBOSA, Livia. O Jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus Elsvier, 2000.</p> <p>HARVEY, David. A Condição pós-moderna. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.</p> <p>PRADO, Paulo. Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira. 2. ed. São Paulo: IBRASA, 1981. Biblioteca "Estudos Brasileiros", n. 3.</p> <p>RIBEIRO, Darcy. Os Brasis na história. In: _____. O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.</p> <p>ROUSSEAU. Jean Jacques. Discurso Sobre A Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. Porto Alegre: L&PM Editores. 2008</p>				

DISCIPLINA:	Psicologia Social
-------------	--------------------------

C/H TOTAL:	60			
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: As principais matrizes teóricas que fundamentam as relações entre o indivíduo e a sociedade. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.				
Bibliografia Básica				
FARR, R. M. As raízes da psicologia social moderna. Petrópolis: Vozes, 2001.				
MARTINS, L. M. A natureza histórico-social da personalidade. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 82-99, abril 2004. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br				
SILVEIRA, Paulo. DORAY, Bernard. Elementos para uma teoria Marxista da Subjetividade. São Paulo: Editora Vértice. 1999.				
Bibliografia Complementar				
CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS. Brasília: CFP, 58 p.				
LANE, S.T.M. O que é psicologia social. SP: Brasiliense, 1986.				
LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs.) Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2006.				
SAWAIA, Bader B. (org.). As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2004.				
Ximenes, V., Paula, L.R.C. de & Barros, J.P.P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. Psicologia: Ciência e Profissão, Conselho Federal de Psicologia, 29 (4), 656-671.				

TERCEIRO ANO

DISCIPLINA:	Gestão em Serviço Social			
C/H TOTAL:	120			
C/H TEÓRICA:	90	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
			30	
EMENTA: O papel do Estado na gestão de políticas sociais e seus processos. O financiamento das políticas sociais. Controle social e ações extensionistas na formação de conselheiros de direitos. A articulação entre Estado e terceiro setor.				

Bibliografia Básica

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Gestão Social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth de M. e RAICHELIS, Raquel (orgs.) Gestão Social: uma questão em Debate. São Paulo: 1992.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RAICHELIS, Raquel. Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social–caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998a.

SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL Claudio. Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas a intervenção crítica: SP: Cortez, v. 7, 2016. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social).

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. Serviço Social em Revista. Londrina, v. 14, N.2, p. 04-22, jan./jun. 2012

SILVA, Ademir A. A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. Gestão pública e democracia: a burocracia em questão. RJ: Lumen Juris, 2011.

RAICHELIS, Raquel. Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social–caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL Claudio. Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas a intervenção crítica: SP: Cortez, v. 7, 2016. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social).

Bibliografia Complementar

BRAVO, M. I. S., CORREIA, M.V.C. Desafios do controle social na atualidade. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.

INOJOSA, Rose Marie. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. Revista de Administração Pública. vol. 32, março/abril, Rio de Janeiro, 1998.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DISCIPLINA:	Planejamento em Serviço Social
C/H TOTAL:	120

C/H 120	TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: Introdução ao planejamento. O planejamento como instrumento de trabalho do assistente social. Modelos de planejamento. Plano, programa e projeto: diagnóstico, formulação, implementação e instrumentos de monitoramento e avaliação. As tendências da avaliação de políticas sociais. Elaboração do projeto de intervenção profissional.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>BAPTISTA, Mirian Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. 2 ed. São Paulo. Veras, 2007.</p> <p>JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais No Brasil - Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações. 5 ed. Campinas, SP: Alínea, 2012.</p> <p>SOUZA, Marconi Fernandes de. Indicadores, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. In: BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2013</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>BUSTELO, E.S. Planejamento e Política social: a dialética do possível. In: BROMLEY, R. e BUSTELO, E.S. (org.) Política x Técnica no Planejamento: perspectivas críticas. São Paulo: Brasiliense, 1982.</p> <p>GANDIN, D. A Prática do Planejamento Participativo. 13. ed., Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>MATUS, Carlos. Adeus, senhor presidente: Governantes e governados. Tradução de Luis Felipe Rodrigues Del Riego. São Paulo: FUNDAP, 1996. (Ciências e Técnicas de Governo).</p> <p>NEGRINI, Daniela Aparecida Flausino. Planejamento Social: Uma necessidade atual e futura em relação à seguridade social. São Paulo. LTr. 2015.</p> <p>SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. (org) Avaliação de políticas e programas sociais: teoria & prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.</p>				

DISCIPLINA:	Pesquisa em Serviço Social			
C/H TOTAL:	120			
C/H 120	TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: O processo investigativo e a construção do conhecimento. Métodos de conhecimento da realidade social. Método crítico dialético e suas categorias fundamentais: totalidade e história, as categorias de mediação e a apreensão da universalidade, da singularidade e particularidade. Tipos de pesquisa. Metodologias de pesquisa. A dimensão investigativa</p>				

do Serviço Social e o Serviço Social como área de conhecimento. Os elementos constitutivos do projeto de pesquisa. Preceitos ética na pesquisa que envolve seres humanos.

Bibliografia Básica.

ALCOFORADO, Mirtes Guedes. Elaboração de projetos de pesquisa. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF: CFESS / ABEPSS, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho Científico. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio. 2 ed. São Paulo: Veras, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa; v.1).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2013.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF: CFESS / ABEPSS, 2009.

PEREIRA. Potyara Amazoneida Pereira. A Utilidade da Pesquisa para o Serviço Social. In: Revista Serviço Social e Saúde. n. 4. Campinas: Unicamp, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar

ABRANTES. Angelo Antonio. MARTINS. Lígia Márcia. A produção do conhecimento científico: relação sujeito-objeto e desenvolvimento do pensamento. Interface - Comunic, Saúde, Educ, V.11, nº 22, p. 313-325, mai./ago., 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/icse/v11n22/10.pdf>.

ALBUQUERQUE. Aline. Para uma ética em pesquisa fundada nos Direitos Humanos. 2013. <http://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n3/a05v21n3.pdf>.

ANDERY, Maria Amália et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. 8. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1999.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1983.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SETUBAL, Aglair Alencar. Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo:

Atlas, 1987.

DISCIPLINA:		Seguridade Social		
C/H TOTAL:		120		
C/H	TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
120				
EMENTA:				
Organização e perspectivas da política de Seguridade Social no Brasil: a política Previdenciária, a política de Saúde e a Política de Assistência Social na atualidade. O trabalho do assistente social no âmbito da Seguridade Social.				
Bibliografia Básica				
BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). CFESS Manifesta - Em Defesa da Política de Assistência Social e do Trabalho de Assistentes Sociais. Fortaleza. Agosto de 2018.				
BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. 2 Seminário Nacional de Serviço Social da Previdência. In: 70 anos de Serviço Social na Previdência. In: SILVA, M.L.L. 70 anos do Serviço Social na Previdência: luta pela efetivação da seguridade no Brasil. Brasília, 2014.				
MOTA, A.L. et al. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. In: BRAVO, M.I.S; MATOS, M.C. Projeto Ético Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o Debate. São Paulo: OPS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.				
Bibliografia Complementar				
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988.				
BRASIL. Política Nacional da Assistência Social (PNAS/2004)				
BRASIL. Lei 8080/1990 e Lei 8142/1990				
BRASIL. Pacto pela Saúde - Portaria 399/2006				
BRASIL. CFESS. Parâmetros de Atuação do Serviço Social na Saúde				

DISCIPLINA:	Serviço Social e o debate contemporâneo			
C/H TOTAL:	60			
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:	
60				

EMENTA:

Crises capitalistas contemporâneas e as transformações no mundo do trabalho. Desafios históricos para a consolidação do projeto ético político. As competências e atribuições do(a) Assistente Social, mercado de trabalho e espaços sócio-ocupacionais.

Bibliografia Básica

ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. Revista Katálysis, Florianópolis, v .12, n. 2, jul./dez. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-376.

NETTO, José Paulo. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXV, n. 79, p. 5-26, set. 2004, 2. reimp., maio 2010.

Bibliografia Complementar

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético político. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 15 jul. 2013.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n118/a03n118.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

DELGADO, Leila Baumgratz; LIMA, Michele Luiz; CORRÊA, Raysa Fegalli Ribeiro. Mercado e condições de trabalho do assistente social: síntese da produção teórica no Brasil. Universidade Federal de Alagoas, 27 a 29 de abril de 2015 . Disponível em: <https://coloquio3.files.wordpress.com/2015/03/mercado-e-condic3a7c3b5es-de-trabalho-do-assistente-social.pdf> . Acesso em: ago. 2018.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs.). A nova morfologia do trabalho no serviço social. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da prática profissional. In: _____. Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 53-92.

DISCIPLINA: Seminário de Formação Profissional I			
C/H TOTAL:		60	
C/H TEÓRICA: 20	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 40	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: Problematização teórico-histórico do contexto conjuntural e sócio institucional. Identificação e delimitação do objeto de intervenção do Serviço Social. Reconhecimento e utilização do instrumental técnico operativo do Serviço Social. Interlocução entre os(as) agentes envolvidos no processo de estágio supervisionado em Serviço Social no contexto da extensão.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <p>CAPUTI, Leslieane. Supervisão de estágio em Serviço Social. 1. ed. Campinas: Papel Social, 2021.</p> <p>LIMA, T.C.S.de; MIOTO, R.C.T; PRÁ.K.R.D. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v.6, n. 1, p. 93-104, jan/jun. 2007.</p> <p>FALEIROS, V.P. Poder Institucional e Saber Profissional. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>TRINDADE, R.L.P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, C.M.dos; BACKX, S. GUERRA, I. A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFRJ, 2012.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BISNETO, J. A. A análise institucional no processo de renovação do serviço social no Brasil. In: VASCONCELOS, E. M. (org.). Saúde mental e serviço social. S. Paulo, Cortez, 2000.</p> <p>BURIOLA, Marta A. F. O Estágio Supervisionado. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>BRASIL. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). CFESS, Brasília, 2010.</p> <p>BRASIL. CFESS. Resolução 533. de 29 de setembro de 2008.</p> <p>LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho Silveira. A entrevista</p>			

nos processos de trabalho do assistente social. **Revista Textos e Contexto**, v.6 n.2. Porto Alegre: 2007.

DISCIPLINA:	Estágio supervisionado I			
C/H TOTAL:	225			
C/H TEÓRICA:	C/H 225	PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: A formação profissional e o estágio. A inserção do estudante nos diferentes campos de estágios em Serviço Social.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>GIOMETTI. A.BR; CORIJO, D; PEQUIÁ. R. R.S. Legislações, Normativas e Estratégias Políticas: fortalecimento do estágio supervisionado em Serviço Social. In: LIPORONIM, J. O El al Estágio Supervisionado em Serviço Social. Editora Cultura Acadêmica. Curitiba/São Paulo, 2017.</p> <p>MARTINIANO, L. A. Conhecimento e Mediação como Categorias Empíricas para a Análise e Sistematização do Estágio Supervisionado em Serviço Social. In: LIPORONIM, J. O El al Estágio Supervisionado em Serviço Social. Editora Cultura Acadêmica. Curitiba/São Paulo, 2017.</p> <p>SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Revista Emancipação. Ponta Grossa: 2008, p. 119-132</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>LACERDA, L. E. P. Exercício Profissional do Assistente Social da imedaticidade às possibilidades históricas. Revista Serviço Social e Sociedade, Cortez: São Paulo, 2014. In: LIPORONIM, J. O El al Estágio Supervisionado em Serviço Social. Editora Cultura Acadêmica. Curitiba/São Paulo, 2017.</p> <p>MORAES, C.A.S. A Particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do Assistente Social. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 122. São Paulo: Cortez, 2015.</p> <p>MONTEIRO, F.O. Plantão Social espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes. Revista Serviço Social e Sociedade, n.103. Cortez: São Paulo, 2010.</p>				

SAMPAIO, S.S; RODRIGUES, W.F. Ética e Sigilo Profissional. Revista Serviço Social e Sociedade, n.117. Cortez: São Paulo, 2014.

SPOSATI, A. Proteção Social e Seguridade Social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. Revista Serviço Social e Sociedade. Cortez: São Paulo, 2013.

QUARTO ANO

DISCIPLINA:	Seminário de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 90	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: Análise e discussão das temáticas de pesquisa e dos resultados obtidos no processo de investigação como momento de síntese da formação profissional</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007</p> <p>TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>AQUINO, Ítalo de Souza. Como escrever artigos científicos – sem rodeio e sem medo da ABNT. 1 ed. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2017.</p> <p>ANDERY, Maria Amália et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. 8. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1999.</p> <p>DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1983.</p> <p>PEREIRA. Potyara Amazoneida Pereira. A Utilidade da Pesquisa para o Serviço Social. In: Revista Serviço Social e Saúde. n. 4. Campinas: Unicamp, 2005.</p>			

DISCIPLINA:	Oficina Profissional: Núcleos Temáticos
-------------	--

C/H TOTAL:	120			
C/H TEÓRICA: 90	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 30	C/H SEMIPRESENCIAL:	
<p>EMENTA: Temas transversais ao Serviço Social. Abordagem às questões relacionadas aos Direitos Humanos com ênfase nas interfaces implícitas para pensar a inseparabilidade estrutural do patriarcado, racismo, capitalismo e sociedade heteronormativa. Estudo das Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Temáticas articuladas às atividades de extensão desenvolvidas no âmbito da disciplina.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>FERNANDES, Idilia; PRATES, Jane Cruz. (Orgs). Diversidade e Estética em Marx e Engels. Campinas : Papel Social, 2015;</p> <p>FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.</p> <p>HIRATA, Helena et al (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.</p> <p>RUIZ. Jefferson Lee Souza. Direitos Humanos e concepções contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>MONTEIRO, Ana Maria; PEREIRA, Amílcar Araújo. Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.</p> <p>THORTON, John. A África e os Africanos na formação do mundo Atlântico. Rio de Janeiro: Campus, 2003.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>ACOTIRENE, Carla. O que é Interseccionalidade? Feminismos Plurais. Coord. Djamira Ribeiro. São Paulo. Editora Letramento, 2018.</p> <p>MIOTTO, Regina Celia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. Familismo, Direitos e cidadania: Contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015;</p> <p>PÓTERE. Vade Mecum do Serviço Social. Organizado por Cintia Fonseca Lopes e Erivânia Bernardino Cruz. 7ª Edição. Fortaleza: Premium, 2016.</p> <p>SILVA, P.; GONÇALVES, B. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. IN: FERNANDES, Alessandra Borges; FONSECA, Marcus Vinicius; SILVA, Carolina Mostaro Neves (org.). Relações étnico-raciais e educação no Brasil. Belo Horizonte, MG: Mazza, 2011.</p>				

DISCIPLINA:	Movimentos Sociais e Serviço Social			
C/H TOTAL:	60			
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Teoria sobre as classes sociais e os movimentos sociais. Estrutura de classes da sociedade brasileira. Construção da identidade dos movimentos sociais. Os movimentos sociais na contemporaneidade. O Serviço Social e os Movimentos Sociais.				
Bibliografia Básica				
ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Rio de Janeiro. Boitempo. 2008.				
GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.				
MORO, M. D; MARQUES, M.G. A relação do serviço social com os movimentos sociais na contemporaneidade. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.13-47, jan./jun. 2011.				
Bibliografia Complementar				
ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2015. Complementar				
GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2006.				
GOHN, Maria da Glória. Sociologia dos movimentos sociais. São Paulo: Cortez, 2014.				
GOHN, Maria da Glória. O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.				

DISCIPLINA:	Políticas Setoriais			
C/H TOTAL:	60			
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Fundamentos, conceitos e perspectivas contemporâneas das políticas sociais da Educação, Habitação, Meio ambiente com ênfase na Educação Ambiental e Segurança Pública a luz do exercício profissional do assistente social.				
Bibliografia Básica				
BRAVO, Maria Inês S.; RAICHELIS, Raquel; MARSIGLIA, Regina Maria G. (Orgs.). Trabalho, Saúde e Meio Ambiente. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. Cortez: 2015.				

BORGIANI, Elisabete. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. Revista Serviço Social e Sociedade [online]. 2013, n.115, pp.407-442. ISSN 0101-6628. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282013000300002>. Acesso em 06 fev. 2019.

WACQUANT, Loic. As prisões da miséria. São Paulo: ZAHAR, 2008.

Bibliografia Complementar

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território de sua relação com a universalidade das políticas sociais. Serviço Social em Revista, Londrina-PR, v.16, n. 1, p. 30-42, jul./dez. 2013.

LIBÂNEO, Jose Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019.

MINISTÉRIO das Cidades. Política nacional de habitação.vol.4 Brasília, 2004

MOTTA, Luana Dias. A Questão da Habitação no Brasil: Políticas Públicas, Conflitos Urbanos e o Direito à Cidade. Disponível em <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/ Acesso em: 06 fev. 2019.

DISCIPLINA:	Políticas Intersetoriais e perspectivas profissionais na atualidade			
C/H TOTAL:	60			
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA:</p> <p>Conceito de Intersetorialidade. As diferentes Políticas Intersetoriais e o trabalho profissional do Serviço social. A interlocução das Políticas Intersetoriais com a Seguridade Social, as Políticas Setoriais.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>ACOSTA, Ana Rojas; FALLER, Maria Amalia (orgs). Família: Redes, laços e políticas públicas. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2008.</p> <p>PÓTERE. Vade Mecum do Serviço Social. Organizado por Cintia Fonseca Lopes e Erivânia Bernardino Cruz. 7 ed. Fortaleza: Premium, 2016.</p> <p>RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida; PASTOR, Márcia. Gestão de Políticas Sociais: Território Usado, intersetorialidade e participação. Eduel, 2017.</p>				

Bibliografia Complementar

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (orgs) *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais e da legislação à infância no Brasil*. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

NERI, Anita Liberalesso (org). *Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas*. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

MIOTTO, Regina Celia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. *Familismo, Direitos e cidadania: Contradições da política social*. São Paulo. Cortez, 2015.

TEIXEIRA, Solange Maria (ORG.). *Envelhecimento e Sociabilidade do Capital*. Campinas, Papel Social, 2017.

ZIMERMAN, Guite I. *Velhice: aspectos biopsicossociais*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DISCIPLINA:	Libras			
C/H TOTAL:	60			
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Conceitos, cultura e relação histórica da surdez com a língua de sinais. Políticas públicas e legislação. Gramática e noções básicas de Libras. Inclusão social e educacional do surdo. O papel do intérprete.				
Bibliografia Básica				
KARNOPP, L. B.; QUADROS, R.M. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i> . Porto Alegre: Artmed, 2004.				
PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. <i>Curso de Libras 1</i> . Rio de Janeiro: LIBRAS Vídeo, 2006.				
STROBEL, K. <i>História da Educação de Surdos</i> . Caderno de Estudos do Curso de educação à distância Licenciatura Letras/LIBRAS. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008.				
Bibliografia Complementar				
CAMPELO, A. R. S. <i>Aspectos da visualidade na educação de Surdos</i> . Tese de Doutorado. Florianópolis. UFSC. 2008. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91182/258871.pdf .				
FERNANDES, Sueli F. <i>Práticas de letramento na educação bilingüe para surdos</i> . Curitiba: SEED, 2006. Disponível em: http://www.cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/03/Fernandes_praticas_letramentos-surdos_2006.pdf				

GESUELI, Zilda Maria. Letramento e surdez: a visualização das palavras, ETD - EDUCAÇÃO TEMÁTICA DIGITAL, Campinas, v.7, n.2, p. 110-122 e também disponível no site <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=13&idart=128>.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. Revista UFSM EDUCAÇÃO, edição 2007, vol. 32, n. 2. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/revce/index2007.htm>

QUADROS, Ronice Müller e Magali L. P. Schmiedt. Ideias para ensinar português para alunos surdos, Portal do MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf:

DISCIPLINA:	Ensino em Supervisão de Estágio em Serviço Social		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: A centralidade do estágio no processo de formação profissional. A relação entre as instituições de ensino e os campos de estágio. O papel do(a) supervisor(a) e o processo da supervisão de estágio. O conteúdo da supervisão. Planejamento, execução e avaliação.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>GIAQUETO, Adriana. In: LIPORONI, A. A. C. et al. Estágio Supervisionado em Serviço Social. Fundamentos, Significados e Perspectivas. L A dimensão Educativa na Supervisão de Estágio em Serviço Social. Editora Cultura Acadêmica. Curitiba, 2017.</p> <p>BENEVIDES, G. O; RAMOS. L.; LIMA M. J. O. Estágio em Serviço Social e a Supervisão Direta: Considerações sobre o trabalho e formação profissional. In: LIPORONI.A.A.R.C. Estágio Supervisionado em Serviço Social: fundamentos, significados e perspectivas. Editora Cultura Acadêmica: Curitiba/São Paulo, 2017.</p> <p>MIOTO, R.C. Formação Profissional, estágio e supervisão: impasses e desafios persistentes. Revista Katalysis, n. 19, Florianópolis, 2016.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>CAPUTI, Leslie. Supervisão de Estágio em Serviço Social: significâncias e Significados. Revista Katalysis, v19, 2019.</p> <p>CFESS. Parâmetros para a Organização dos Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social. Brasília: CEFESS, 2018.</p> <p>GIAQUETO, Adriana. A Dimensão Educativa na supervisão de Estágio em Serviço Social – O papel do supervisor de campo. In: LIPORONI.A.A.R.C. Estágio Supervisionado em</p>			

Serviço Social: fundamentos, significados e perspectivas. Editora Cultura Acadêmica: Curitiba/São Paulo, 2017.

TORRES, M; PORTES, M. O estágio e a Supervisão – a educação permanente direcionada aos supervisores de campo. In: LIPORONI.A.A.R.C. Estágio Supervisionado em Serviço Social: fundamentos, significados e perspectivas. Editora Cultura Acadêmica: Curitiba/São Paulo, 2017.

DISCIPLINA:	Seminário de Formação Profissional II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 20	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 40	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA:

O estágio supervisionado como processo de formação profissional. O acompanhamento do planejamento, da execução, avaliação e proposição de alternativas de intervenção no âmbito do trabalho profissional.

Bibliografia Básica

GUERRA, Y. O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. In: SANTOS,C.M.dos; LEWGOY, A.M.B; ABREU, M.H.E. (Orgs). A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 101- 124.

MIOTO, R.C.T.; LIMA, T.C.S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. In: *Revista Textos e Contextos*, Porto Alegre, vol. 8 n. 1 p.: 22-48. Jan-jun. de 2009.

TORRES, M. M. O trabalho socioeducativo desenvolvido pelo assistente social: concepções e atividades desenvolvidas. In. *Revista Libertas*, Juiz de Fora: MG, vol. 14, n. 2, 2014.

Bibliografia Complementar (4 ano)

BRASIL. CFESS – Cartilha Estágio supervisionado: meia formação não garante um direito. Gestão Tempo de Luta de Resistência (2011-2024).

BRASIL. CFESS – Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão. 1ª Edição Ampliada. 2012.

MEDEIROS, M.S.S. Os fundamentos da relação teoria e pratica no estágio em Serviço Social. Revista Katalysis, v19, 2019.

MOREIRA, Iana Vasconcelos. Dilemas e Desafios do estágio curricular em serviço social:

expressões dos (des) encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. *Temporalis* n. 17.

SANTOS; F.H.C; RAMOS; A. Articulação entre supervisão de Campo e Acadêmica em Serviço Social. *Revista Temporalis*, Brasília, 2016.

DISCIPLINA:	Estágio supervisionado II			
C/H TOTAL:	225			
C/H TEÓRICA:	C/H 225	PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: A formação profissional e o estágio. O Planejamento, execução, avaliação como forma de apropriação do trabalho do(a) Assistente Social nos diferentes campos de estágio.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>BARBOSA, C.A.P. et al. Estágio Supervisionado e Supervisão: perspectivas e concretude no espaço de formação profissional em Serviço Social. In: LIPORONIM, J. O El al. Estágio Supervisionado em Serviço Social. Editora Cultura Acadêmica. Curitiba/São Paulo, 2017.</p> <p>WALHERS, M.L.S; OLIVEIRA; C.A.H.S. O Estágio Supervisionado em Serviço Social e a Centralidade na Práxis Profissional. In: LIPORONIM, J. O El al. Estágio Supervisionado em Serviço Social. Editora Cultura Acadêmica. Curitiba/São Paulo, 2017.</p> <p>YASBEK, C. A dimensão política do trabalho do Assistente Social. <i>Revista Serviço Social e Sociedade</i>, n. 214. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>AZAMBUJA, M.R.F. A Interdisciplinaridade na violência sexual. <i>Revista Serviço Social e Sociedade</i>, n.115. Cortez: São Paulo, 2013.</p> <p>BERBERIAN, T.P. Serviço Social e avaliações de negligência: debates no campo da ética profissional. <i>Revista Serviço Social e Sociedade</i>, n.121. Cortez: São Paulo, 2015.</p> <p>COSTA, M.D.H. da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. In: MOTA, A.E. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006, p. 304-35</p> <p>GASPARINI, M.F.V. Avaliação de Programas e Serviços Sociais: uma análise das práticas no contexto atual. <i>Revista Serviço Social e Sociedade</i>, n.117. Cortez: São Paulo, 2014.</p> <p>RAICHELIS, R. Intervenção Profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. <i>Revista Serviço Social e Sociedade</i>, n104. Cortez: São Paulo, 2010.</p>				

7. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

É pertinente retomar aspectos já trabalhados no item “metodologias” para afirmar o posicionamento do Colegiado do Curso de Serviço Social do Campus de Paranavaí.

Concordando com Buarque (1991), a universidade tem um único papel social: “gerar saber”. Isso faz parte do compromisso social da universidade, mas não basta. Para o autor, a universidade brasileira tem “patinado” na definição do seu compromisso social. É preciso resgatar o papel histórico da universidade.

O sentido essencial da responsabilidade social da educação superior consiste em produzir e socializar conhecimentos que tenham não só o mérito científico, mas também valor social e formativo. Portanto, que sejam importantes para o desenvolvimento econômico, que tenham sentido de cidadania pública [...] Que a universidade não dê razão ao mercado se e quando ele se impõe como razão da sociedade. Que a universidade não seja um motor de globalização da economia de mercado, mas sim da globalização da dignidade humana. (DIAS SOBRINHO, 2005, p 172-173).

A universidade, na sua essência, produz e socializa o conhecimento, visando à intervenção na realidade da população, na perspectiva da ação coletiva. Nesse sentido, busca-se tornar o processo de ensino-aprendizagem uma realidade concreta que venha de encontro com as demandas da sociedade, objetivando a transformação social.

A compreensão da natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam os resultados produzidos pela atividade acadêmica, provocando impactos sociais.

A ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, entendendo a população e suas demandas apenas como um objeto de pesquisa acadêmica e/ou intervenção técnica; pelo contrário, estes são protagonistas da história, sujeitos de conhecimento e a mediação entre universidade e sociedade constitui-se um espaço privilegiado de práxis social.

Portanto, esta afirmação da indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão remete-nos ao modelo de universidade e objetivos do ensino superior que defendemos.

[...] numa sociedade organizada, espera-se que a educação, como prática institucionalizada, contribua para a integração dos homens no tríplice universo das práticas que tecem sua existência histórica concreta: no universo do trabalho, âmbito da produção material e das relações econômicas; no universo da sociabilidade, âmbito das relações políticas, e no universo da cultura simbólica, âmbito da consciência pessoal, da subjetividade e das relações intencionais (SEVERINO, 2002, p. 11 *apud* MARTINS, 2008, p. 75).

A universidade, portanto, tem uma função social e precisa assumir mais veementemente a posição de uma universidade voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população, contrapondo-se a reforma neoliberal iniciada na década de 1990 que impõe uma “educação de qualidade” associada aos princípios mercadológicos de produtividade e rentabilidade, implantando nas instituições educacionais a lógica de concorrência, do individualismo e da produção do conhecimento a partir de experiências imediatas, como destaca Possamai (2014).

Essa “tendência” se intensifica após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais – LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, como aponta Martins (2008, p.73)

Não obstante algumas ideias defensoras da flexibilidade da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão terem se anunciado com relativo destaque pós LDB/96, tendo em vista que, ao dispor sobre a Educação Superior em seu capítulo IV, a referida lei omitiu este princípio, não podemos perder de vista que as universidades continuam imbuídas destas funções.

Nesse sentido, e, diante do contexto desafiador em que se encontram as universidades para se manterem em sua condição de pública, laica e inclusiva, vislumbra-se o envolvimento do conjunto de docentes, a maioria com titulação de doutorado, na criação de estratégias para envolver os(as) discentes em programas de Iniciação Científica, articulado a pesquisas consistentes de seus(as) orientadores(as).

Da mesma forma, e, levando em conta a indissociabilidade com a extensão, buscar-se-á uma conexão intrínseca com o ensino e a pesquisa, em que esse processo tenha de fato a função social articulada às demandas da sociedade em diferentes frentes a serem construídas pelo conjunto.

8. CORPO DOCENTE

COORDENADORA DO COLEGIADO DE CURSO

Nome	Graduação	Titulações	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
KEILA VALENSUELA	Serviço Social Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo (2003)	Especialização em Política Social e Gestão de Serviços Sociais UEL (2006) Especialização em Educação Especial Instituto Paranaense de Maringá (2007) Especialização em Docência do Ensino Superior Instituto Paranaense de Maringá (2008) Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2013) Doutorado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2020)	20 horas	TIDE

PROFESSORAS(ES) EFETIVAS(OS)

Nome do Docente	Graduação	Titulações	Regime de Trabalho
KARIMA OMAR HAMDAN	Serviço Social Centro Universitário de Maringá (2009)	Mestre em Geografia Universidade Estadual de Maringá (2010)	TIDE
	Letras Universidade Estadual de Maringá (1999)	Doutoranda em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2020-2024)	
KEILA VALENSUELA	PINNA Serviço Social Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo (2003)	Especialização em Política Social e Gestão de Serviços Sociais UEL (2006) Especialização em Educação Especial Instituto Paranaense de Maringá (2007) Especialização em Docência do Ensino Superior Instituto Paranaense de Maringá (2008) Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2013) Doutorado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2020)	TIDE

LEONARDO DE SOUZA	CARVALHO Serviço Social- Faculdade União de Campo Mourão/UNICAMP O (2014 - 2017);	Graduação em Pedagogia- UNESPAR/Campo Mourão (2013- 2017); Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento - UNESPAR/Campo Mourão (2017- 2019); Especialização em Educação Especial e Inclusiva - Centro Universitário Cidade Verde - UNIFCV (2019- 2020); Especialização em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos - Universidade Norte do Paraná - UNOPAR (2020- 2021); Doutoramento em Serviço Social - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Franca (ingresso 2021 e previsão de término em 2025);	RT-40
--------------------------	--	--	--------------

MARIA INEZ BARBOZA MARQUES	Serviço Social Universidade Estadual de Londrina (1996)	Especialização em Metodologia da Ação Docente Universidade Estadual de Londrina (1998) Mestre em Ciências da Religião Universidade Metodista de São Paulo (2001) Doutorado em Serviço Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015)	TIDE
MARÍLIA GONÇALVES DAL BELLO	Serviço Social Universidade Estadual de Londrina (2002)	Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2004) Doutorado em Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014)	TIDE
PRISCILA SEMZEZEM	Serviço Social Centro de Ensino Superior de Maringá (2008)	Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2012) Doutoranda em Serviço Social Universidade Federal de Santa Catarina (2019-2024)	TIDE

SUELI GODOI	Serviço Social Universidade Estadual de Londrina (2002)	Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2003) Doutorado em Território, Risco e Políticas Públicas Universidade de Coimbra, UC, Portugal (2020)	TIDE
TEONE MARIA RIOS DE S. RODRIGUES ASSUNÇÃO	Serviço Social Universidade Estadual de Londrina (1996)	Especialização em Marginalização na Infância e Adolescência Universidade Estadual de Londrina (1998) Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2005) Doutorado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2017)	TIDE

THAÍS GASPAR MENDES DA SILVA	Serviço Social Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo (2004)	Especialização em Gestão de Políticas Sociais com centralidade na Família Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (2008) Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2012) Doutorado em Serviço Social Universidade Estadual Paulista (2020)	TIDE
PROFESSORES DE OUTRAS ÁREAS			
Nome do Docente	Graduação	Titulações	Regime de Trabalho
ALEXANDRE LUÍS PONCE MARTINS	Licenciado e Bacharel em Geografia	Mestrado em Geografia UEM (2016) Doutorado em Geografia UEM (2021)	RT-40
ARIANE MARIA MACHADO DE OLIVEIRA	Ciências Econômicas (2002)	Mestrado em Teoria Econômica (2005) Doutorado em Administração Estratégica (2018)	RT-20

ELIAS DE SOUZA JÚNIOR	Graduação em Filosofia – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1986)	Especialização – Psicologia da Educação – Pontifícia Universidade Católica – Minas Gerais (1990) Mestrado – Universidade Estadual de Maringá (2005)	TIDE
EVERTON FARIA HENRIQUE	Administração Pública. Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil (2018) Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil (2008)	Especialização em Gestão Pública. Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil (2019) Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil (2013) Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. (2020)	RT-20

ISABELA COMPOI	CANDELORO	Graduação História (1998)	em	Mestrado em História – UNESP (2001) Doutorado em História - UFF (2009) Pós doutorado – Universidade Livre de Berlim (2010)	TIDE
LAYSMARA EDOARDO	CARNEIRO	Ciências Sociais UNIOESTE (2007)		Mestrado em Letras – Linguagem e Sociedade UNIOESTE (2010) Doutorado em Sociologia USP (2018)	RT-40

REGIANE ABRAHÃO	Licenciatura em Letras Português/Inglês	Especialização em Educação Especial: Atendimento às Necessidades	RT-40
	Faculdade Machado de Assis, FAMA, Brasil. (2017)	Instituto de Estudos Avançados e Pós-graduação, ESAP, Brasil. (2004)	
	Pedagogia	Especialização em Educação Especial: Área da Surdez - LIBRAS.	
	Faculdade Entre Rios do Piauí, FAERPI, Brasil. (2014)	Instituto de Estudos Avançados e Pós-graduação, ESAP, Brasil. (2007)	
	Educação Física	Especialização em Saúde para Professores da Educação Fundamental.	
	Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranaíba, FAFIPA, Brasil. (2003)	Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil. (2008)	
		Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, Brasil. (2009)	
		Mestre em Formação Docente Interdisciplinar Universidade Estadual do Paraná (2019)	

SILVIA MARINI	Graduação em Psicologia – UEM (2008)	Mestrado em Ciências Sociais – UEM (2012) Doutorado em Psicologia – UEM (2019)	RT-40
----------------------	--------------------------------------	---	-------

RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:

Graduados: 00

Especialistas: 00

Mestres: 05

Doutores: 11

Pós-Doutores: 01

9. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Keila Pinna Valensuela

Maria Inez Barboza Marques

Marília Gonçalves Dal Bello

Teone Maria Rios de S. Rodrigues Assunção (Coordenadora)

Thaís Gaspar Mendes da Silva

Sueli Godoi

10. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL

SALA ESPECÍFICA PARA FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DO CURSO – com uma mesa para reuniões, duas mesas para atendimento aos alunos, um computador de uso coletivo, quatro armários também de uso coletivo, um sofá para reuniões ou descanso.

.

SALAS DE AULAS – Salas de aulas equipadas com carteiras e cadeiras com capacidade para acomodar cinquenta estudantes; uma das salas de aula contém rampa na entrada e uma carteira que permite a acessibilidade a estudante cadeirante.

CENTRO DE CONFERÊNCIAS – trata-se de um espaço com capacidade para 500 pessoas, com, sistema de som e ar condicionado palco com iluminação apropriada e camarim, banheiros e rampa de acesso para deficiente além de tela elétrica com data show e cabine suspensa para assessoramento do som e imagem. Auditório em condições de acessibilidade.

MINI AUDITÓRIO - auditório com capacidade para 100 pessoas, sistema de som e ar condicionado, palco com mesa e cadeiras estofadas.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA - sala com computadores instalados em baias individuais para permitir o desenvolvimento de trabalhos individuais com acesso a internet. Espaço em condições de acessibilidade.

BIBLIOTECA: com apoio de uma bibliotecária e estagiários(as). Espaço amplo para estudos individuais e coletivos.

CENTRO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS – espaço físico equipado com estrutura para reuniões e atendimento a discentes para apoio dos Núcleos de Educação para: Relações de Gênero, Igualdade Racial e Educação Especial.

SALA DE VÍDEO CONFERÊNCIAS: Equipada com TV para reuniões por skipe.

11. ANEXOS:

- ✓ Regulamento do Estágio Supervisionado;
- ✓ Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC;
- ✓ Regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares - AAC;
- ✓ Regulamento de Ação Curricular de Extensão e Cultura – ACEC

ANEXO I

REGULAMENTO DE ESTÁGIO
SERVIÇO SOCIAL
UNESPAR/CAMPUS DE PARANAVAÍ/PR

Paranavaí

2023

DEFINIÇÃO

Art1º - O Estágio Supervisionado em Serviço Social consiste em uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do(a) estudante no espaço sócio institucional. Apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao(a) estudante o estabelecimento de relações entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com a classe trabalhadora, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital. O alcance desse processo formativo pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo(a) professor(a) supervisor(a) e pelo(a) profissional do campo, por meio da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referências: a lei n. 8.662/1993 – Lei de Regulamentação da Profissão, Código de Ética Profissional (1993), Lei n. 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Política Nacional de Estágio (PNE/2009).

Parágrafo Único – É vedado a oferta de Estágio em Serviço Social por instituições que não contemplem em seu quadro de profissionais o(a) assistente social.

DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art 2º- O estágio deve, fundamentalmente, oferecer condições para a iniciação profissional em uma ou mais áreas do Serviço Social. Prática esta que deverá ser aprimorada ao longo do exercício profissional.

Art 3º- Proporcionar aos (à) estudante acesso ao aprendizado dos instrumentais e política que envolve o exercício profissional no campo de estágio em que se encontra alocado.

Art 4º- Levar o(a) estudante a internalizar valores associados ao projeto ético político profissional do Serviço Social e a defesa da justiça social.

Art 5º- Oferecer ao(à) estudante condições de perceber por meio da prática de estágio, a inter-relação entre realidade institucional e conteúdos teórico-metodológicos apreendidos na universidade.

Art 6º - Estimular junto o(a) estudante postura investigativa e crítica frente a conjuntura trabalhada.

Art 7º- A supervisão do Estágio tem por objetivo possibilitar a reflexão e a análise de experiências de intervenção do Serviço Social, compreendendo as seguintes situações:

I- Conhecer realidades específicas ao Serviço Social;

II- Sistematizar, planejar e executar as ações concernentes a prática do(a) assistente social no que diz respeito às demandas colocadas ao(à) profissional;

DA CARGA HORÁRIA

Art 8º - A carga horária a ser cumprida pelo estudante de Serviço Social corresponde a 15% da carga horária total ministrada no curso.

Art 9º - O curso de Serviço Social na UNESPAR/Paranavaí tem a exigência do cumprimento de estágio obrigatório de 225 horas para o terceiro ano e 225 horas para o quarto ano, no ano corrente. A carga horária em ambas as series deverá ser cumprida em oito horas semanais, sendo vedado o abandono do campo de estágio antes do término do calendário letivo, mesmo que cumprida a carga horária, sendo que eventualidades no cumprimento das horas demandará o planejado entre o supervisor de campo e acadêmico e o (a) estudante.

Parágrafo Único: no caso de reprova no terceiro ano, a/o acadêmica/o poderá cumprir em um só ano as disciplinas de Estágio Supervisionado I e II.

SOBRE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Art 10º Estágio Não Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, não acrescida à carga horária regular e obrigatória, conforme inscrição na Matriz Curricular do curso de Serviço Social (Resolução 046/2018).

Art 11 º O estágio, sendo considerado um processo educativo, observado pela articulação entre formação e o exercício profissional, deverá ser realizado em área e local compatíveis com o curso de Serviço Social, sendo expressamente vedado o exercício de atividades não relacionadas à sua área de formação em conforme com as resoluções n. 493/2006 e n. 533/2008 do CFESS.

Art 12 º Constituem-se campos de estágio em Serviço Social as instituições ou órgãos da administração pública, as instituições de ensino, pesquisa e cultura, públicas e privadas, organizações da sociedade civil (OSCs), os próprios campus da Unespar e a comunidade em geral, desde que apresentem condições conforme resoluções do CFESS (Resolução 046/2018). Devendo contemplar os seguintes processos:

- I. Planejamento e execução conjunta com a Unespar das atividades de estágio;
- II. Aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos para a formação do (a) estudante;
- III. Vivência efetiva de situações reais de vida e de trabalho, compatíveis com o campo profissional de atuação, previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação, no Projeto Pedagógico do Curso e demais legislações pertinentes em vigor;
- IV. Avaliação e acompanhamento conjunto das instituições formadora e cedente.

Art 13 º Aos (às) estudantes dos 1º e 2º anos do curso de Serviço Social é assegurado a possibilidade de realização de estágio, desde que devidamente acompanhado mediante supervisão acadêmica e de campo. E aos(a) estantes do 3º e 4º anos é permitido realizarem o estágio obrigatório na mesma instituição em que realizam estágio não obrigatório (remunerado), se for o caso, desde que sejam cumpridas todas as prescrições das legislações que tangem ao estágio em Serviço Social. E realizarem as atividades pedagógicas demandas pelo estágio obrigatório.

Art 14 º Quando se tratar de Estágio não Obrigatório, o Termo de Compromisso deverá ser instruído conforme resolução n. 046/2018.

I. cópia de apólice de seguros pessoais a ser custeada pela unidade concedente, cujo número deve constar no Termo de Compromisso;

II. plano de Estágio, elaborado em conjunto, pelo(a) estudante, professor(a) supervisor(a) da unidade concedente, com aquiescência do(a) professor(a) orientador(a) da Unespar;

Art 15º A carga horária máxima de estágio não poderá ultrapassar 30h/semanais e 6 h diárias.

Art 16º O(a) estudante que cumprir 30 horas semanais e 6 horas diárias de estágio, nos períodos de avaliação de aprendizagem estipulados pela instituição de ensino, poderá ter carga horária de estágio reduzida pelo menos à metade, segundo o estipulado no Termo de Compromisso, a fim de garantir o bom desempenho do(a) estudante (lei 11.788, de 25/09/2008).

Art 17º- É assegurado ao(à) estagiário(a), sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano, período de recesso de 30 dias, a ser gozado durante o mês de janeiro, em consonância com o calendário da UNESPAR/Campus de Paranavaí. (lei 11.788, de 25/09/2008).

Parágrafo único. A carga horária da supervisão acadêmica realizada semanalmente na Universidade será contabilizada no cumprimento da carga horária total da disciplina de estágio.

DA DINÂMICA DA SUPERVISÃO

Art 18º - Entende-se por Supervisão de Estágio a orientação e o acompanhamento direto dado aos(às) estudantes no decorrer de suas atividades de estágio, de forma a proporcionar-lhes o desenvolvimento de uma atuação capacitada e competente no desempenho de suas ações pertinentes a profissão.

Art 19º - As supervisões de estágio no âmbito acadêmico serão realizadas semanalmente, mediante organização grupal, distribuídas por áreas afins ao Serviço Social.

Art 20º – A carga horária docente equivale a 1 hora/aula por estudante a ser distribuída nas seguintes atividades: planejamento pedagógico, supervisão individual, coletiva, correção da documentação e visita ao campo de estágio quando necessário.

I-O montante de estudantes por docente, não poderá ultrapassar o número de 15 (Política Nacional de Estágio em Serviço Social, 2009).

Art 21º - É vedado aos(às) discentes 2 (duas) faltas consecutivas na supervisão acadêmica sem aviso prévio com justificativa plausível e comprovada ao(à) supervisor(a) pedagógico(a).

Art 22º É vedado mudar de supervisor(a) de estágio, salvo em situações específicas em que ocorrerá a anuência do supervisor(a) acadêmico(a) e coordenador(a) de estágio.

Art 23º Será realizada, pelo(a) supervisor(a) acadêmico(a), no mínimo uma visita anual junto as instituições – campo de estágio, a fim de integrar universidade e campos de estágio, visando uma formação qualificada e competente dos(as) estudantes do curso de Serviço Social.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS(AS) ESTAGIÁRIOS(AS)

Art 24º Providenciar documentação exigida para regulamentação do estágio supervisionado em Serviço Social, entre UNESPAR – Campus Paranavaí e instituição campo de estágio.

I. Protocolar para Central de Estágio o Termo de Compromisso (04 vias), sendo uma destinada a Central de Estágio, outra a Instituição Concedente do estágio, uma terceira ficará sob posse do estudante, e uma quarta se destinará ao(à) supervisor(a) acadêmico(a), podendo ser por ele dispensada.

II. Elaborar o termo de compromisso do estagiário em relação ao campo de estágio

Art 25º Estar ciente do Regulamento de Estágio.

Art 26º. Frequentar assiduamente as supervisões acadêmicas.

Art.27º- Cumprir rigorosamente carga horária anual referente ao estágio supervisionado em Serviço Social.

Parágrafo Único: em caso de falta ao campo de estágio, justificar com antecedência mínima de 24 horas o(a) profissional supervisor(a) de campo.

Art 28º. Em caso de mudança de campo de estágio a instituição campo de estágio deverá ser comunicada mediante documento assinado pela coordenação de estágio e supervisor(a) acadêmico(a).

Art 29º - Cumprir os prazos para entrega das atividades solicitadas nas supervisões acadêmicas, conforme calendário pré estabelecido pela coordenação do Estágio e inscrita nos anexos desse regulamento.

Art 30º Utilizar vestimentas adequadas ao ambiente profissional, onde se encontra inserido(a) como estagiário(a).

Art 31º. Desenvolver as atividades de estágio, tendo em vista os padrões éticos que regem a profissão.

DA DEFINIÇÃO DE SUPERVISÃO E ATRIBUIÇÕES DOS SUPERVISORES(AS)

Art. 32º – Compete aos(as) supervisores(as) de estágio comparecer sempre que possível nas reuniões e encontros organizados pela UNESPAR- Paranavaí e/ou instituição campo de estágio.

Art 33º - O número de estudante por supervisor(a) de campo não poderá ultrapassar um(a) estudante para cada 10 horas semanais de trabalho do profissional em Serviço Social (Resolução CFESS N° 533 de 2008).

Art 34º - O(a) supervisor(a) acadêmico(a) e supervisor(a) de campo não poderá ser o mesmo.

Art 35º Compete ao(à) Supervisor(a) Acadêmico(a).

§1º Orientar os(as) estudantes quanto a elaboração e organização das atividades associadas as avaliações em Serviço Social.

§ 2º Contribuir com a elaboração do Plano de Estágio junto com o(a) estudante e supervisor(a) de campo, referente as atividades a serem desenvolvido durante o período de estágio.

§ 3º - Realizar visitas periódicas ao campo de estágio, conforme demanda do processo de formação profissional.

§ 4º - Participar das reuniões convocadas para discussão de assuntos pertinentes ao estágio supervisionado em Serviço Social.

Art 36º Compete ao(à) Supervisor(a) de Campo:

§1º Apresentar projeto de trabalho à unidade de ensino, de modo a incluir sua proposta de supervisão, no momento da abertura do campo de estágio.

§ 2º Participar da construção do plano de estágio em conjunto com supervisor(a) acadêmico(a) e ao(à) estagiário(a) em que conste os papéis, funções, atribuições e dinâmica processual da supervisão, no início de cada ano letivo.

§ 3º Delimitar as atividades a serem desenvolvidas pelo(a) estagiário(a) na instituição em que realiza o estágio;

§ 4º- Planejar atividades condizentes com o exercício profissional, contrapondo-se a inserção dos(as) estagiários (as) em atividades meramente laborativas.

§ 5º - Disponibilizar sempre que possível material referente ao funcionamento e dinâmica da instituição na qual se insere o (a) estagiário(a).

§-6º Organizar, no mínimo mensalmente supervisão de campo sistematizada, com atividades programadas e planejadas referente a prática de estágio.

§ 7º - Comunicar à coordenação de estágio da Instituição de Ensino possíveis dificuldades na execução do estágio supervisionado, que possa comprometer o aprendizado do(a) estudante de Serviço Social.

§ 8º -Assinar folha de frequência dos(as) estagiários(as) e outras documentações pertinentes.

§8º - Proceder semestralmente avaliação, mediante atribuição de notas referente às atividades desenvolvidas pelo(a) estudante de Serviço Social no campo de estágio.

DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art 37º Cabe ao(à) coordenador(a) de estágio, zelar pelo planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelos(as) estagiários(as) nos processos e supervisão acadêmica.

Art 38º-Integrar universidade e instituições ofertantes dos campos de estágio.

Art 39º-Cadastrar as instituições campo de estágio.

Art 40º Responsabilizar-se pela abertura dos campos de estágio de acordo com a demanda do curso.

Art 41º Acatar as orientações do CRESS, CFESS, COFI no que diz respeito a política de estágio concernente a profissão.

Art 42º - Organizar documentação a fim de regularizar os campos de estágio associado ao exercício profissional do Serviço Social.

Art 43º- Encaminhar ao Conselho Regional de Serviço Social, com sede em Londrina, comunicação formal e escrita indicando:

- I- Campos credenciados, bem como seus respectivos endereços e contatos;
- II- Nome e número de registro no CRESS dos(as) profissionais responsáveis pela supervisão acadêmica e de campo;
- III- Nome do(a) estagiário(a) e ano em que está matriculado.

Art 44º Encaminhar à instituição campo de estágio calendário acadêmico, compatível com as determinações da UNESPAR – Campus de Paranavaí, bem como a regulamentação de estágio para ciência dos(as) supervisores(as) de campo.

Art 45 º -Promover em articulação com o Colegiado do Curso de Serviço Social, em caráter permanente, curso de formação de Supervisores(as) (podendo ser oferecido como atividade de extensão). E a organização da agenda do Fórum de Supervisores (as) da UFA (PNE, 2009). As disciplinas de Seminário de Formação Profissional I e II dos terceiro e quarto anos respectivamente, serão disciplinas que contemplam “Ações Curriculares de Extensão e Cultura” (ACEC), tendo o Fórum de Supervisores e a Mostra de Estágio como ações extensionistas, pois são disciplinas e atividades relacionadas ao estágio e que contemplam a curricularização da extensão.

DA AVALIAÇÃO

Art 46º O acompanhamento e a avaliação do processo de estágio se darão mediante as atividades desenvolvidas no campo de estágio.

Art 47 º - A cada bimestre será organizado um conjunto de atividades a serem trabalhadas e elaboradas, a fim de compor a nota referente aos quatro bimestres no decorrer do ano letivo.

Art 48º- No 2º e 4º bimestre a nota de avaliação será composta pela avaliação do(a) assistente social responsável pelo(a) estudante no campo de estágio e o relatório de acompanhamento de estágio curricular, sendo esse último entregue também à Central de Estágio.

Art 49 º - Todo bimestre o(a) estudante deverá entregar folha de frequência ao campo de estágio para controle de frequência do estágio. A folha de frequência deverá ser assinada pelo(a) supervisor(a) acadêmico(a) e de campo.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Situações que extrapolarem os dispostos neste regulamento serão discutidas e decididas mediante reunião do colegiado de Curso de Serviço Social.

Versão revista e aprovada pelo Colegiado do Curso de Serviço Social em 12/05/2022. Com acréscimos de atividades de ACEC aprovadas em reunião de colegiado, dia 28/04/22, registrada na ata n.06/2022.

Profa Dra. Keila Pinna Valensuela

Coordenação do Curso de Serviço Social

Prof. Me. Leonardo Carvalho de Souza

Coordenação de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II (2022)

ANEXOS

ANEXO I - Folha de Frequência do Estagiário em Serviço Social²

Nome do(a) Estagiário(a) _____

Local de Estágio: _____

Período: _____

Dia	Hora de Entrada	Hora de Saída	Total	Atividades Realizadas

Supervisor(a) de campo _____

Supervisor(a) de campo Supervisor(a) acadêmico Estagiário(a)

As informações nesse documento deverão ser digitadasA entrega da folha de frequência é bimestral

ANEXO I – A- Folha de Frequência do Estagiário em Serviço Social (SUPERVISÃO ACADÊMICA)³

Nome do(a) Estagiário(a) _____

Local de Estágio: _____

Período: _____

Dia	Hora de Entrada	Hora de Saída	Total	Atividades Realizadas

Supervisor(a) Acadêmico _____

As informações nesse documento deverão ser digitadasA entrega da folha de frequência é bimestral

Supervisor(a) acadêmico

Estagiário(a)

ESTUDO INSTITUCIONAL

Identificação do(a) estudante	
Série	
Supervisor Pedagógico	
Identificação da Instituição Campo de Estágio	
Supervisor(a) de Campo	

1- Relação da instituição Campo de Estágio com a Política Social

Apresentação e problematização da política social (educação, saúde, assistência social, habitação, ou criança e adolescente, idoso, pessoa com deficiência, mulheres) e sua relação com as expressões da questão social, instituição campo de estágio (considerar aspectos mais amplos e mais específicos da política), tendo em vista os determinantes sócio histórico e políticos.

2. Caracterização da instituição campo de estágio

- Objetivo;
- Natureza da instituição (pública/ privada, sem fins lucrativos);
- Estrutura Organizacional (organograma);
- Recursos Humanos (quadro de funcionários);
- Financiamento (como ocorre e qual a fonte de recursos);
- Serviços prestados (programas e projetos desenvolvidos; benefícios);
- Relações estabelecidas com outras instituições (encaminhamentos, rede de serviços, convênios, parcerias, projetos entre outras);
- Demanda atendida;
- Benefícios disponibilizados para os usuários;
- Critérios para inclusão nos serviços/benefícios/projetos e programas na instituição;
- Principais desafios a serem enfrentados para cumprir finalidades e objetivos;

PLANO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

() OBRIGATÓRIO

() NÃO-OBRIGATÓRIO

NOME:		Fone:
Curso:	Série:	Turno:
Unidade Concedente:		
PERÍODO DO ESTÁGIO: Início:	PERÍODO DO ESTÁGIO: Término:	

2. HORÁRIO DO ESTÁGIO

DIAS DA SEMANA	MANHÃ		TARDE		NOITE		CARGA HORÁRIA DIÁRIA
	ENTRAD A	SAÍDA	ENTRAD A	SAÍDA	ENTRAD A	SAÍDA	
Segunda-feira							
Terça-feira							
Quarta-feira							
Quinta-feira							
Sexta-feira							
Sábado							
Domingo							
TOTAL DA CARGA HORÁRIA SEMANAL:							

3. SUPERVISOR(A) DO CAMPO DE ESTÁGIO

Nome do Supervisor(a):	R.G. ou CPF:
Número do CRESS:	

4. SUPERVISOR(A) CADÊMICO(A)

Nome do Orientador(a):	R.G:
Colegiado:	Número do CRESS:

1- Serviço Social e a Instituição Campo de Estágio

- Serviço Social e o exercício profissional na Política Setorial de atuação do Campo de Estágio;
- Organização, particularidades, e dinâmica do Serviço Social na área temática e na instituição, especialmente os projetos que desenvolve e suas rotinas;

- Público alvo de atendimento do Serviço Social;
- Público alvo (características e demandas apresentadas);
- Objetivo do Serviço Social na instituição;
- Articulação com outras áreas/ profissionais;
- Atividades, programas e projetos desenvolvidos;
- Intervenção profissional junto à demanda atendida (encaminhamentos, procedimentos tomados relacionados aos atendimentos realizados);
- Instrumentais utilizados pelo Serviço Social (documentos e registros profissionais. O que existe? Como é realizado o registro?
- Avaliação. Como é feita? Quando é feita?
- Possibilidades (o que precisa ser mantido e o que pode ser melhorado em relação ao serviço, projetos e programas?) quais os limites do Serviço Social na instituição? Quais as áreas que o assistente social pode inserir? O que precisa ser mudado?

2- Inserção do(a) estagiário(a) no campo de estágio

- Identificação do projeto/programa no qual insere-se o estagiário ou atividades que serão desenvolvidas pelo(a) estagiário(a);
- Objetivos a serem alcançados a partir do ingresso do(a) estagiário(a) na instituição/projeto;
- Supervisões de Campo: rotina de acompanhamento ao(à) estagiário(a), instrumentos a serem utilizados e objetivos a serem alcançados.

3. Inserção do(a) estagiário(a) na Disciplina de Estagio Supervisionado

- Localização da disciplina de estágio supervisionado a partir das diretrizes curriculares do Serviço Social (LDB- lei 9394 de 20/12/1996);
- Objetivo do estagiário na disciplina;
- Atividades desenvolvidas;
- Metodologia da supervisão;
- Avaliação do processo associado a supervisão acadêmica como será feita?

4- Considerações Finais

- Expectativas do(a) estudante em relação ao campo de estágio, supervisão acadêmica e supervisão de campo
- Importância da elaboração do plano de estágio

- Pontos positivos e negativos no processo do estágio como parte do processo de formação profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Observação: Relatório deve obedecer rigorosamente às Normas da ABNT

Estagiário(a)

Supervisor(a) de campo

Supervisor(a) acadêmico(a)

Paranavaí, _____ de _____ de _____

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL - AVALIAÇÃO SUPERVISOR(A) CAMPO

Nome do(a) estudante:					
Série			Data		
Identificação do(a) Supervisor (a):					
Número do CRESS:					
Local de Estágio					
1	Atitudes dos (as) estudantes frente ao campo de estágio	Valor	Valor atribuído	Peso	<u>Nota</u>
1.1	Pontualidade/ Assiduidade	0 a 10.0	8,0	X 0.1	0,8
1.2	Compromisso com as atividades propostas, com as supervisões de campo e zelo na elaboração de documentos referente ao campo de estágio	0 a 10.0	9,0	X 0.1	0,9
1.3	Iniciativa frente as atividades propostas	0. 10.0		X 0.1	
1.4	Capacidade de estabelecer relações pessoais, capacidade de trabalho em equipe, observância da ética profissional, capacidade de aceitar críticas e capacidade de auto crítica.	0 a 10.0		X 0.1	
2.	Competências do(a) estagiário(a)	0 a 10.0		X 0.1	
2.1	Domínio e aplicação de conceitos teóricos, conhecimento de metodologia e instrumental de intervenção, conhecimento da política social e da rede de serviços associadas ao campo de	0. 10.0		X 0.1	

	estágio				
2.2	Capacidade de síntese: transformação de observações em ações conclusivas e adequadas	0. 10.0		X 0.1	
2.3	Criatividade capacidade de desenvolver e utilizar procedimentos diversificados	0 a 10.0		X 0.1	
3.	Conhecimento da Instituição	0 a 10.0		X 0.1	
3.1	Objetivos institucionais, finalidade da instituição, conhecimento da estrutura e do fluxograma da instituição, conhecimento e respeito aos níveis decisórios da instituição	0. 10.0		X 0.1	
3.2	Capacidade de situar a atividades desenvolvidas na instituição, conhecimento dos planos, programas e projetos desenvolvidos pela instituição e pelo Serviço Social	0. 10.0		X 0.1	
3.3	Conhecimento claro das atividades, programa /projeto no qual o estagiário encontra-se inserido	0 a 10.0		X 0.1	
3.4	Totais				

Assinatura Supervisor(a) Acadêmico(a)

Assinatura Supervisor(a) de Campo

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO⁴

I-IDENTIFICAÇÃO

Estagiário(a):

Série:

Local de Estágio:

Supervisor(a) de campo:

Período de referência:

Carga horária de estágio no período:

Data da elaboração:

II- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

1-Dados Estatísticos (tabela)

2- Descrição das atividades desenvolvidas: descrição e análise das atividades desenvolvidas quanto a: ações, objetivos, metodologia, resultados alcançados e instrumentais utilizados.

III- PROCESSO DE SUPERVISÃO

Descrição da sistemática das supervisões (número, horas despendidas, metodologia adotada, objetivos, assuntos tratados, conteúdo teórico-metodológico, instrumentalização)

IV- AVALIAÇÃO

Levantar pontos fracos e pontos fortes dos seguintes itens:

- . Atividades desenvolvidas no estágio;
- . Processo de supervisão;
- . Auto avaliação do estudante como estagiário(a)

Estagiário(a)

Supervisor(a)de campo

Supervisor(a)acadêmico(a)

Paranavaí, _____ de _____ de _____

Estágio Supervisionado em Serviço Social - Roteiro Diário de Campo ⁵ (1x semana)

Data: ____/____/____

1-Descrição

- Atividades Previstas: (discutidas com o assistente social);
- Objetivo das atividades desenvolvidas;

2-Interpretação do observado, (momento no qual é importante explicitar, conceituar, observar e estabelecer relações entre os fatos e as consequências);

- Demanda para o Serviço Social;
- Identificação e problematização das expressões da questão social/trajetória histórica/totalidade e movimento dialético acerca da história de vida do(a) usuário(a);
- Estratégias interventivas do Serviço Social.

3. Registro das conclusões preliminares, das dúvidas, imprevistos, desafios

5

Falkembac (s.d.) recomenda que sejam datadas as observações, especificando local e hora. Refere ainda que o diário de campo pode ser organizado em três partes: (1) *descrição*; (2) *interpretação do observado, momento no qual é importante explicitar, conceituar, observar e estabelecer relações entre os fatos e as consequências*; (3) registro das conclusões preliminares, das dúvidas, imprevistos, desafios tanto para um profissional específico e/ou para a equipe, quanto para a instituição e os sujeitos envolvidos no processo (LIMA, El al, 2007). **Referência:** LIMA, El at. Revista Texto e Contexto. v. 6 n. 1 p. 93-104. jan./jun. 2007

MODELO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL⁶

1. **Capa** (título do projeto alinhado as atribuições e competências do Serviço Social na política social) / identificação do(a) proponente e localização (Ex: cidade e ano).
2. **Apresentação** (Apresentação da Entidade Nome/Endereço/ Breve histórico – quando foi criada, diretrizes básicas).
3. **Justificativa** (Levantamento de dados/Diagnóstico - (conhecer a realidade do campo através de dados de prontuários, pesquisa com usuários, banco de dados entre outros), apresentar as razões, motivos e importância do projeto)
4. **Objetivos** (Devem ser claros, realistas e mensuráveis/ definidos a partir das competências e atribuições do Serviço Social estabelecidos na Lei de Regulamentação da Profissão)
 - 4.1 Geral
 - 4.2 Específicos
5. **Público- Alvo**
6. **Metodologia** (Como vai fazer para atingir os objetivos? Deve-se detalhar as ações em etapas)
7. **Metas** (objetivos quantificados)
8. **Recursos** (Humanos e Materiais)
9. **Cronograma** (Prazo, tempo e organização das tarefas)
10. **Resultados Esperados**

MOSTRA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL ORIENTAÇÕES

OBJETIVO	Divulgar os campos de estágio em Serviço Social de Paranavaí e região para os(as) estudantes do 1º e 2º ano do curso a fim de facilitar a identificação e a escolha do campo de estágio para o ano
-----------------	--

6

A elaboração do projeto de intervenção é realizada ao longo do terceiro ano em conjunto com a disciplina de Planejamento Social. A execução do projeto de intervenção deve ocorrer ao longo do desenvolvimento do Estágio Supervisionado II. Contudo, para 2022, haverá a particularidade do 4º ano do curso que elaborará e desenvolverá o projeto no mesmo ano.

Para elaboração do Projeto em Serviço Social, orienta-se que, o objetivo proposto seja elaborado a partir de uma atribuição ou competência do Serviço Social nos campos de Estágio (Retomar Lei de Regulamentação da Profissão).

	de 2023.
PÚBLICO ALVO	Estudantes do 1º e 2º ano de Serviço Social e convidados(as).
HORÁRIO	Entre 07:30 até às 11h:00
AVALIAÇÃO	Cada professor(a) ficará responsável pela avaliação dos seus alunos de acordo com a área supervisionada
CONTEÚDO	
3º ano e 4º ano	<p>Apresentação do diagnóstico e proposta do projeto de intervenção</p> <p>Apresentação dos campos de estágio por meio de painéis ou comunicação oral contendo informações relevantes sobre a instituição, tais como:</p> <p>Marco legal;</p> <p>Nome da instituição;</p> <p>Projetos Desenvolvidos;</p> <p>Atuação do Serviço Social: (projetos desenvolvidos, demanda atendida, público alvo);</p> <p>Rede de atendimento</p>
ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	Representação material do território de abrangência do campo de estágio (apresentação do campo de estágio por meio de maquete ou mapa).

**Instrumental para avaliação elaborado para fins da Mostra de Estágio
Supervisionado em Serviço Social**

Nome do (a) estudante:

Professor(a) Responsável:

Área de Supervisão:

Apresentação		Nota atribuída
Sequência lógica dos itens a serem abordados	1,0	
Consistência e Clareza dos itens abordados	1,0	
Envolvimento dos membros do grupo	1,0	
Pontualidade	1,0	
Nota Final	0.0 a 10.0	

Assinatura do(a) professor(a) responsável

ANEXO III

ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL

PLANO DE ESTÁGIO

() OBRIGATÓRIO

() NÃO-OBRIGATÓRIO

NOME:			Fone:
Curso:	Série:	Turno:	
Unidade Concedente:			
PERÍODO DO ESTÁGIO: Início:		PERÍODO DO ESTÁGIO: Término:	

2. HORÁRIO DO ESTÁGIO

DIAS DA SEMANA	MANHÃ		TARDE		NOITE		CARGA HORÁRIA DIÁRIA
	ENTRAD A	SAÍDA	ENTRAD A	SAÍDA	ENTRAD A	SAÍDA	
Segunda-feira							
Terça-feira							
Quarta-feira							
Quinta-feira							
Sexta-feira							
Sábado							
Domingo							
TOTAL DA CARGA HORÁRIA SEMANAL:							

3. SUPERVISOR DO CAMPO DE ESTÁGIO

Nome do Supervisor(a):	R.G. ou CPF:
Número do CRESS	

4. SUPERVISOR(a) CADÊMICO(a)

Nome do Orientador:	R.G:
Colegiado:	Número do CRESS:

POLÍTICA SOCIAL EM QUE ATUA A INSTITUIÇÃO CAMPO DE ESTÁGIO

2. ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELO SERVIÇO SOCIAL

3. ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELO ESTAGIÁRIO

4. RELAÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESTÁGIO COM O PROCESSO FORMATIVO EM SERVIÇO SOCIAL

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS (condições positivas e negativas para a realização do estágio)

Supervisor(a) de campo

Supervisor(a) acadêmico(a)

Paranavaí, _____, _____ de 20__

ROTEIRO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome do(a) estudante:

1.2 Turma e turno:

1.3 Número de matrícula:

1.4 Período/ano de estágio:

1.5 Campo de estágio:

1.6 Endereço do campo de estágio (setor ou unidade operacional onde o estágio foi realizado):

1.7 Nome da/o professor/a supervisor/a ou orientador/a de estágio da IES:

1.8 Nome do/a orientador/a do campo de estágio:

1.9 Carga Horária do Estágio:

1.10 Relatório Parcial () Relatório Final ()

2. ATIVIDADES PREVISTAS

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

4. CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

5. REFLEXÕES E SUGESTÕES

6. CONCLUSÃO

7. ASSINATURAS DO ESTUDANTE, PROFESSOR ORIENTADOR DA IES E ORIENTADOR DO CAMPO DE ESTÁGIO

RELATORIO DE INSTRUMENTAIS

1º Entrevista – Serviço Social

Data: _____

Nome (iniciais) _____

Data de nascimento: _____

Escolaridade: _____

Contato: (endereço/telefone) _____

Órgão encaminhador: _____

Demanda:

1-Composição Familiar

Nome (iniciais)	Sexo	Data de Nasc.	Escolaridade	Parentesco	Renda

2- Questões apresentadas:

4- Encaminhamentos:

5-Parecer:

Estagiário(a)

Supervisor(a) de campo

Relatório de Acompanhamento

Nome (iniciais)

[illegible]

Estagiário(a)

Supervisor(a) de ca

Relatório de Reunião

Tema: _____

Local: _____

Data: _____

Início: _____ término: _____

Participantes:

Pauta:

Assuntos discutidos:

Encaminhamentos:

Estagiário/a

Supervisor de campo

Relatório de Visita Domiciliar:

1- Identificação:

Nome: _____

ANEXO II - REGULAMENTO DE TCC

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

REGULAMENTO PARA ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TÍTULO I

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I

A Obrigatoriedade e o Entendimento

Art.1º De acordo com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social o “O Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência curricular para a obtenção do diploma de bacharel em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de indagações preferencialmente geradas a partir da experiência de estágio. Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. É elaborado sob a orientação de um professor e avaliado por banca examinadora (ABEPSS,1999).

Art. 2º Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social em território nacional, assegura que “O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos durante o processo de formação a partir do desdobramento dos componentes curriculares, concomitante ao período letivo escolar” (BRASIL, 2002).

CAPÍTULO II

Natureza e Objetivos

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso, será mencionado neste documento por sua abreviatura TCC. Trata-se de um exercício acadêmico de natureza intelectual, que exige a observância de um conjunto de procedimentos, técnicas, atividades e requisitos

diretamente associados à atividade científica. Quanto aos objetivos, espera-se possibilitar ao/a estudante formando/a de Serviço Social:

- a) a construção de um trabalho de cunho científico de modo que essa experiência seja entendida e vivenciada como uma dimensão constitutiva e incontornável do exercício profissional do/a assistente social;
- b) o aprimoramento da capacidade crítico-analítica acerca de processos, fenômenos, expressões e demandas sociais que perpassam o cotidiano profissional do/a assistente social; e
- c) a potencialização de habilidade para tratar com rigor científico a sistematização e a articulação entre teoria e prática.

CAPÍTULO III

Modalidade do TCC

Art. 4º A modalidade de TCC exigida para os/as graduandos/as do curso de Serviço Social da UNESPAR, campus Paranavaí, se constitui na realização de uma pesquisa científica. Como tal deverá expressar o domínio de um conjunto de atividades orientadas para a busca e a construção de um conhecimento acerca de temas-problemas relacionados à realidade empírica em que se realiza o exercício profissional do/a assistente social. Para merecer o qualificativo de científica, a pesquisa deverá ser feita de modo sistematizado, com emprego de método, metodologias e técnicas específicas e com a apresentação dos resultados obtidos, de forma peculiar.

CAPÍTULO IV

Normatizações Pedagógicas

Art. 5º A orientação do TCC, entendida como um processo didático-pedagógico, deverá ser realizada exclusivamente por docentes, assistentes sociais do Curso de Serviço Social da UNESPAR, campus Paranavaí, indicados/as, a partir da observância dos critérios regimentais pela Coordenação de TCC e aprovados/as em plenária colegiada do Curso.

Parágrafo único. Durante o processo de elaboração do TCC, é permitido a indicação de coorientador/a - docente da área ou afins ao Serviço Social, com domínio teórico e/ou experiência profissional na área da temática de estudo - desde que formalmente solicitada e protocolada através do Sistema de Gestão do Ensino Superior (SIGES) pelo/a docente orientador/a a Coordenação de TCC. A Coordenação de TCC deverá encaminhar a solicitação a plenária colegiada do curso de Serviço Social para apreciação e deliberação.

Art. 6º Os temas dos TCC's serão escolhidos pelos/as estudantes e transformados em projeto de pesquisa, sob orientação do/a docente da disciplina de Pesquisa em Serviço Social, ministrada no 3º ano do Curso de Serviço Social. O Projeto de Pesquisa que dará origem ao TCC, após correções solicitadas pelo/a docente da disciplina de Pesquisa em Serviço Social, deverá ser entregue pelo/a estudante ao/a docente designado/a para a orientação, no primeiro encontro agendado para início das orientações.

Parágrafo único. O modelo de projeto de TCC convencionado pelo curso de Serviço Social da UNESPAR, campus Paranavaí, segue o modelo do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) UNESPAR, mesmo para aqueles trabalhos que não necessitam de aprovação do CEP. Para esses últimos, há exclusão de alguns itens, a serem orientados pelo/a docente da disciplina de Pesquisa em Serviço Social.

Art. 7º A autoria do TCC deverá ser individual.

Parágrafo único. Somente em casos excepcionais de quantitativo insuficiente de docentes orientadores/as que atendam às exigências regulamentares admite-se a autoria em dupla.

Art. 8º Para a distribuição dos TCC's entre os/as docentes orientadores/as, a Coordenação de TCC deverá observar os seguintes critérios:

- a) distribuir os TCC's de modo equitativo, considerando a carga horária de trabalho dos/as docentes orientadores/as;
- b) considerar o interesse do/a docente pelo tema/problema da pesquisa;
- c) considerar a indicação do/a estudante de possíveis docentes orientadores/as; e
- d) apresentar proposta da distribuição dos TCC's em reunião do colegiado do curso de Serviço Social para apreciação e deliberação.

Art. 9º Para cada TCC o/a docente orientador/a deverá destinar 1 (uma) hora semanal a essa atividade de acordo com a Resolução N° 007/2019 - COU/UNESPAR, sendo que, a carga horária total obrigatória para orientação de cada trabalho é de, no mínimo, quinze (15) horas no decorrer do ano letivo.

§ 1º Reposições e/ou orientações extra obrigatórias ficarão a critério do/a docente orientador/a.

§ 2º Todas as orientações deverão, obrigatoriamente, ocorrer de modo planejado (dia, hora, local) elaborado em conjunto por docente e estudante.

§ 3º O uso do horário de aula regular para orientação do TCC não é permitido, caso isto ocorra será de responsabilidade do/a estudante as implicações advindas dessa medida.

Art. 10. Tal como estabelecido para todas as demais disciplinas do curso, a frequência exigida para as orientações é a de 75% (setenta e cinco por cento) para cada estudante orientando/a.

Parágrafo único. Em ocasiões que o/a estudante orientando/a não conseguir comparecer às orientações previamente agendadas, deverá comunicar ao/a orientador/a com antecedência mínima de 24 horas. O não cumprimento acarretará reprovação.

Art.11. Todos os encontros entre docentes orientadores/as e orientandos/as deverão ser registrados em formulário próprio denominado "Registro de Orientações" (APÊNDICE 1), sendo este de responsabilidade dos/as orientandos/as. Cabe ao docente orientador/a assinar e acompanhar o registro das orientações no formulário. O material servirá de subsídio para as avaliações bimestrais.

Art. 12. As avaliações bimestrais são de competência do/a docente orientador/a, que terá como referência o Registro de Orientações e itens contidos no formulário de “Avaliação Bimestral de Desempenho do Estudante” (APÊNDICE 2). A média anual das avaliações bimestrais será integrante da nota da avaliação final do TCC.

Art.13. Toda e qualquer alteração, passível de ocorrer no processo de orientação, deverá ser comunicada e protocolada à Coordenação do TCC, através de formulário próprio, denominado “Comunicado de Alterações no Processo de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso” (APÊNDICE 3), que deve expor de modo claro e objetivo a situação originária, bem como a justificativa para a alteração pretendida. Tal formulário deverá ser anexado à solicitação realizada através do SIGES pelo/a docente orientador/a. A partir do recebimento do protocolo, a Coordenação do TCC deverá adotar procedimentos formais para os devidos encaminhamentos.

Art.14. É facultado ao/a orientando/a ou docente orientador/a realizar solicitação de mudança de orientador/a diante de eventuais dificuldades não solucionadas no âmbito da orientação. A solicitação deverá ser realizada e protocolada à Coordenação do TCC, via SIGES, anexando ao pedido o formulário de “Comunicado de Alterações no Processo de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso” (APÊNDICE 3). Para solicitação, deve ter sido realizado, no mínimo, 3 (três) encontros de orientações entre docente e orientando/a. A partir do recebimento do protocolo, a Coordenação do TCC deverá adotar procedimentos formais para os devidos encaminhamentos.

Parágrafo Único. A substituição do/a orientador/a somente será realizada com base na disponibilidade de docentes do curso, no interesse e aceitação do/a substituto/a.

Art. 15. Se identificado pelo docente orientador/a desempenho insatisfatório do/a orientando/a, é facultado a ele/a solicitar interrupção do processo, com base nas avaliações bimestrais. A solicitação deverá ser protocolada via SIGES e a partir do recebimento do protocolo, a Coordenação do TCC deverá adotar procedimentos formais para devidos encaminhamentos.

CAPÍTULO V

Organização e Competências

Art. 16. O processo de elaboração de TCC do Curso de Serviço Social, envolve diferentes instâncias da UNESPAR, campus Paranavaí: a) Setor administrativo, através da Secretaria Acadêmica e b) Setor pedagógico, por meio da Coordenação de Ensino, Coordenação do Curso de Serviço Social, Coordenação de Trabalhos de Conclusão de Curso, docentes orientadores/as e co-orientadores/as do TCC. Estas instâncias terão competências específicas.

Art.17. À Secretaria Acadêmica, compete executar serviços relacionados à:

- a) registro e publicação dos resultados das avaliações finais dos TCC's.

Art.18. À Coordenação de Ensino, compete:

- a) fornece apoio logístico para a concretização do processo de elaboração e apresentação do TCC.

Art.19. À Coordenação do Curso de Serviço Social, compete:

- a) convocar Reunião Ordinária, entre docentes do Curso de Serviço Social elegíveis como orientadores/as de TCC, para eleição do/a Coordenador/a de TCC;
- b) participar de reuniões convocadas pelo/a Coordenador/a de TCC;
- c) assinar em conjunto com o/a Coordenador/a de TCC: editais, comunicados e informativos que tenham o objetivo de divulgar assuntos referentes ao processo do TCC;
- d) acompanhar e tomar ciência de todas as atividades relativas ao TCC; e
- e) intervir em assuntos relacionados ao TCC, bem como relativos ao cumprimento deste regulamento, sempre que houver solicitação formal da Coordenação do TCC.

Art. 20. A escolha do/a Coordenador/a de TCC será realizada através de eleição direta, que se dará em Reunião Ordinária, convocada pela Coordenação do Curso de Serviço Social. O/a Coordenador/a eleito/a será nomeado/a por portaria expedida pelo Diretor do campus de Paranavaí - UNESPAR. Seu mandato terá a duração de 2 (dois) anos, podendo ser mais de uma vez consecutiva.

Parágrafo único. A carga horária de trabalho do/a Coordenador/a de Trabalho de TCC, de acordo com a Resolução Nº 007/2019 - COU/UNESPAR será de 2 (duas) horas semanais para turmas com até quarenta estudantes matriculados, com acréscimo de 1 (uma) hora semanal para cada grupo de 20 (vinte) estudantes adicionais matriculados.

Art. 21. À Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso, compete:

- a) zelar e fazer cumprir o presente Regulamento;
- b) providenciar elaboração e/ou reformulação, se necessário, do Regulamento de TCC do Curso de Serviço Social da UNESPAR, campus Paranavaí e submete-lo à apreciação e deliberação do colegiado de Curso;
- c) desenvolver as atividades do TCC em consonância com a Coordenação do Curso de Serviço Social;
- d) participar das reuniões promovidas pelo Curso de Serviço Social;
- e) coordenar reuniões de TCC entre docentes orientadores/as e estudantes;
- f) elaborar programações e calendários de atividades relativas ao TCC e divulgá-los após aprovação dos/as docentes orientadores/as. Entre outros, destaca-se: calendário de início das orientações e da entrega do Projeto da Pesquisa ao docente orientador/a;

calendário do Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso; calendário da entrega do TCC escrito para Avaliação Final e apresentação Oral;

- g) distribuir os TCC's entre os docentes orientadores/as e encaminhar a eles/as documentação/formulários necessários ao processo de orientação e avaliação bimestral;
- h) organizar e divulgar junto aos/as estudantes orientados/as, no início do ano letivo, a lista de indicações de docentes orientadores/as dos TCC;
- i) possibilitar que o início das orientações do TCC ocorra no máximo até 40 (quarenta) dias úteis após o início do ano letivo;
- j) reunir-se com as partes envolvidas nos TCC's, em todas as situações em que isto se fizer necessário;
- k) receber comunicados e/ou solicitações de providências, encaminhados formalmente, via protocolo SIGES, pelos docentes orientadores/as e estudantes. Após analisar, emitir respostas e providências cabíveis. Na impossibilidade de solucionar eventuais situações, solicitar apoio à Coordenação do Curso;
- l) coordenar e efetivar o processo de substituição de docentes orientadores/as, conforme normatização regimental;
- m) tomar providências para organização do Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso;
- n) distribuir os TCC's, em sua versão definitiva para os docentes que comporão a banca de avaliação final. Essa distribuição deverá ser equitativa entre os docentes.
- o) providenciar, organizar e coordenar, o processo de Avaliação Final dos TCC's: composição de Bancas Examinadoras, elaboração e divulgação de cronogramas para entrega do trabalho escrito e para a apresentação oral; organização do recebimento dos TCC's junto a secretaria acadêmica da UNESPAR, campus Paranavaí; distribuição aos membros das bancas examinadoras dos TCC's e documentação e formulário contendo critérios e parâmetros convencionados pelo curso para avaliação (escrita e oral) dos trabalhos;
- p) armanear no colegiado do curso de Serviço Social da UNESPAR, campus Paranavaí, um CD de cada TCC contendo o texto no formato PDF daqueles que atingirem média igual ou superior a 9,0 (nove) e da "Autorização para publicação de TCC" assinada pelo/a estudante (APÊNDICE 12).
- q) providenciar a publicação dos TCC'S que atingirem média igual ou superior a 9,0 (nove) na página do curso de Serviço Social da UNESPAR, campus Paranavaí, quando autorizado pelo/a estudante.
- r) emitir e assinar os certificados de participação dos membros das Bancas de Apresentação Oral pública dos TCC's e dos/das presidentes da Banca, seguindo os modelos estabelecidos pelos Apêndices 13 e 14.

Art. 22. Ao docente Orientador/a, compete:

- a) realizar orientação e acompanhamento presencial semanal com duração de 1 (uma) hora ou quinzenal com duração de 2 (duas) horas em todas as etapas do TCC: da revisão do Projeto de Pesquisa à conclusão do Trabalho;
- b) elaborar, junto com o/a estudante Plano e cronograma de atividades a serem desenvolvidos para a elaboração do TCC, incluindo data, horário e local das orientações;
- c) certificar-se da elaboração do TCC. Estar atento ao cumprimento ou não do cronograma, aos conteúdos e tarefas solicitadas, às faltas e atrasos; bem como outras informações que considerem relevantes, exigindo portanto, a cada encontro, o preenchimento do “Registro de Orientações” (APÊNDICE 1);
- d) avaliar bimestralmente o desempenho de cada estudante no processo de elaboração do TCC, tendo como referência os aspectos e as pontuações dispostos no formulário de “Avaliação Bimestral do Desempenho do Estudante” (APÊNDICE 2);
- e) comunicar bimestralmente ao/a orientando/a o seu desempenho e as condições para continuidade do processo de orientação do TCC;
- f) encaminhar bimestralmente à Coordenação do TCC, uma cópia da “Avaliação Bimestral de Desempenho do/a estudante” (APÊNDICE 2) de cada estudante sob sua orientação;
- g) participar das reuniões convocadas pelas coordenações do curso de Serviço Social e do TCC, para tratar de assuntos pertinentes à tarefa em pauta;
- h) encaminhar formalmente à Coordenação do TCC, suas solicitações e ou comunicações referentes à sua tarefa de orientador/a;
- i) presidir a Banca Examinadora na Apresentação Oral do TCC, sob a sua orientação;
- j) participar das bancas examinadoras do Seminário de TCC e da Defesa Pública dos TCC's para as quais foi designado/a;
- k) agir em conformidade com a ética profissional, negando-se a opinar, orientar ou tecer comentários informais sobre trabalhos orientados por outros professores;
- l) conhecer e orientar os/as estudantes sobre as Instruções para Submissão de Protocolos de Pesquisa envolvendo Seres Humanos e da Submissão de Projetos de Pesquisa, observando para tanto Carta Circular nº 110-SEI/2017-CONEP/SECNS/MS que dispõe sobre o preenchimento da Plataforma Brasil em pesquisas com metodologias próprias das áreas de Ciências Humanas e Sociais;
- m) submeter o Projeto de Pesquisa do orientando/a e outras documentações exigidas para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UNESPAR, quando se tratar de pesquisas que envolvem Seres Humanos. Observar calendário de reuniões do CEP UNESPAR para o ano da orientação;
- n) acompanhar a tramitação da documentação ao CEP da UNESPAR e orientar que o os/as estudantes que não iniciem as pesquisas sem a devida autorização do CEP, nos casos em que seja necessário tal autorização.

Art. 23. Ao docente Co-Orientador/a, compete orientar o/a estudante em aspectos teóricos pertinentes à área de sua especialidade, considerando as temáticas sugeridas formalmente pelo orientador/a do TCC.

Art. 24. Além das instâncias, administrativa e pedagógica da UNESPAR, campus Paranavaí, o processo de elaboração e apresentação dos TCC's, envolve especialmente os/as estudante/as matriculados na disciplina de TCC, aos quais compete:

- a) providenciar cópia, tomar conhecimento e cumprir este Regulamento, bem como adotar as instruções normativas adotadas e convencionadas pelo Curso de Serviço Social para apresentação gráfica do TCC;
- b) estar ciente de que será de sua inteira responsabilidade o conhecimento e o cumprimento de prazos relacionados ao TCC, conforme divulgados em editais;
- c) cumprir o cronograma de orientações e tarefas elaborado em conjunto com o/a docente orientador/a, observar tolerância para faltas e/ou atrasos; apresentar tarefas recomendadas pelo orientador; registrar cada encontro utilizando para tal o formulário do Apêndice 1. Todos esses aspectos farão parte das avaliações bimestrais e da avaliação final do TCC;
- d) rubricar a cada encontro com seu orientador/a no registro referente ao encontro;
- e) encaminhar a quem possa interessar via SIGES, todas as suas solicitações e/ou reivindicações;
- f) estar ciente de que não haverá aceitação e/ou avaliação de trabalhos apresentados ao final do ano letivo, sem que tenha ocorrido o sistemático e registrado acompanhamento do/a docente orientador/a, em todas as fases que compõem o TCC;
- g) ser fiel e ético no uso de fontes documentais e teóricas, pois diante da identificação e comprovação de plágio, responderá individualmente e integralmente por esta infração. Constatado a infração haverá a invalidação do trabalho e a reprovação do/a estudante pela Banca Examinadora;
- h) conhecer as Instruções para Submissão de Protocolos de Pesquisa envolvendo Seres Humanos e da Submissão de Projetos de Pesquisa, observando para tanto a Carta Circular nº 110-SEI/2017-CONEP/SECNS/MS que dispõe sobre o preenchimento da Plataforma Brasil em pesquisas com metodologias próprias das áreas de Ciências Humanas e Sociais;
- i) providenciar toda a documentação exigida e a formatação correta do Projeto de Pesquisa a ser submetido pelo/a docente orientador/a ao CEP da UNESPAR, quando se tratar de pesquisas que envolvem Seres Humanos;
- j) não iniciar a coleta de dados da pesquisa, sem a devida autorização do CEP da UNESPAR, nos casos em que a pesquisa necessite dessa aprovação;
- k) estar ciente de que a qualidade da apresentação gráfica, bem como o uso correto das regras ortográficas no TCC é de inteira responsabilidade do/a estudante e fará parte da avaliação final. Para tal, utilizar as instruções normativas adotadas e convencionadas pelo Curso de Serviço Social - Modelo de Apresentação do TCC (APÊNDICE 15);
- l) participar do Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso, atividade obrigatória que integra o processo de construção e avaliação do TCC, obedecendo as disposições contidas no capítulo VI desse Regulamento que dispõe sobre os critérios para participação e apresentação;

- m) encaminhar à Coordenação de TCC, 3 (três) cópias impressas e espiraladas do trabalho escrito a Coordenação do TCC que fará a distribuição dos trabalhos aos/as docentes avaliadores/as, por ocasião da Banca de Avaliação Final. Junto as cópias do TCC entregar assinada a “Declaração de Compromisso Ético” (APÊNDICE 11);
- n) estar ciente de que após a entrega final do trabalho escrito, o trabalho deverá ser apresentado oralmente a uma Banca Examinadora. A utilização de recursos didáticos para tal apresentação não será integrante dos critérios da avaliação final do TCC;
- o) comparecer em data, horário e local definidos pelo edital da Coordenação de TCC para apresentação oral do trabalho. O não comparecimento, sem justificativa implica em reprovação
- p) ter ciência que sua aprovação no Curso de Serviço Social está diretamente vinculada ao cumprimento de todas as etapas de elaboração do TCC;
- q) assinar e incluir nos anexos do TCC, cópia do Termo de ciência do responsável pelo campo de estudo, do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) e do Parecer consubstanciado do CEP da UNESPAR de autorização da pesquisa, nos casos em que se fizer necessário a tramitação da Pesquisa pelo CEP. O modelo do Termo de ciência do responsável pelo campo de estudo e do TCLE convencionado pelo curso de Serviço Social da UNESPAR, campus Paranavaí, segue os modelos adotados pelo CEP da UNESPAR, disponíveis em: <http://prppg.unespar.edu.br/cep>.

CAPÍTULO VI

Do Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 25. O Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade obrigatória e integra o processo de construção e avaliação do TCC. A participação não soma nota ao processo, mas a não participação impede o/a estudante da entregar do trabalho final e obter a aprovação no TCC.

Art. 26. Esta atividade tem por objetivo garantir a qualidade no processo de construção do TCC e propiciar enriquecimento e qualificação, no que se refere às sugestões a serem dadas pelos/as docentes avaliadores/as.

Art. 27. O Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso consistirá em uma apresentação oral, a partir de material construído pelo estudante baseado no modelo de “Roteiro para preparação do material do Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso” (APÊNDICE 5). Os/as estudante terão 10 (dez) minutos para expor seu trabalho e posteriormente 2 (dois) docentes avaliadores/as farão suas considerações.

Art. 28. Para homologação da participação do/a estudante no Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso, deve ser entregue a Coordenação do Curso, 20 (vinte) dias antes da data da realização do Seminário, 2 (duas) cópias do primeiro capítulo do TCC e requerimento de “Autorização do orientador/a para participação do/a estudante no Seminário de TCC” (APÊNDICE 4).

Art. 29. Os/as docentes que comporão a banca do Seminário de TCC, devem ser sorteados/as dentre todos/as docentes, assistentes sociais do curso de Serviço Social em até 05 (cinco) dias posteriores a data limite de entrega das cópias do primeiro capítulo. O sorteio será público e realizado preferencialmente, na sala de aula do 4º ano do Curso. Como critério para o sorteio dos TCC's entre os/as docentes examinadores/as, será observada a divisão proporcional entre número de docentes e o número de TCC's.

§ 1º Os membros sorteados, se possível, deverão compor a Banca de Avaliação Final do TCC do/a respectivo/a estudante;

§ 2º As contribuições aos trabalhos apresentados no Seminário do TCC serão realizadas pelos/as docentes com base nos itens do "Roteiro para avaliação do seminário de trabalho de conclusão de curso" (APÊNDICE 6).

Art. 30. O edital referente ao horário e data realização do Seminário, bem como, da data limite para entrega do trabalho escrito (capítulo 1º); homologação e composição das Bancas do Seminário de TCC e horários das apresentações individuais serão divulgados em edital, pela Coordenação do TCC.

CAPÍTULO VII

Avaliação do TCC

Art. 31. A Avaliação do TCC compreende 3 (três) grupos de avaliações:

- a) avaliação de desempenho do/a estudante no processo de construção. Este representa a média das avaliações bimestrais atribuídas ao/a estudante pelo orientador/a.
- b) avaliação da apresentação escrita do trabalho final da pesquisa; e
- c) avaliação da apresentação oral da pesquisa realizada.

Art. 32. A avaliação do TCC, acerca dos itens "b" e "c" do artigo 31, se dará a partir da constituição de uma Banca Examinadora composta pelo/a docente orientador/a, o qual presidirá a banca e por outros 2 (dois) docentes, assistentes sociais do Curso de Serviço Social.

Parágrafo único. Preferencialmente, a composição da banca será a mesma do Seminário de TCC, em caso de impossibilidade de participação de um dos/as 2 (dois) docentes deverá ser realizado novo sorteio, promovido pela Coordenação do TCC na sala de aula do 4º ano, até 5 (cinco) dias letivos que antecedam à data estabelecida para a entrega dos trabalhos, seguindo o critério da proporcionalidade entre número de docentes e o número de TCC's.

Art. 33. O edital referente à data limite para entrega dos trabalhos escritos; da composição e horário de realização das Bancas de Defesa Pública dos TCC's, serão divulgados em edital, pela Coordenação do TCC.

CAPÍTULO VIII

Apresentação e Avaliação Escrita e Oral do TCC

Art. 34. A Apresentação Escrita do TCC consiste na entrega oficial do TCC escrito para avaliação, o que ocorrerá preferencialmente no 5º dia útil da primeira quinzena do mês de novembro. O/a estudante deverá encaminhar 3 (três) cópias impressas e espiraladas à Coordenação de TCC, juntamente com a declaração de Compromisso Ético (APÊNDICE 11). Nesta etapa, o TCC será avaliado, em seu conteúdo escrito e aspectos gráficos.

Art. 35. Quanto à estrutura e ao conteúdo a ser entregue, obrigatoriamente o Trabalho Final do TCC deverá conter no mínimo 30 (trinta) páginas de texto (introdução, desenvolvimento, considerações finais) e respeitar rigorosamente as exigências da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Deverá seguir o “Modelo de apresentação do TCC” convencionado pelo Curso de Serviço Social (APÊNDICE 15), que resumidamente se expressa por:

I. Elementos Pré-Textuais: Capa, Folha de Rosto, Resumo e Sumário.

II. Texto com: a. Introdução. Descrição do tema abordado no trabalho, o problema de pesquisa que pretendeu responder/discutir; as justificativas, (as motivações para a escolha do tema e do problema); os objetivos visados (o que pretendeu alcançar ao realizar a pesquisa); conteúdo correspondente aos procedimentos metodológicos utilizados para a coleta, análise e interpretação dos dados e uma breve explicitação do conteúdo de cada capítulo; b. Desenvolvimento. Apresentação do conteúdo referente ao referencial teórico, construído para fundamentar a pesquisa; c. Considerações Finais. Retomada dos pontos mais significativos do processo da pesquisa; alusão ao alcance parcial ou total dos objetivos propostos; explicitação da internalização do estudo realizado e de sugestões passíveis de serem realizadas visando melhorias/aprimoramentos, relativos ao problema que originou a pesquisa.

III. Elementos Pós-Textuais: Referências, Anexos e Apêndices (se houver) .

Parágrafo único. Inserir no final de cada uma das 3 (três) cópias do trabalho a ser encaminhado para avaliação da Banca Examinadora o documento: “Roteiro e critérios para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, sob as formas escrita e oral” (APÊNDICE 7). Esse documento não deve constar no trabalho, em sua versão PDF, pois serve apenas para anotações e registro dos membros da Banca no momento da avaliação.

Art. 36. Quanto aos aspectos gráficos do trabalho, serão considerados a observância em relação a regras ortográficas e gramaticais, linguagem e aplicação de normas da ABNT, conforme normativas referenciadas pelo Curso de Serviço Social. Para a análise e avaliação do trabalho escrito os/as docentes utilizarão o roteiro e os critérios definidos no formulário “Roteiro e critérios para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, sob as formas escrita e oral” (APÊNDICE 7), item I “Avaliação do Trabalho Escrito”.

Parágrafo único. A partir da data de entrega do TCC escrito, o/a estudante deverá ficar atento à divulgação do calendário para a apresentação oral do TCC. Deve preparar-se para a exposição, arguição e avaliação final do seu trabalho.

Art. 37. A Apresentação Oral do TCC, trata-se da apresentação do TCC a ser realizada diante da mesma banca responsável pela avaliação do TCC escrito e consiste em uma

Banca de Defesa Pública, sendo vedada aos/as estudantes a proibição da entrada do público interessado em assistir a defesa. A Apresentação Oral do TCC deve:

- a) obedecer a um calendário que será definido após a entrega do TCC pela Coordenação do TCC;
- b) ter duração prevista total é de 60 (sessenta) minutos, sendo: 20 (vinte) minutos para exposição oral do/a estudante, 30 (trinta) minutos para arguição dos docentes avaliadores/as e 10 (dez) minutos para as conclusões da banca;
- c) ser avaliada pelos/as docentes avaliadores/as a partir do formulário denominado “Roteiro e critérios para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, sob as formas escrita e oral” (APÊNDICE 7), “item II Avaliação da Apresentação Oral”.

Parágrafo único. A forma de apresentação oral, bem como a utilização de recursos audiovisuais ficará a critério do/a estudante e do/a docente orientador/a, lembrando que o uso de tais recursos não implica em acréscimo ou decréscimo de nota;

CAPÍTULO IX

Avaliação Final do TCC

Art. 38. Para a avaliação final do TCC apresentado nas formas escrita e oral, os membros das bancas examinadoras terão como referência os valores atribuídos individualmente no formulário denominado “Roteiro e critérios para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, sob as formas escrita e oral” (APÊNDICE 7), o qual se encontra constituído pelos 3 (três) grandes grupos de avaliação. A síntese da nota da avaliação final, do conjunto de avaliadores expressa-se por meio do preenchimento pelo formulário “Registro de avaliação final do TCC” (APÊNDICE 8), tendo por referência:

- a) avaliação do Trabalho Escrito: com peso 4 (quatro), distribuídos entre os seguintes itens: Introdução, Desenvolvimento, Considerações Finais e Estrutura Gráfica do Trabalho. O formulário para avaliação do trabalho escrito deverá ser inserido ao TCC após a Folha de Rosto, sendo de responsabilidade do/a estudante essa inserção;
- b) avaliação da Avaliação Oral e Arguição: Terá peso 2 (dois) distribuídos entre: coerência com o trabalho escrito; domínio, fluência e clareza do conteúdo; linguagem clara e objetiva e coerência para as arguições. A pontuação será individualizada, nos casos regimentais que se permite trabalho em dupla, de acordo com o desempenho de cada estudante, durante a apresentação; e
- c) Avaliação Anual do Desempenho do/a Estudante no Processo: Para esta pontuação a Banca terá como parâmetro a média da avaliação individual de cada estudante realizada bimestralmente pelo/a orientador/a do TCC, com peso 4 (quatro).

Art. 39. A nota relativa à média final, será resultante da soma aritmética de todos os itens que compõe os 3 (três) grandes grupos de avaliação.

Art. 40. Será considerado aprovado o/a estudante que obtiver a média igual ou superior a 7,0 (sete), com frequência mínima de 75% nas orientações.

Art. 41. Sendo o TCC considerado uma das disciplinas regulares do Curso de Serviço Social:

- a) o/a estudante que não atingir a média mínima prevista e possuir média igual ou superior a 4,0 (quatro) pode realizar Exame Final. O Exame Final do TCC consiste na reapresentação do TCC com as correções recomendadas pela Banca Examinadora no prazo de 15 (quinze) dias a contar a partir da realização da Apresentação Oral do TCC;
- b) na ocasião do Exame Final o/a estudante deverá entregar a Coordenação de TCC 3 (três) cópias impressas do TCC corrigido para a avaliação da Banca Examinadora, sendo dispensada uma nova Apresentação Oral;
- c) a Banca Examinadora procederá a correção do trabalho e os membros que a compõem serão os mesmos que avaliaram o trabalho no primeiro momento;
- d) ocorrendo a reprovação no Exame Final do TCC, o/a estudante deverá se rematricular na disciplina de TCC e reiniciar o processo.

Art. 42. Após concluir o processo de avaliação, a Banca Examinadora se reunirá, para formalizar as avaliações através do preenchimento e assinatura dos documentos denominados: “Ata de Apresentação Oral do Trabalho de Conclusão de Curso” (APÊNDICE 09) e “Parecer Final da Banca Sobre o Trabalho de Conclusão de Curso” (APÊNDICE 10). Esses documentos, junto com o “Registro de avaliação final do TCC” (APÊNDICE 7) deverão ser encaminhados à Coordenação do TCC pelo/a presidente da Banca Examinadora.

Art. 43. Os/as estudantes que atingirem média final igual ou superior a 9,0 (nove) deverão ainda providenciar as devidas correções sugeridas pela Banca Examinadora e entregar no prazo de 15 (quinze) dias, 01 (um) CD com a cópia do trabalho em formato PDF e declaração assinada de “Autorização para publicação de TCC” (APÊNDICE 12), os quais devem ficar sob responsabilidade da Coordenação de TCC seu armazenamento.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44. O/a estudante que quiser elaborar um artigo científico com base no estudo realizado, mesmo posteriormente a avaliação final do TCC deverá procurar o seu docente orientador/a para tal.

Art. 45. As situações omissas neste Regulamento deverão ser solucionadas pela Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão junto com a Coordenação do Curso de Serviço Social e Coordenação do TCC do Serviço Social, tendo como referência o Regimento Interno da UNESPAR.

Art. 46. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 31 de março de 2020.

Profa. Dra. Thaís Gaspar Mendes da Silva
Serviço Social - UNESPAR, campus Paranavaí
Coordenadora do TCC

Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela
Serviço Social - UNESPAR, campus Paranavaí
Coordenadora do Curso de Serviço Social

Aprovado em Plenária colegiada do curso de Serviço Social em: 31/03/2020
Ata n. 06/2020.

APÊNDICE 2: AVALIAÇÃO BIMESTRAL DE DESEMPENHO DO/A ESTUDANTE

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

AVALIAÇÃO BIMESTRAL DE DESEMPENHO DO/A ESTUDANTE

(uso exclusivo do orientador/a – a partir desse instrumental, elaborado bimestralmente, tem-se a média anual de desempenho do/a estudante)

Aluno/a: _____

Orientador/a: _____

Bimestre: () 1º Bimestre () 2º Bimestre () 3º Bimestre () 4º Bimestre

CRITÉRIO	VALOR	AVALIAÇÃO
a) Assiduidade / pontualidade às orientações do TCC	1,0	
b) Atenção e cumprimento no desenvolvimento das tarefas solicitadas pelo orientador	1,0	
c) Interesse e dedicação demonstrados na elaboração dos trabalhos	1,0	
d) Síntese teórico e prática: capacidade, iniciativa e disposição para reflexões e correlações que promovam a síntese	1,0	
TOTAL	4,0	

Outras considerações sobre o desempenho:

Assinatura Orientador/a: _____

Data: ____/____/____

Assinatura do aluno/a _____

APÊNDICE 3: COMUNICADO DE ALTERAÇÕES NO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
COMUNICADO DE ALTERAÇÕES NO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

De conformidade com o Regulamento para Elaboração, Apresentação e Avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso, venho respeitosamente comunicar a necessidade de alteração no processo de orientação do TCC do/a aluno/a:

_____, Título do trabalho:

em função dos seguintes motivos:

Paranavaí ____ de _____ de _____.

Assinatura do/a docente Orientador/a

Alterações no processo: Entende-se por alterações no processo: modificação de projeto, de tema, de problemas de pesquisa; mudança de orientador e outros motivos.

APÊNDICE 4: AUTORIZAÇÃO DO ORIENTADOR/A PARA PARTICIPAÇÃO DO/A ESTUDANTE NO SEMINÁRIO DE TCC

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

AUTORIZAÇÃO DO ORIENTADOR/A PARA PARTICIPAÇÃO DO/A ESTUDANTE NO SEMINÁRIO DE TCC

(Este formulário deve ser impresso pelo/a estudante, assinado pelo/a orientador/a e entregue à coordenação de TCC junto com as duas cópias do 1º capítulo do TCC).

Em conformidade com o Regulamento para Elaboração, Apresentação e Avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso, venho respeitosamente comunicar a Coordenação do TCC que o/a orientando/a:

_____, Título do trabalho:

atende as exigências regulamentais e está apto/a a participação do Seminário do TCC.

O/a estudante, já possui _____ capítulo/s finalizado/s.

Sem mais,

Paranavaí, _____ de _____ de _____.

Assinatura do/a docente Orientador/a

APÊNDICE 5: ROTEIRO PARA PREPARAÇÃO DO MATERIAL DO SEMINÁRIO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO ROTEIRO PARA PREPARAÇÃO DO MATERIAL DO SEMINÁRIO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Modalidade de Participação do aluno/a: obrigatória.

Orientações: Os/as estudantes deverão preparar material em Power Point contendo os seguintes itens:

1) Título do TCC
2) Objeto de estudo
3) Objetivo Geral
4) Objetivos Específicos
5) Justificativa
6) Principais conteúdos abordados no 1º Capítulo
7) Principais conteúdos abordados no 2º Capítulo
8) Apresentação dos Procedimentos Metodológicos contemplando o instrumento para coleta de dados
9) Principais autores e referências utilizadas

APÊNDICE 6:

ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Itens a serem avaliados:

1) Título do TCC
2) Objeto de estudo
3) Objetivo Geral
4) Objetivos Específicos
5) Justificativa
6) Principais conteúdos abordados no 1º Capítulo
7) Principais conteúdos abordados no 2º Capítulo
8) Apresentação dos Procedimentos Metodológicos contemplando o instrumento para coleta de dados
9) Principais autores e referências utilizadas

APÊNDICE 7:

ROTEIRO E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, SOB AS FORMAS ESCRITA E ORAL

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ROTEIRO E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, SOB AS FORMAS ESCRITA E ORAL

Aluno/a: _____

Título do Trabalho: _____

Docente Avaliador/a: _____

I - AVALIAÇÃO DO TRABALHO ESCRITO (Nota: 0,0 a 4,0)

1. Introdução (Nota: 0,0 a 1,0)

Avaliar a apresentação clara e objetiva dos seguintes elementos:	Valores de referência	Nota atribuída pelo docente avaliador/a
a) Tema e problema/objeto da pesquisa	0,0 a 0,1	
b) Motivação/ relevância para elaborar o estudo	0,0 a 0,1	
c) Objetivos da pesquisa (geral e específico)	0,0 a 0,1	
d) Explicitação detalhada da metodologia e dos procedimentos utilizados para o estudo	0,0 a 0,5	
e) Estrutura do trabalho, com exposição sintética do conteúdo relativo a cada Capítulo	0,0 a 0,2	
SUB TOTAL	0,0 a 1,0	

2. Desenvolvimento (Nota: 0,0 a 1,5)

Avaliar os seguintes aspectos:	Valores de referência	Nota atribuída pelo docente avaliador/a
a) Coerência entre o referencial teórico elaborado e o objeto/problema de pesquisa	0,0 a 0,5	
b) Clareza e profundidade na apresentação dos dados coletados e resultados da pesquisa	0,0 a 0,5	
c) Análise e Interpretação crítica dos dados (articulação	0,0 a 0,5	

com o referencial teórico)		
SUB TOTAL	0,0 a 1,5	

3. Considerações Finais (Nota: 0,0 a 0,5)

Avaliar:	Valores de referência	Nota atribuída pelo docente avaliador/a
a) Explicitação do alcance dos objetivos e/ou da(s) resposta (s) para o problema / objeto que norteou a pesquisa	0,0 a 0,25	
b) Demonstração da interiorização do conhecimento construído	0,0 a 0,25	
SUB TOTAL	0,0 a 0,5	

4. Estrutura e Aspectos Gráficos do Trabalho (Nota: 0,0 a 1,0)

Avaliar a observância em relação a:	Valores de referência	Nota atribuída pelo docente avaliador/a
a) Sequência lógica na estruturação	0,0 a 0,25	
b) Regras ortográficas e gramaticais	0,0 a 0,25	
c) Linguagem técnico científica	0,0 a 0,25	
d) Aplicação das normas da ABNT	0,0 a 0,25	
SUB TOTAL	0,0 a 1,0	

TOTAL: Nota Final Atribuída (Soma dos sub totais 1+2+3+4)	
---	--

II - AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL (Nota: 0,0 a 2,0)

Aluno/a: _____

Docente avaliador/a: _____

Nota atribuída: _____

Aspectos a avaliar:	Valores de referência	Nota atribuída pelo docente
---------------------	-----------------------	-----------------------------

		avaliador/a
a) Coerência entre a apresentação oral e o conteúdo do trabalho escrito	0,0 a 1,0	
b) Domínio, fluência, encadeamento e clareza na apresentação do conteúdo	0,0 a 0,25	
c) Utilização clara e objetiva de linguagem e terminologia técnica	0,0 a 0,25	
d) Capacidade e coerência para responder às arguições	0,0 a 0,5	
SUB TOTAL	0,0 a 2,0	

III - AVALIAÇÃO ANUAL DO DESEMPENHO (Nota: 0,0 a 4,0)**MÉDIA ANUAL DA AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO**

(Avaliação a ser preenchida apenas pelo orientador/a do trabalho)

Aluno/a: _____

Orientador/a: _____

	Valores de referência 0,0 a 4,0
a) Assiduidade	
b) Cumprimento das tarefas em tempo hábil e observância às orientações	
c) Criatividade, iniciativa e autonomia para o trabalho	
d) Interesse e compromisso com a qualidade do trabalho	
SUB TOTAL	

MÉDIA ANUAL DO DESEMPENHO: _____**APÊNDICE 8: REGISTRO DE AVALIAÇÃO FINAL DO TCC****CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
REGISTRO DE AVALIAÇÃO FINAL DO TCC****REGISTRO DE AVALIAÇÃO FINAL DO TCC (Nota: 0,0 a 10,0)**

Aluno/a: _____

Título do Trabalho: _____

Na Avaliação considerar:	1º avaliador	2º avaliador	3º avaliador	TOTAL
I. Avaliação do Trabalho Escrito				
II. Avaliação da Apresentação Oral				
III. Avaliação Anual do Desempenho				
TOTAL				

MÉDIA FINAL: _____ (_____)

CONCLUSÃO: () APROVADO () REPROVADO () EXAME FINAL

BANCA EXAMINADORA:

ASSINATURA

Nome do Presidente da Banca e Orientador/a do TCC

Nome do Membro da Banca e Avaliador/a do TCC

Nome do Membro da Banca e Avaliador/a do TCC

Paranavaí, ____ de ____ de ____.

APÊNDICE 9: ATA DE AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL DO TCC

ATA DE APRESENTAÇÃO ORAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos _____ dias, do mês de _____ do ano de _____, no horário de _____ às _____ horas, realizou-se, no campus de Paranavaí da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, a apresentação oral pública do Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em _____ Serviço _____ Social _____ – _____ do/a estudante _____, sob a orientação do/a docente, _____, intitulado _____.

O/a presidente da Banca realizou a abertura dos trabalhos, passando a palavra inicialmente ao/a estudante para sua apresentação oral. Após a exposição oral do/a estudante, passou-se as considerações por parte dos/as membros da Banca de Apresentação Oral Pública que apresentaram suas contribuições. Após discussão das questões apontadas, a Banca Examinadora reunida sigilosamente, considerou o/a estudante: (☐) Aprovado/a (☐) Reprovado/a

Orientador/a _____ Nota: _____ (_____)

Docente avaliador/a _____ Nota: _____ (_____)

Docente avaliador/a _____ Nota: _____ (_____)

Em seguida, eu _____ Presidente da Banca, dei por encerrada a sessão e lavrei a presente Ata, devidamente assinada pelos membros da Banca Examinadora, e pelo/a estudante em avaliação.

Assinaturas: Orientador/a _____

Docente avaliador/a _____

Docente avaliador/a _____

Aluno (a) (s) _____

Paranavaí, ____ de ____ de ____.

APÊNDICE 10: PARECER FINAL DA BANCA SOBRE O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PARECER FINAL DA BANCA SOBRE O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Os membros da Banca Examinadora designados para avaliação do TCC, sob o título

_____ do/a
estudante _____, após haver realizado avaliação e a atribuição de notas ao trabalho apresentado sob a forma escrita e oral, e ainda considerado a média atribuída pelo orientador do TCC referente ao desempenho do aluno no processo de elaboração do referido trabalho, são de parecer favorável à () Aprovação () Reprovação, com a nota final de ____ (_____). Assim, declaram concluído o processo de avaliação e também cumprido todos os requisitos necessários, para avaliar sobre a concessão ou não do título de Assistente Social.

Docente: _____

Presidente da Banca e Orientador/a do TCC

Docente: _____

Membro da Banca e Avaliador/a do TCC

Docente: _____

Membro/a da Banca e Avaliador/a do TCC

Paranavaí, ____ de _____ de ____.

APÊNDICE 11: DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO**

Eu, _____ autor/a do Trabalho de
Conclusão de Curso, intitulado _____

_____,
declaro que o presente trabalho é de minha total autoria. Declaro, ainda, estar ciente de
que, todos os/as autores/as consultados devem estar referenciados em forma de citação
direta e indireta, e que se existir qualquer parte do Trabalho de Conclusão de Curso
(TCC) que possa ser considerada plágio, estou infringindo a Lei nº 9.610/98, do código
penal, sendo assim, a banca examinadora terá total liberdade de considerar o TCC em
questão reprovado, o que significa reprova na disciplina de TCC. Declaro ainda que a
realização de todas as etapas desse trabalho estão em conformidade com os princípios
éticos que norteiam a profissão de Serviço Social.

Assinatura do/a estudante

Paranavaí, ____ de _____ de ____.

APÊNDICE 12: AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TCC

AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TCC

Na qualidade de titular de direitos de autor/a, autorizo a Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, campus Paranavaí, a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral da obra abaixo citada, em meio eletrônico na Rede Mundial de Computadores no formato: texto (PDF), para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, campus Paranavaí, curso de Serviço Social, a partir desta data.

1) IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

TCC do Curso de Graduação em _____

2) IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO/AUTOR

Autor: _____

RG: _____ CPF: _____

E-mail: _____

Orientador/a: _____

Co-orientador/a (se houver): _____

Título do TCC: _____

Número de páginas: _____

Paranavaí, _____ de _____ de _____.

Assinatura do autor/a: _____

APÊNDICE 13: CERTIFICADO PARTICIPANTE DA BANCA DE APRESENTAÇÃO ORAL PÚBLICA

(para uso exclusivo da Coordenação do TCC)

CERTIFICADO PARTICIPANTE DA BANCA DE APRESENTAÇÃO ORAL PÚBLICA

Certificamos para os fins que se fizerem necessários que
_____ foi leitor/a do Trabalho de
Conclusão de Curso de _____, com o título:

_____ e compôs a Banca de Apresentação Oral Pública do TCC,
orientado/a pelo/a Profa. _____ que
presidiu a banca realizada nesta data, nas dependências da UNESPAR, campus de
Paranavaí.

Paranavaí, ____ de ____ de ____.

Presidente da Banca

Coordenador/a do TCC
Serviço Social – UNESPAR, campus Paranavaí

APÊNDICE 14: CERTIFICADO PRESIDENTE DA BANCA DE APRESENTAÇÃO ORAL PÚBLICA

(para uso exclusivo da Coordenação do TCC)

CERTIFICADO PRESIDENTE DA BANCA DE APRESENTAÇÃO ORAL PÚBLICA

Certificamos para os fins que se fizerem necessários que _____
_____ presidiu a Banca de Apresentação Oral
Pública do Trabalho de Curso do/a estudante

com o título:

realizada nesta data, nas dependências da UNESPAR, campus de Paranavaí.

Paranavaí, ____ de ____ de ____.

Coordenador/a do TCC
Serviço Social – UNESPAR, campus Paranavaí

Coordenador/a do Curso de Serviço Social
Serviço Social – UNESPAR, campus Paranavaí

APÊNDICE 15: MODELO DE APRESENTAÇÃO DO TCC

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - CAMPUS PARANAVAÍ

NOME DO/A AUTOR/A

TÍTULO DO TRABALHO:

subtítulo (se houver)

PARANAVAÍ - PARANÁ

Ano

NOME DO/A AUTOR/A

TÍTULO DO TRABALHO:

subtítulo (se houver)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Colegiado de Serviço Social
da Universidade Estadual do Paraná -
UNESPAR, Campus Paranavaí, como
requisito à obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social

Orientador/a: Prof./a:

Paranavaí - Paraná

Ano

NOME DO/A AUTOR/A

TÍTULO DO TRABALHO:

subtítulo (se houver)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Campus Paranavaí, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Professor/a orientador/a

1º Examinador: _____

Professor/a examinador/a

2º Examinador: _____

Professor/a examinador/a

Paranavaí, ____ de ____ de ____.

Dedico este trabalho a.....

(Dedicatória é opcional)

AGRADECIMENTOS

Item opcional

Exemplo: Agradeço ao meu orientador não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade ...

Ao professor...

Aos colegas que...

Gostaria de agradecer também algumas pessoas que contribuíram para ...

Epígrafe (opcional)

Colocar a epígrafe sem o título epígrafe.
Somente a citação.

SOBRENOME, Nome e prenome do/a autor/a. **Título do trabalho:** subtítulo. Ano de realização. (número de folhas) f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, *campus* Paranavaí, ano defesa.

RESUMO

No máximo 500 palavras em espaço simples e sem parágrafos. Deve apresentar de forma concisa os objetivos, metodologia e os resultados alcançados, utilizar o verbo na voz ativa. Espaçamento simples, sem recuo de parágrafos.

Um espaço entre o resumo e palavras-chave.

Palavras-chave: Palavra 1. Palavra 2. Palavra 3. Palavra 4. Palavra 5.

SOBRENOME, Nome e prenome do/a autor/a. **Título do trabalho na língua estrangeira:** subtítulo na língua estrangeira. Ano de realização. (número de folhas) p. Completion of Course Work (Graduation in Social Service) – State University of Paraná - UNESPAR, Paranavaí, ano defesa.

ABSTRACT

Tradução do resumo e da referência do trabalho para a língua inglesa.

Um espaço entre Abstract e Key words.

Key words: Word 1. Word 2. Word 3. Word 4. Word 5.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES (se houver)

Figura 1 – Título da figura.....00

Figura 2 – Título da figura.....00

Figura 3 – Título da figura.....00

Figura 4 – Título da figura.....00

Figura 5 – Título da figura.....00

LISTA DE TABELAS (se houver)

Tabela 1 – Título da tabela.....00

Tabela 2 – Título da tabela.....00

Tabela 3 – Título da tabela.....00

Tabela 4 – Título da tabela.....00

Tabela 5 – Título da tabela.....00

LISTA DE QUADROS (se houver)

Quadro 1 – Título do quadro.....00

Quadro 2 – Título da quadro.....00

LISTA DE GRÁFICOS (se houver)

Gráfico 1 – Título do gráfico.....	00
Gráfico 2 – Título do gráfico.....	00
Gráfico 3 – Título do gráfico.....	00

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Caixas de Aposentadoria e Pensões
CBAS	Congresso Brasileiro de assistentes sociais
CENSO SUAS	Censo do Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	00
1 NOME DO CAPÍTULO.....	30
1.1 TÍTULO NÍVEL 2 (FONTE EM VERSALETE).....	00
1.1.1 Título Nível 3 (Primeiras Letras em Maiúsculo).....	00
1.1.1.1 Título nível 4 (Somente a 1ª letra da 1ª palavra em maiusculo).....	00
1.1.1.1.1 <i>Título nível 5 (Todo em itálico - somente a 1ª letra da 1ª palavra em maiusculo)</i>	00
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	00
REFERÊNCIAS.....	00
APÊNDICES.....	00
APÊNDICE A – Nome do apêndice.....	00
ANEXOS.....	00
ANEXO A – Nome do anexo.....	00

INTRODUÇÃO

Parte inicial do trabalho, onde deve-se expor a finalidade e os objetivos da pesquisa e outros elementos que situa o leitor no texto. O texto deve ser separado do título que antecede por 1 (um) espaço entrelinhas de 1,5 linhas.

O texto deve ser digitado em fonte Arial ou Times New Roman, tamanho da letra 12, com exceções para notas de rodapé, citações direta e fonte de ilustrações, graficos, tabelas e quadros que devem ter tamanho inferior ao do texto, tamanho 11.

A partir da não disponibilização de normas relacionadas a organização de parágrafos nas orientações proferidas pela ABNT, o Curso de Serviço Social, a partir da concordância do seu corpo docente, elegeu as seguintes orientações, as quais devem ser seguidas para a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso.

1. Na primeira linha do parágrafo, o recuo é de 1,5 cm.
2. Não deve haver espaçamento entre parágrafos. Espaçamento antes e depois: 0 pt. O espaçamento entre linhas deve ser de 1,5 linhas.

Sobre paginação: Considerar a contagem das páginas a partir da folha de rosto, mas numerar somente a partir da introdução.

1. NOME DO CAPÍTULO

Parte principal do trabalho, onde deve-se expor o assunto tratado de forma pormenorizada e ordenada, divide-se em seções e subseções de acordo com o tipo de trabalho. Deve ser separado do título que antecede e precede por 1 (um) espaço de entrelinhas de 1,5 linhas.

2.1 TÍTULO NÍVEL 2 (FONTE EM VERSALETE)

Inserir o texto.....

2.1.1 Título Nível 3 (Primeiras Letras em Maiúsculo)

Inserir o texto.....

2.1.1.1 Título nível 4 (Somente a 1ª letra da 1ª palavra em maiúsculo)

Inserir o texto.....

2.1.1.1.1 Título nível 5 (Todo em itálico - somente a 1ª letra da 1ª palavra em maiúsculo)

Inserir o texto.....

Exemplo do uso de alíneas:

Quando inserir alíneas, observar que as mesmas deve seguir o parágrafo padronizado para o trabalho, neste exemplo 1,5 cm.

E) alínea;.....
.....

F) alínea,.....
.....

Exemplos de como utilizar citações com mais de três linhas - citação direta:

Recuo de 4,0 cm;

Tamanho da letra 11, mesma fonte do restante do texto do trabalho;

Espaçamento entre linhas simples.

[...] apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (BARROCO, 2015, p. 624-625).

Exemplo com uso do *apud*

Uma sociedade onde homens e mulheres forem governados pela crença em uma ordem moral duradoura, por um forte sentido de certo e errado, por convicções pessoais sobre a justiça e a honra, será uma boa sociedade - não importa que mecanismo político se possa usar (KIRK, 1993 *apud* BARROCO, 2015, p. 625).

Toda palavra em língua estrangeira deve ser escrita em *italico*.

Exemplos de como inserir figuras, quadros, tabelas e gráficos.

Figura 1 - Mapa do estado do Paraná, com destaque para a microrregião de Paranavaí



Fonte: Elaborado por Thaís Gaspar Mendes da Silva (2019), baseada em IPARDES (2016).

Quadro 4 - Quadro comparativo das correntes teóricas e ideológicas de proteção social da Matriz Residual

Características	Matriz Residual		
	Funcionalismo	Teoria da convergência	Nova Direita
Importância dada a teoria	Valorização de teoria	Valorização de teoria	Valorização de teoria
Tipo de acordo político	Por meio de consenso	Por meio de consenso	Por meio da cooptação e conflito velado

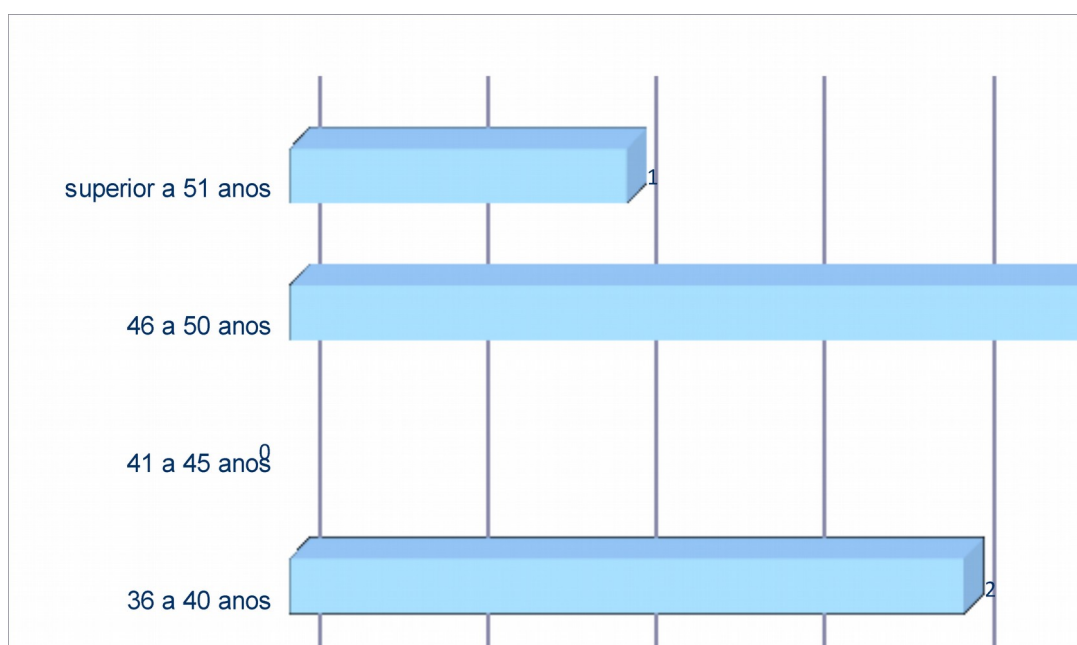
Fonte: Elaborado por Thaís Gaspar Mendes da Silva (2019), baseada em Pereira (2013).

Tabela 4 – Área e produção de maçã em 5 estados brasileiros Brasil em 2018

Unidade da Federação	Área	Produção (tonelada)	Participação (%)
Santa Catarina	17.644	58.205	59,5
Rio Grande do Sul	13.477	533.140	36,03
Paraná	1.694	41.297	4,21
São Paulo	150	1.875	0,19
Minas Gerais	58	686	0,07
TOTAL	32.993	980.203	100,00

Fonte: Elaborada por Gustavo Ribeiro da Cruz (2019), baseada em dados do IBGE (IBGE, 2018).

Gráfico 1 - Perfil etário dos/as assistentes sociais pesquisados/as do município de Presidente Prudente – São Paulo



Fonte: Formulário de Pesquisa. Elaborado por Antônio Anastasia Côrrea (2018).

Orientações para inserção de relatos das entrevistas:

A partir da não disponibilização de normas relacionadas à inserção de relatos das entrevistas nas orientações proferidas pela ABNT, o Curso de Serviço Social, a partir da concordância do seu corpo docente, elegeu as seguintes orientações, as quais devem ser seguidas para a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso.

1. As falas provenientes de entrevistas devem vir com recuo de 4 cm, como citações diretas, mesmo que sejam inferiores a quatro linhas.

2. Essas mesmas falas devem ser digitadas em *itálico* com letra tamanho 11, nas fontes Arial ou Times New Roman e espaçamento entre linhas simples.

Segue abaixo exemplo:

Acompanhar tudo aquilo que é público, e eu acredito que isso vem melhorando e se iniciou mesmo a partir de Constituição de 1988. E com a efetivação de cada lei que vem desde então eu acho que cada vez mais está sendo possível, vamos dizer que acontece mais vezes, várias vezes em menos tempo (ENTREVISTADA A).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte final do artigo, onde deve responder às questões da pesquisa, correspondente aos objetivos e hipóteses, podendo tecer recomendações e sugestões para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

Ex. (Livro no todo)

SOBRENOME, Nome. **Título da obra**. edição. Cidade: Editora, Ano de Publicação.

Ex. (Capítulo de Livro)

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome. **Título do livro**: subtítulo. Edição. Local: editora, ano. p. inicial-final.

Ex. (Artigo de revista)

SOBRENOME, Nome (Autor do artigo). Título do artigo. **Nome da Revista**, local, v. , n. , p. inicial-final, mês ano.

Ex. (Artigo da internet)

SOBRENOME, Nome. **Título da página**. Disponível em: <<http://www.editora.com.br>>. Acesso em: 23 jun. 2001.

Ex. (Evento)

SOBRENOME, Nome. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO, número, ano, Local. **Anais...** Local de publicação: Editora, ano. p. inicial-final.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Nome do Apêndice

ANEXOS

(Sempre o último no trabalho)

ANEXO A

Título do Anexo

ANEXO III

REGULAMENTO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNESPAR CAMPUS PARANAÍ

Art. 1º Regular o aproveitamento e validação das Atividades Acadêmicas Complementares da Matriz Curricular que integra o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNESPAR Campus de Paranaíba.

Art. 2º As Atividades Acadêmicas Complementares têm o objetivo de contribuir para o enriquecimento da formação profissional do/a estudante e para a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, sendo o seu cumprimento indispensável para integralização curricular e colação de grau.

Art. 3º Todo/a estudante deverá cumprir 150 (cento e cinquenta) horas de Atividades Acadêmicas Complementares durante o período em que estiver cursando a graduação em Serviço Social. Sendo que, destas, 100 (cem) horas terão que ser cumpridas nas modalidades de ACEC III, IV e/ou V, o que possibilita a dupla certificação.

Parágrafo Único. Não serão consideradas Atividades Acadêmicas Complementares aquelas realizadas em disciplinas obrigatórias ou optativas da Matriz Curricular do Curso, assim como o Estágio não Obrigatório.

Art. 4º São consideradas Atividades Acadêmicas Complementares todas as atividades previstas no Anexo I.

Parágrafo Único. A carga horária máxima a ser validada em cada uma das atividades de ensino, pesquisa e extensão está indicada no Anexo I que detalha as Atividades Acadêmicas Complementares, e o/a estudante poderá escolher as de seu interesse.

Art. 5º Serão aceitos como comprovantes para validação das Atividades Acadêmicas Complementares certificados e declarações oficiais em que conste a carga horária da atividade.

Art. 6º O/A estudante deverá protocolar para coordenação de curso, via SIGES, em formato PDF, um único arquivo com uma cópia de cada documento comprobatório acompanhado do Anexo II.

§ 1º. A entrega dos comprovantes das Atividades Acadêmicas Complementares deverá ser organizada em formulário, devidamente preenchido, conforme Anexo II.

§ 2º As Atividades Acadêmicas Complementares deverão estar listadas e suas cópias dispostas por natureza das atividades, respectivamente.

§ 3º O/A estudante será responsável pelo cumprimento, acompanhamento e controle das horas de Atividades Acadêmicas Complementares.

Art. 7º Somente serão aceitas as Atividades Acadêmicas Complementares realizadas após o ingresso do/a estudante no Curso de Serviço Social.

Parágrafo Único. Não serão aceitas as atividades realizadas durante períodos de trancamento no Curso.

Art. 8º Os/as estudantes que ingressarem no curso de Serviço Social por meio de transferência ou ingresso como portador de diploma, deverão também cumprir, obrigatoriamente, a carga horária de Atividades Acadêmicas Complementares. Caso já tenha realizado atividades similares na instituição de origem, poderá solicitar à coordenação do Curso de Serviço Social o cômputo de sua carga horária, observando o Anexo I.

Art. 9º O prazo final de entrega das Atividades Acadêmicas Complementares será no quarto bimestre da quarta série.

Parágrafo Único. Para o cumprimento das Atividades Acadêmicas Complementares, sugere-se que seja cumprida a carga horária durante a 1ª e 2ª séries, considerando que no decorrer do 3º e 4º ano a prioridade será dada ao cumprimento da carga horária relacionada ao estágio supervisionado em Serviço Social.

Art. 10º Para contabilizar extensão como Atividades Acadêmicas Complementares (AAC), compreende-se a participação do/a discente em atividade extensionista como ouvinte, diferentemente da extensão como Ação Curricular Extensionista e Cultural (ACEC) na qual o/a estudante é integrante da equipe executora.

Art. 11º Cabe à Coordenação do Curso de Serviço Social:

I - Promover a divulgação deste Regulamento;

II- Orientar os/as estudantes sobre o que são as Atividades Acadêmicas Complementares;

III – Orientar os/as estudantes sobre os procedimentos de validação;

IV - Proceder a contagem, fazer a validação das Atividades Acadêmicas Complementares e encaminhar ao Controle Acadêmico.

Art. 12º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.

Art. 13º Este regulamento entrará em vigor a partir da data de sua aprovação.

ANEXO I

QUADRO DE VALIDAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

CATEGORIAS	CH MÁXIMA	ATIVIDADES	DOCUMENTO PARA VALIDAÇÃO DA CH
Ensino	20 horas	Disciplinas complementares, não previstas no currículo e cursadas em outras IES	Histórico escolar
		Atividades de monitoria	Certificado ou relatório final
		Participação em projetos de ensino	Certificado
		Participação como ouvintes em bancas de defesa (graduação e pós-graduação)	Declaração
		Participação em minicursos na área ou em áreas afins	Certificado
Pesquisa	20 horas	Projetos de iniciação científica	Certificado ou relatório final
		Projetos de pesquisa institucionais	Certificado ou relatório final
		Trabalho científico publicado como autor/a ou coautor/a	Cópia do trabalho ou certificado de publicação
		Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos realizados na IES	Declaração
		Artigo publicado como autor(a) ou coautor(a) na revista científica	Declaração ou cópia do artigo publicado
		Relatórios de Pesquisa	Certificado ou relatório final
		Apresentação de Trabalhos Científicos	Certificado de apresentação
		Eventos científicos: seminários, oficinas, congressos, simpósios, conferências, encontros, etc.	Certificado de participação

Extensão	10hs	Trabalho voluntário	Certificado ou declaração
		Processo Eleitoral (Mesário)	
		Órgão de representação estudantil: UNE, UEE, DCE, CA, ABEPSS, dentre outros (Gestão)	
		Participação, <u>como ouvinte</u> , em atividades, projetos/programas ou eventos diversos de natureza extensionista	
	100hs (dupla certificação)	Participação, <u>como parte integrante da equipe executora</u> , em atividades, projetos/programas ou eventos diversos de natureza extensionista	Certificado ou declaração

Observações:

- a)** Anexar os certificados ou declarações, respeitando a sequência;
- b)** Para alcançar a carga horária máxima, o(a) estudante pode optar por uma ou mais atividades correspondentes as categorias de ensino, pesquisa e/ou extensão, considerando as atividades elencadas no quadro acima, a partir de seu interesse e disponibilidade.
- c)** É possível a dupla certificação em até 100 horas, para AAC e ACEC, como parte integrante da equipe executora, em atividades, projetos/programas ou eventos diversos de natureza extensionista

ANEXO II

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

Estudante:_____ Série:_____

Telefone:_____ E-mail:_____

Data da Entrega: __/__/__

PARA PREENCHIMENTO DO/A ESTUDANTE			PARA VISTO DA COORDENAÇÃO
ITEM	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	CH	
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
TOTAL			

Total de horas validadas pela Coordenação:

Parecer do(a) Coordenador(a):

Data: ____/____/____

Assinatura do(a) Coordenador(a): _____

ANEXO IV

REGULAMENTO DE AÇÃO CURRICULAR DE EXTENSÃO E CULTURA - ACEC DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNESPAR – CAMPUS PARANAÍ

AÇÕES CURRICULARES DE EXTENSÃO E CULTURA

Da Legislação e Conceituação

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO, 2012, 2).

Art. 1º - A curricularização da extensão nos cursos de graduação da UNESPAR dá-se em cumprimento à Resolução 038/2020 – CEPE/UNESPAR, que, por sua vez, atende ao disposto na Resolução Nº 7/2018 - MEC/CNE/CES, que regulamenta o cumprimento da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº. 13.005/2014.

Art. 2º - As atividades de extensão articulam-se de forma a integrar as ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, a comunicação com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica.

Art. 3º - A curricularização da extensão, pensada a partir dos componentes curriculares - disciplinas, estágio e atividades acadêmicas complementares - foi implantada no curso de graduação em Serviço Social por meio da adoção de um conjunto de “Ações Curriculares de Extensão e Cultura – ACEC”, que serão desenvolvidos ao longo da formação acadêmica.

Parágrafo Único - De acordo com as legislações acima nominadas, destinou-se uma carga horária de 10% (dez por cento) do total de horas da matriz curricular do curso para serem cumpridas em atividades de extensão.

Art. 4º - O objetivo das ACECs é a formação integral do/a estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável, por meio do diálogo e da reflexão sobre sua atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes,

voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

Parágrafo único – A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são princípios norteadores das ACECs, asseguradas pela relação dialética e dialógica entre diferentes campos dos saberes e fazeres necessários para atuação em comunidade e sociedade.

Da organização das ACECs no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social

Art. 5º - De acordo com a Resolução 038/2020 – CEPE/UNESPAR, as atividades de ACEC podem ser desenvolvidas em disciplinas ou em ações extensionistas: programas, projetos, cursos e eventos, as quais se organizam em 5 (cinco) modalidades. No curso de graduação em Serviço Social da UNESPAR campus Paranavaí, foi feita a opção pelas modalidades de ACEC 2 e ACEC 3, 4 e/ou 5, a saber:

I. ACEC 2 corresponde as seguintes disciplinas:

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA TOTAL DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO
Oficina Profissional: Serviço Social e Investigação da Realidade Social	120 hs	30 hs
Oficina Profissional: Instrumentalidade do Serviço Social	120 hs	30 hs
Gestão em Serviço Social	120 hs	30 hs
Seminário de Formação Profissional I	60 hs	40 hs
Oficina Profissional: Núcleos Temáticos	120 hs	30 hs
Seminário de Formação Profissional II	60 hs	40 hs
TOTAL		200hs

II. As ACECs 3, 4 e/ou 5 correspondem a carga horária total de 100 horas, a saber:

ACEC 3 - corresponde a participação do/as estudantes como integrantes da equipe executora dos projetos de extensão registrados na Divisão de Extensão e Cultura do campus.

ACEC 4 - corresponde a participação do/as estudantes como integrantes da equipe executora em cursos e eventos registrados na Divisão de Extensão e Cultura do Campus.

ACEC 5 - corresponde a participação do/as estudantes como equipe executora em ações de extensão desenvolvidos em outras instituições de ensino superior.

Parágrafo Único: A carga horária máxima pode ser cumprida em uma ou mais modalidades. Portanto, não necessariamente precisa ser realizada as três modalidades de ACECs.

Art 6º - No desenvolvimento das ACECs, é importante destacar os sujeitos envolvidos e a contribuição de cada um deles na execução das propostas, a saber: o/a professor(a) de disciplina que disponibilizará carga horária para a ACEC; o/a estudante que executará as ações de ACEC; e o/a Coordenador/a de ACEC.

Art 7º - Cabe a/o professora/or de disciplina com carga horária para ACEC:

- I – Apresentar no Plano de Ensino, qual a carga horária de ACEC e como será cumprida no desenvolvimento da disciplina;
- II – Encaminhar a/o Coordenadora/or de ACEC a proposta de extensão a ser realizada na disciplina para conhecimento e orientação quanto aos registros;
- III - Providenciar o registro junto à Divisão de Extensão e Cultura do campus de Paranavaí da atividade extensionista que será realizada, para fins de certificação e validação da carga horária de ACECs dos/as participantes;
- IV – Acompanhar as atividades em andamento e orientar a atuação dos/as estudantes, sempre que necessário;
- V – Elaborar o relatório final da atividade realizada, mencionando os resultados das ações propostas e encaminhar para a Divisão de Extensão e Cultura do campus e coordenação de ACEC do curso de Serviço Social.

Art. 8º - Cabe ao/a Estudante:

- I – Matricular-se nas disciplinas de ACEC e cumprir as atividades que estarão sob sua responsabilidade;
- II – Comparecer aos locais programados para realização das propostas extensionistas;
- III – Apresentar documentos, quando solicitados pelos/as professores/as;
- IV – Cumprir a carga horária de ACEC desenvolvida nas modalidades de programas, projetos, cursos e eventos, integrantes do Projeto Pedagógico do Curso;
- V – Consultar a/o coordenadora/or de ACEC quanto às possibilidades de participação em projetos e ações extensionistas desenvolvidas no âmbito da UNESPAR, às quais podem ser contabilizadas;
- VI – Apresentar a/o Coordenadora/or de ACEC os certificados e comprovantes das atividades realizadas e acompanhar a validação via sistema SIGES.

Art. 9º - Compete a/ao Coordenadora/or de ACEC, conforme disposto no art.11, da Resolução 038/2020 – CEPE/UNESPAR:

- I – organizar, acompanhar e orientar as atividades da curricularização da extensão efetivadas pelas/os estudantes no âmbito deste regulamento;

II – verificar a execução das atividades de extensão realizadas pelas/os estudantes em concordância com o PPC;

III – divulgar programas, projetos, cursos e eventos de extensão diretamente relacionados às modalidades apresentadas no Art. 5º deste regulamento;

IV – articular as atividades entre as/os coordenadores de projetos de extensão e docentes que ministrem disciplinas com carga-horária de extensão;

V – registrar as atividades de extensão das/os estudantes e emitir parecer final confirmando a conclusão da carga horária nas pastas de cada discente junto ao Controle Acadêmico da Secretaria Acadêmica do campus.

Do Procedimento para Validação das ACECs

Art. 10º - Para o aproveitamento e validação das atividades de ACEC, considera-se necessário:

I – Para as disciplinas que apresentarem carga horária de ACEC, a/o estudante deverá ter aproveitamento em nota e frequência;

II – Para as ações extensionistas realizadas no âmbito da UNESPAR, a/o estudante deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades;

III – Para as ações extensionistas realizadas em outras instituições de Ensino Superior, a/o estudante deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades.

IV – Os/as estudantes que ingressarem no curso de Serviço Social por meio de transferência ou ingresso como portador/a de diploma, deverão também cumprir, obrigatoriamente, a carga horária de ACEC. Caso já tenha realizado atividades similares na instituição de origem, poderá solicitar à coordenação do curso de Serviço Social (ou coordenação de ACEC), que fará o cômputo de sua carga horária, observando o anexo I.

V – O/a estudante que ingressar via transferência interna ou externa e que não tenha cumprido carga horária de disciplina curricularizada, deverá fazer adaptação.

Parágrafo Único – A/o estudante é o responsável pelo gerenciamento das ACECs, as quais deverão ser cumpridas ao longo do curso de graduação, podendo solicitar ao Colegiado esclarecimentos que julgar necessário, em caso de dúvidas quanto à aceitação ou não de qualquer atividade que não tenha sido prevista pela/o Coordenadora/or de ACEC, no âmbito do Curso de Serviço Social da UNESPAR Campus Paranavai.

Art. 11º – A/o Coordenadora/or de ACEC emitirá relatórios parciais anuais e relatório final do aproveitamento dos estudantes. Ao final do último ano será emitido relatório individual do/a estudante e envio à Divisão de Graduação para comprovação da conclusão das ACECs e posterior arquivamento.

Art. 12º Em caso de ACEC desenvolvida em disciplinas, o registro do aproveitamento será computado pela Secretaria de Controle Acadêmico, cabendo a/o Coordenadora/or de ACEC apenas fazer os registros na documentação do/a estudante, para seu controle.

Parágrafo único – Caso a/o estudante não atinja o aproveitamento necessário para aprovação na disciplina que oferta ACEC, não será possível aproveitar a carga horária de ACEC na disciplina.

Disposições Gerais

Art. 13º - Os casos omissos neste regulamento devem ser resolvidos pelo/a Coordenador/a de ACEC, tendo sido ouvidos o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas, em reunião(ões) previamente agendada(s). As decisões desses casos sempre serão registradas em atas, com as assinaturas das/os participantes da reunião.

Este regulamento foi aprovado na reunião de colegiado, realizado em: 28/04/2022.

Ata nº06/2022 CSS

ANEXO I

QUADRO DE VALIDAÇÃO DA CARGA HORÁRIA RELATIVA AS ACECs

ACECs	CH MÁXIMA	AÇÕES EXTENSIONISTAS	MODALIDADE DE PARTICIPAÇÃO	DOCUMENTO PARA VALIDAÇÃO DA CH
3, 4 e 5	100 horas	Ações extensionistas desenvolvidas nos campos de estágio, <u>para além</u> da carga horária mínima exigida para estágio supervisionado em Serviço Social	Integrante da comissão de organização ou equipe executora	Certificado ou declaração
		Semana de acolhimento		
		Dia do(a) Assistente Social		
		Jornada de Serviço Social		
		Mostra de profissões		
		Campanha do vestibular		
		Organização de outros eventos extensionistas na UNESPAR ou outras instituições de ensino superior		

Observações:

- a)** As ações correspondentes a ACEC 2 não compõem o quadro acima. Para tanto, o documento para validação da carga horária referente a ACEC 2 é o diário de classe e depende da aprovação do/a estudante na disciplina curricularizada, por meio de nota e frequência lançadas via SIGES pelo/a professor/a e encaminhado para o/a coordenador/a de ACEC;
- b)** O(A) estudante pode optar por uma ou mais atividades correspondentes a ACEC 3, 4 e/ou 5, considerando as ações extensionistas elencadas no quadro acima, a partir de seu interesse e disponibilidade.

ANEXO II

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS

Estudante: _____ Série: _____

Telefone _____ E-mail _____

Data da Entrega: __/__/__

PARA PREENCHIMENTO DO/A ESTUDANTE				VISTO COORDENAÇÃO ACEC	DA DE
ITEM	DESCRIÇÃO EXTENSIONISTAS	DAS	AÇÕES	CH	
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					

20			
TOTAL			

Obs.: Anexar os certificados ou declarações, respeitando a sequência.

Total de horas validadas pela Coordenação de ACEC: _____

Parecer do(a) Coordenador(a) de ACEC:

Data: ____/____/____

Assinatura do(a) Coordenador(a) de ACEC: _____